

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 30 de Junho de 2007**

**Área Temática: Território e Sustentabilidade**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Junho de 2007

## Índice

<b>Bush quer limite para emissões de gases-estufa</b> – Efe – Estado de São Paulo – Vida & - 01/06/2007 .....	7
<b>Bush pede metas contra crise do clima</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 01/06/2007 .....	8
<b>Discurso muda, mas posição não</b> – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 01/06/2007 .....	9
<b>Em experiência inédita, cidade de São Paulo faz leilão de créditos de carbono</b> - Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 01/06/2007 .....	10
<b>Licenciamento ambiental e interesse nacional</b> - Jerson Kelman – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 02/06/2007 .....	11
<b>Lula critica proposta de redução de emissões</b> - Andrei Netto - Estado de São Paulo – Vida & - 02/06/2007 .....	14
<b>Lula critica plano de Bush para conter o aquecimento global</b> – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Ciência – 02/06/2007 .....	15
<b>Discurso de americano recebe saraivada de críticas na Europa</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 02/06/2007 .....	17
<b>Críticas a Bush por proposta ambiental</b> - Natalia Viana – O Globo – O País – 02/06/2007 .....	17
<b>Lula defende 'revolução' do etanol em artigo</b> – O Globo – O País – 02/06/2007 .....	18
<b>Pela primeira vez, Brasil tem voz ativa no G8</b> – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/06/2007 .....	18
<b>Convidados buscam criar estratégia comum para G8</b> – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2007 .....	20
<b>Países finalizam documento para conferência sobre desertificação</b> - Rafael Imolene – Sítio Eletrônico do MMA - 04/06/2007 .....	21
<b>Risco ambiental na Amazônia está descartado</b> – Assis Moreira – Valor Econômico – Suplemento Especial - 04/06/2007 .....	22
<b>O desafio de tornar as cidades sustentáveis</b> - Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 05/06/2007 .....	23

<b>Metade dos países adota a Agenda 21</b> - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 05/06/2007.....	24
<b>Carta da Terra, a lição começa 'em casa'</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 05/6/2007	26
<b>Cúpula Mundial do Clima: uma nova Rio-92</b> - Fabio Feldmann * - Estado de São Paulo – Vida & - 05/06/2007.....	27
<b>'É crítico que haja ativismo tocante ao ambiente'</b> - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 05/06/2007.....	29
<b>'O Brasil é um líder inevitável e inexorável'</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/06/2007.....	30
<b>Bird lança fundo para comércio de carbono de floresta tropical</b> – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Mundo – 05/06/2007 .....	31
<b>Marina Silva destaca conciliação com o desenvolvimento para sustentabilidade</b> - Rafael Imolene e Rubens Júnior – Sítio Eletrônico do MMA - 05/06/2007 .....	32
<b>Bush faz seu lance na luta contra aquecimento global</b> – Valor Econômico – Opinião - 05/06/2007.....	34
<b>Lula vai destacar tecnologia e desmatamento no G-8</b> - Daniela Chiaretti e Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 05/06/2007 .....	35
<b>Mercado de carbono inova, mas cotação inibe projetos</b> - The Economist – Valor Econômico – Internacional - 05/06/2007 .....	36
<b>Revisão urgente</b> - Laura Knapp – Valor Econômico – Meio Ambiente - 05/06/2007 .....	39
<b>Uso racional de energia ganha corpo</b> - Vilma Pavani – Valor Econômico – Meio Ambiente - 05/06/2007.....	41
<b>Educação ambiental para quem?</b> - Gilson Caroni Filho – Carta Maior – 06/06/2007.....	43
<b>Lula quer prêmio por redução do desmatamento</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/06/2007.....	45
<b>É o meio ambiente!</b> – Miriam Leitão – O Globo – 06/06/2007.....	46
<b>BNDES negará crédito a empresa que desmatar</b> - Liana Melo – O Globo – Economia – 06/06/2007 .....	47
<b>Criada Bolsa Floresta</b> - Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 06/06/2007.....	48

<b>MDA e Incra apóiam política ambiental integrada</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 06/06/2007 .....	49
<b>Conferência Nacional do Meio Ambiente debaterá mudanças climáticas</b> - Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA - 06/06/2007.....	50
<b>Bush veta metas para redução de poluentes</b> - Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 07/06/2007 .....	51
<b>Uma ambição movida a biodiesel</b> – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 08/06/2007 .....	53
<b>Lula vai propor nova cúpula ambiental</b> – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Brasil – 08/06/2007 .....	53
<b>G8 evita compromisso com metas no clima</b> – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 08/06/2007 .....	56
<b>Bahia quer neutralizar emissões de carbono</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 08/06/2007 .....	57
<b>O xadrez do clima</b> – Folha de São Paulo – Opinião – 09/06/2007 .....	57
<b>Minas cria rede de escolas sobre meio ambiente</b> - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 10/06/2007.....	59
<b>Terra pública não é terra de ninguém</b> - Raimundo Pires Silva – Valor Econômico – Opinião - 11/06/2007.....	60
<b>Concepção do governo sobre ambiente é atrasada, diz FHC</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 12/06/2007 .....	62
<b>Preocupação inclui também o ambiente</b> – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 12/06/2007 .....	62
<b>Condraf decide realizar Conferência de Desenvolvimento Sustentável e Solidário</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 12/06/2007 .....	63
<b>Ditadura do CO2 vai reger planeta, diz cientista</b> - Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 13/06/2007.....	64
<b>Taxa em áreas de proteção pode cair</b> - Selma Schmidt – O Globo – Rio – 13/06/2007 ..	65
<b>Área ambiental está entre principais entraves, diz CNI</b> - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Nacional – 13/06/2007 .....	66

<b>MMA se capacita para fortalecer redes de prestação de serviços públicos</b> - Rubens Júnior – Sítio Eletrônico do MMA - 13/06/2007 .....	68
<b>Ministra defende, na Suécia, incentivos positivos para redução do desmatamento</b> - Aida Feitosa – Sítio Eletrônico do MMA - 13/06/2007 .....	68
<b>AM cria Bolsa-Floresta para coibir desmatamento</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 14/06/2007 .....	69
<b>Incra atropela lei ambiental, aponta estudo</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 15/06/2007 .....	70
<b>28 países querem prazos e ações</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 15/06/2007 .....	72
<b>Crédito de carbono deve girar US\$ 1,2 bi</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/06/2007 .....	73
<b>Segunda quinzena</b>	
<b>Política e território</b> – Folha de São Paulo – Opinião – 16/06/2007 .....	73
<b>Lições da Rio-92</b> - Celso Lafer – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/06/2007 .....	74
<b>Clima - o Brasil na contramão</b> - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/06/2007 .....	76
<b>Clima - o Brasil na contramão</b> - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/06/2007 .....	78
<b>Civilização ameaçada</b> - Steve Connor – O Globo – Ciência – 19/06/2007 .....	80
<b>Amazônia pode atingir um nível crítico de desmatamento</b> - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 19/06/2007 .....	81
<b>Assentamentos desmatam 4 vezes mais que média amazônica</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 20/06/2007 .....	81
<b>China passa os EUA e se torna o maior poluidor</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 21/06/2007 .....	83
<b>Floresta desmatada leva 70 anos para recuperar nutriente</b> – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 21/06/2007 .....	84
<b>Ministra defende conciliação entre crescimento econômico e ambiental</b> - Gerusa Barbosa – Sítio Eletrônico do MMA - 21/06/2007 .....	85

<b>Gestão ambiental ganha força</b> - Michel Epelbaum – Estado de São Paulo – Vida & - 25/06/2007 .....	86
<b>Pós-Kyoto não pode acabar como Doha, diz britânico</b> – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 25/06/2007.....	87
<b>Brasil deve mudar foco na discussão climática, diz britânico</b> - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 26/06/2007.....	89
Oficina debate estratégias de desenvolvimento territorial para 2007/2008 – MDA – 27/06/2007 .....	90
<b>Seminário debate aquecimento e futuro dos recursos hídricos do País</b> - Rubens Júnior – Sítio Eletrônico do MMA - 27/06/2007 .....	90
<b>Parcerias do MMA contribuem para proteger camada de ozônio, o clima e economizar</b> - Rafael Imolene – Sítio Eletrônico do MMA - 27/06/2007.....	91
<b>Consumo consciente deve crescer entre os brasileiros</b> - Ediane Tiago – Valor Econômico – Empresas e Comunidade - 27/06/2007 .....	93
<b>Terceira onda verde</b> - Lauro Veiga Filho – Valor Econômico – Empresas e Comunidade - 27/06/2007 .....	94
<b>O frango, a gravata e a sustentabilidade</b> – Hélio Mattar – Folha de São Paulo – Opinião – 28/06/2007 .....	97
<b>Concentração é benéfica para ambiente, argumenta a ONU</b> – Folha de São Paulo – Mundo – 28/06/2007 .....	99
<b>O meio produtivo e o meio ambiente</b> - José Eli da Veiga – Valor Econômico – Investimentos - 28/06/2007 .....	100
<b>Oficina sobre territórios rurais define prioridades de trabalho</b> – MDA – 29/06/2007 .....	102
<b>Vem aí o ICMS ecológico</b> – Rogério Rocco – O Globo – Opinião – 30/06/2007 .....	103

Meta para os maiores emissores deve ser estabelecida até 2008

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, propôs ontem que os 15 países que mais contribuem para o efeito estufa determinem, até o final de 2008, uma meta com limites para emissões dos gases que geram o problema.

Pela primeira vez, Bush aceitou a idéia de estabelecer uma meta para esses gases. Contudo, isso não significa que haveria uma colaboração americana logo, mas “em longo prazo” e só seria fixada no final de 2008.

O presidente fez o anúncio às vésperas da reunião do G-8, que acontecerá de 6 a 8 de junho em Heiligendamm (Alemanha), na qual a mudança climática será tema prioritário.

Até agora, o governo Bush se negou a aceitar limites para as emissões de gases-estufa, como os previstos pelo Protocolo de Kyoto, e preferia indicar o avanço tecnológico como solução para o problema global. “Os Estados Unidos vão trabalhar para estabelecer um novo marco sobre as emissões de gases do efeito estufa para quando o Protocolo de Kyoto vencer, em 2012”, disse Bush.

O pacto obriga os países que o ratificaram a reduzir em 5,2% em média, até 2012, as emissões em relação ao nível de 1990. A Alemanha, que atualmente preside o G-8 e a União Européia, propôs que o grupo feche um acordo para definir o que haverá depois dessa data.

A chanceler alemã, Angela Merkel, recebeu positivamente o anúncio americano. “Isto estabelece um terreno comum onde avançar”, disse. Merkel sugeriu que os oito países se comprometam a limitar o aumento da temperatura mundial a no máximo 2°C, antes de começar a cair.

Para isso, é preciso que em 2050 o volume de emissões de gases como o dióxido de carbono seja a metade do registrado em 1990. Porém, o principal assessor ambiental de Bush, Jim Connaughton, disse ontem que esse enfoque “não é muito prático” e rejeitou a criação de um mercado internacional para comprar e vender cotas de emissão de gases-estufa.

Connaughton disse que os números concretos sairão das negociações que os EUA querem sediar. O país convidará “entre 10 e 15 países” que são responsáveis por mais de 80% da poluição do mundo. Bush mencionou especificamente a Índia e a China, embora na lista provavelmente também estejam Brasil, Austrália, África do Sul, Coreia do Sul, México, Rússia e países da Europa.

O primeiro encontro aconteceria em Washington no fim do ano. Além de representantes oficiais, participariam empresários e ONGs para promover a distribuição de tecnologias não poluentes.

### **Bush pede metas contra crise do clima – Folha de São Paulo – Ciência – 01/06/2007**

Após rejeitar plano do G8 de cortar emissões, líder dos EUA convoca 15 nações a definir até 2008 esquema comum de redução

Declaração dada ontem é a maior guinada no discurso do presidente sobre o clima e visa romper isolamento em relação a aliados da UE

DA REDAÇÃO - Na maior guinada até agora em seu discurso sobre a questão climática, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush convocou ontem os 15 países que mais emitem gases de efeito estufa a se reunirem para tentar definir metas comuns de redução de emissões. As declarações de Bush, dadas às vésperas da reunião do G8 (grupo dos países mais industrializados do mundo), visam reduzir a pressão internacional sobre sua administração. A mudança do clima está no topo da agenda do encontro, que começa na semana que vem em Heiligendamm, Alemanha.

Conhecido -e internacionalmente criticado- como o homem que rejeitou o Protocolo de Kyoto contra o aquecimento global, Bush propôs uma série de reuniões entre os maiores poluidores, a serem iniciadas no segundo semestre deste ano. A lista de convidados incluiria Índia, China, nações européias e, talvez, Brasil.

"Até o final do ano que vem, a América e outras nações estabelecerão metas de longo prazo para reduzir os gases-estufa", declarou Bush. E foi além: "Além dessa meta de longo prazo, cada país estabelecerá metas nacionais de médio prazo. (...) É importante assegurar que tenhamos resultados, então criaremos um sistema forte e transparente para avaliar o desempenho de cada país".

Bush não deu nenhum detalhe sobre que padrões de emissão e de redução a conferência deveria estabelecer. Rejeitou novamente um programa global que permitiria aos países vender e comprar créditos de carbono, considerado a melhor forma de lidar com a crise do clima. E deu as costas para as metas de eficiência energética defendidas pela UE. Mas seu discurso, proferido durante uma conferência sobre desenvolvimento em Washington, foi considerado por alguns líderes europeus e pelo chefe da Convenção do Clima da ONU como um possível primeiro passo na direção de ações concretas por parte do maior poluidor do planeta.

"Sendo o presidente dos Estados Unidos, qualquer coisa que não seja o discurso de sempre é um avanço", disse à Folha o físico José Goldemberg, da USP, especialista em energia e mudança do clima.



Goldemberg, no entanto, diz que o objetivo do presidente é só um: "Ele está se preparando para evitar uma guerra civil em Heiligendamm". Bush tem sido pressionado por seus aliados europeus, a começar pelo premiê britânico Tony Blair, a rever sua posição sobre o combate ao aquecimento global. Desde 2005, quando o tema virou prioridade do G8, os europeus tentam convencê-lo a se engajar em um acordo multilateral com metas e prazos de execução.

Têm dado sucessivamente com a cara na porta. Na semana passada, por exemplo, os negociadores americanos disseram não ao plano da presidente do G8, a chanceler alemã Angela Merkel, de reduzir em 50% as emissões globais até 2050, evitando assim que o planeta aqueça mais de 2C em 2100.

O plano anunciado ontem foi, portanto, recebido com ceticismo por ambientalistas. "Este é um esforço para desviar a atenção da recusa presidencial de aceitar qualquer proposta de redução de emissões na reunião do G8", disse Philip Clapp, da ONG National Environmental Trust.

A própria Merkel foi cautelosa ao comentar a aparente "conversão" de seu colega americano. "Acho que é positiva, e o discurso do presidente dos EUA torna claro que ninguém pode evitar mais a questão do aquecimento global", disse. Embora o fraseado seja inovador -para um político que até recentemente duvidava das evidências científicas de que o aquecimento global é real-, a receita de Bush para fazer cumprir as eventuais metas é a de sempre: investir em tecnologias de energia limpa e em pesquisa, algo que não vem dando resultado.

O fato de os EUA continuarem se opondo ao comércio de emissões foi apontado por Gylvan Meira Filho, especialista em negociações climáticas da USP, como uma contradição no discurso de Bush -que será percebida pelo G8. "Ele está desesperado, mal assessorado e se enganou", disse. Com agências internacionais

**Discurso muda, mas posição não** – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 01/06/2007

Quem acredita em George Walker Bush? Como o pastor que grita "lobo!" na fábula de Esopo, o presidente dos EUA passou tanto tempo dizendo que metas de redução de gás carbônico eram "prejudiciais à economia" que fica difícil engolir sua aparente mudança de posição.

Ela vem, aliás, em lugar e hora no mínimo curiosos: o discurso climático foi colado, como se às pressas, no pé de um pronunciamento sobre outro assunto. E é proferido dois dias depois que Nancy Pelosi, a democrata presidente da Câmara, deu a mão à chanceler alemã Angela Merkel e disse que um eventual governo democrata aceitará um acordo multilateral contra o aquecimento. Pelosi é o principal símbolo da derrota republicana nas eleições legislativas de 2006.

Sozinho externa e internamente, Bush não conseguiu mais sustentar a retórica da negação climática. Mas sua posição continua a mesma. O discurso de ontem é propositalmente vago, contraditório e inclui um oxímoro ("carvão limpo") entre as soluções do problema ambiental.

Na verdade, a "proposta" americana se limita a chamar uma reunião para discutir metas (reinventando a roda, já que tanto o Painel do Clima quanto a Convenção do Clima da ONU têm esse objetivo) e acordá-las só em 2008.

Acontece que em 2008 Bush possivelmente será substituído por um democrata. Portanto, além de não fazer nada, ele está empurrando o ônus da decisão para seu sucessor. Não seria a primeira vez que o republicano trombeteia uma proposta inócua para lidar com o aquecimento. Em 2002, ele anunciou uma "alternativa flexível" a Kyoto que consistia essencialmente em deixar a economia seguir seu curso. Não colou.

O novo plano de Bush não é só inócua como também pernicioso: chutando o debate para 2008, ele automaticamente cancela as esperanças do G8 de produzir um acordo multilateral sólido contra o aquecimento neste mês. E torna mais difícil evitar o aquecimento perigoso, (acima de 2C), que demanda ação imediata.

Resta saber se UE e Japão cairão no novo conto do texano -que, apesar da pele de cordeiro, continua tóxico como sempre.

### **Em experiência inédita, cidade de São Paulo faz leilão de créditos de carbono - Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 01/06/2007**

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM), anunciará na próxima na terça-feira - dia mundial do meio ambiente - o primeiro edital para venda de créditos de carbono do município na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Em uma experiência inédita no país, a prefeitura disponibilizará no leilão eletrônico 750 mil toneladas de CO2 equivalente, provenientes do Aterro Bandeirantes. Além disso, Kassab também anunciará a entrada oficial de outro aterro da cidade no mercado de carbono.

Segundo fontes ouvidas pelo Valor, cada tonelada de carbono do Bandeirantes poderia chegar a ? 16, o que seria um aporte significativo para a cidade. "Haverá um preço mínimo, mas não podemos estima-lo agora. Temos que chegar mais perto do leilão para saber como o mercado está se comportando", afirmou a secretária-adjunta de governo, Stela Goldenstein.

Ainda não há uma data fechada para o leilão. O primeiro passo será a assinatura do contrato com a BM&F, designando-a como responsável pela venda, na terça-feira. A expectativa do governo é lançar o edital até a última semana de junho, onde tornará pública as condições de vendas dos papéis. Se esse prazo for mantido, o leilão deverá ocorrer no final de agosto. "Vamos vender os créditos de uma vez só e tudo será feito da maneira mais transparente possível", diz Stela.

Localizado na zona norte, o Aterro Bandeirantes é considerado um dos maiores do mundo, recebendo cerca de 7 mil toneladas diárias de lixo, metade do total produzido em São Paulo. Desde o ano passado, ele começou a receber os créditos de carbono previstos

pelo Protocolo de Kyoto ao adotar um mecanismo que queima o metano liberado na decomposição do lixo. Esse gás é um dos maiores responsáveis pelo aquecimento do planeta.

Sua contribuição para o meio ambiente é representativa, se comparada a outros projetos de crédito de carbono existentes no Brasil. Segundo a Biogás Energia Ambiental, a concessionária contratada pela prefeitura para fazer a captação de gás, o projeto "emitiu" 1,5 milhão de toneladas de carbono até a presente data - em outras palavras, deixou de jogar no ar 1,5 milhão de toneladas de CO2 equivalente.

"É o segundo maior projeto em volume de carbono do país, atrás só da Rhodia", diz Manoel Antonio Avelino, diretor de desenvolvimento da Arcadis Logos, empresa acionista da Biogás.

Segundo ele, o Bandeirantes deverá emitir 8 milhões de toneladas de carbono até 2012. Como é um aterro municipal e o investimento no projeto foi da concessionária, os créditos gerados no aterro são divididos meio a meio.

Além da queima do gás, que já qualificaria o projeto para o mercado de carbono, o Aterro Bandeirantes também ganha na outra ponta ao utilizar 80% dessa queima para a produção de energia elétrica. A usina tem capacidade de gerar 175 mil MWh/ano. "Metade disso já foi vendido em leilão da Aneel", diz Avelino.

A outra boa notícia que o governo paulistano irá apresentar no dia do meio ambiente é o início oficial de queima de metano no segundo aterro do município. O Aterro São João, localizado em São Mateus, na zona leste da Capital, recebe a outra metade de 7 mil toneladas de lixo produzidas por dia em São Paulo. Em utilização desde 1992, o São João forma hoje uma montanha de lixo com quase 150 metros de altura.

A expectativa da Biogás Energia Ambiental, concessionária também deste aterro, é que o São João consiga emitir 6 milhões de toneladas de CO2 no período entre 2007 e 2012. Juntos, os dois aterros totalizariam 14 milhões de toneladas de carbono.

Como no Bandeirantes, no Aterro São João também será instalada uma planta de geração de energia elétrica com capacidade para gerar 170 mil KWh/ano. A entrada em operação está prevista para o início do ano que vem. "Pode-se dizer que, a partir de 2008, 10% da energia elétrica consumida nas residências de São Paulo estará sendo indiretamente suprida pela energia gerada do lixo urbano nos dois aterros sanitários", diz Avelino.

O capital levantado pela prefeitura com a venda dos créditos será direcionado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, gerenciado pela secretaria do Verde e Meio Ambiente. Segundo Stela Goldenstein, ele será aplicado em projetos sociais, ambientais e urbanísticos no entorno dos aterros. "Essa população tem de ser beneficiada", diz ela.

**Licenciamento ambiental e interesse nacional** - Jerson Kelman – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 02/06/2007

“Quem acompanhe o noticiário verá (...) - provavelmente com olhos esbugalhados - o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica propor que projetos estratégicos considerados prioridade nacional na área de energia (assim definidos pela Presidência da República) sejam eximidos de licenciamento ambiental e enviados por um Conselho de Defesa Nacional à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, para ali serem autorizados.” Foi o que afirmou o jornalista Washington Novaes em recente artigo no Estado.

Já havia lido algo semelhante num abaixo-assinado que circula na internet, com a assinatura de dezenas de ONGs. Não dei importância. Mas agora, com a adesão de Novaes ao “linchamento” virtual, fiquei preocupado. Afinal, trata-se de um respeitável formador de opinião, que em geral apresenta análises bem fundamentadas. Só que, neste caso, o meu prezado Novaes não leu e não gostou.

Esse caso começou em 12 de abril, quando compareci a uma audiência pública na Câmara dos Deputados. Respondendo a uma pergunta, fiz algumas sugestões de aperfeiçoamentos na legislação que, a meu ver, são necessários para “destravar” a construção de usinas hidrelétricas.

Minha sugestão consiste em, primeiro, atribuir ao Ibama a responsabilidade de realizar o estudo prévio de impacto ambiental, previsto na Constituição, para os projetos considerados de interesse nacional. Certamente o Ibama será capaz de identificar todas as conseqüências ambientais, na escala local e global, resultantes da decisão de fazer o empreendimento e, também, de não fazê-lo.

Segundo, livrar os dirigentes e técnicos de entidades de licenciamento ambiental da ameaça de processo judicial por decisões administrativas, quando tomadas de boa-fé, com base na melhor informação disponível.

Terceiro, incluir as dimensões econômica e energética no processo de autorização para implantação de projetos de interesse nacional. Como não é razoável esperar que o Ibama tenha competência para avaliar os trade-offs entre vantagens e desvantagens medidas em quatro “escalas” - ambiental, social, econômica e energética -, por se tratar de processo eminentemente político, e não técnico, é preciso tirar do órgão ambiental a “palavra final”.

O Conselho de Defesa Nacional poderia ser o locus dessa decisão Política, com P maiúsculo. Trata-se de colegiado formado pelo vice-presidente, presidentes da Câmara e do Senado e alguns ministros natos, que pode ser reforçado com a presença dos ministros do Meio Ambiente e de Minas e Energia. Caberia a esse conselho, presidido pelo presidente da República, a responsabilidade pela decisão de incluir um projeto energético de interesse nacional nos leilões para venda de energia. Segundo a legislação vigente, a concessão do empreendimento para empresa pública ou privada, e a conseqüente construção da usina, só ocorre se o candidato a concessionário ganhar a competição ao ofertar a energia mais barata possível ao consumidor.

O novo governo da França acaba de adotar abordagem semelhante, ao concentrar num Ministério a responsabilidade de tratar do desenvolvimento e da preservação ambiental. E a França tem muito a nos ensinar. Lá praticamente todo o potencial hidráulico foi aproveitado, enquanto no Brasil, menos de 30%. Temos de aproveitar esse recurso energético, que é renovável, contribui insignificamente para o efeito estufa e, em geral, é mais barato do que a energia gerada por usinas nucleares ou térmicas, que queimam combustíveis fósseis e lançam altas quantidades de gás carbônico na atmosfera.

Uma grande usina pode ser de interesse nacional, mesmo se concedida à empresa privada, caso a sua não-materialização ponha em risco a garantia de suprimento de energia

ou implique aumento substantivo da tarifa de eletricidade, prejudicando a competitividade do Brasil, diminuindo o ritmo de crescimento do PIB, da criação de empregos e do combate à pobreza.

Em geral, uma usina hidrelétrica causa impactos negativos na escala local, tanto ambientais quanto sociais. Mas pode ser vantajosa na escala global, porque evita a queima de combustíveis fósseis. É preciso decidir examinando as peculiaridades de cada caso. Por exemplo, Balbina, construída nos anos 70 perto de Manaus, inunda cerca de 9 km<sup>2</sup> para cada megawatt de potência. Trata-se de uma relação ambientalmente perdulária, que sacrificou grande área florestal em troca de pouca substância energética. No século 21, essa licença ambiental não seria concedida. Já as tão discutidas usinas do Rio Madeira têm a relação entre área inundada e potência cerca de cem vezes mais eficiente do que Balbina. Nesse quesito, pelo menos, deveriam ser aprovadas.

Todavia, a aplicação da legislação ambiental tem tido o indesejável efeito de fazer com que cada potencial hidráulico seja examinado de per si, sem visão de conjunto, com prevalência do interesse local sobre o nacional. Minha proposta visa a reverter essa situação para possibilitar a produção de suficiente energia para o crescimento econômico e a ampliação da oferta de empregos, com impacto socioambiental mínimo. O que é bem diferente de impacto nulo.

Ao contrário do que parece ser o entendimento de Novaes e de algumas ONGs, minha proposta não visa a assegurar um salvo-conduto para construção de qualquer usina hidrelétrica. Em muitos casos, mas não em todos, a construção não será recomendável, por conta de dano ambiental excessivo ou por exigir o reassentamento de significativo contingente populacional.

O desenvolvimento sustentável que todos desejamos também incorpora a produção de energia. E cabe a todos nós apresentar soluções para que o País não seja condenado à estagnação, essa, sim, insustentável. Como cidadão, fiz minha parte. Agora cabe ao Congresso decidir se há algum mérito nas sugestões apresentadas.

**Jerson Kelman é diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e professor da Coppe-UFRJ**

Metas apresentadas por Bush causam reações diferentes em países ricos e em desenvolvimento

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ontem críticas abertas à proposta de limite de emissões de gases-estufa de George W. Bush. Na quinta-feira, o presidente americano havia detalhado a proposta de redução internacional das emissões que levará ao G-8 na próxima semana. A idéia é de que cada nação crie meios próprios de alcançar metas de redução de emissões de CO<sub>2</sub> na atmosfera, definidas por novos acordos internacionais.

O Brasil, como os demais emergentes, tem se mostrado contrário à fixação desses objetivos por temer que seu nível de crescimento econômico seja prejudicado. “Os protocolos das instituições multilaterais já dão diretrizes gerais para que os países as cumpram. Se cada nação adotar o que está previsto no Protocolo de Kyoto, significa que cada país vai ter de assumir responsabilidade para reduzir o desmatamento, despoluir o planeta”, argumentou. “Não existe perspectiva de que a proposta do presidente Bush prevaleça sobre o Protocolo de Kyoto e outras decisões multilaterais porque sua proposta é muito voluntarista. Quem quer faz, quem não quer não faz. Ora, se já temos Kyoto, por que inventar outra proposta e não cumprir aquilo que já está determinado?”

O presidente voltou a afirmar que os biocombustíveis são “alternativa concreta” à queima de derivados do petróleo, que emitem mais CO<sub>2</sub> para a atmosfera.

## **REPERCUSSÃO**

Criticada por Lula, a proposta de Bush, no entanto, foi recebida com otimismo por países como Japão e Inglaterra. O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, se mostrou otimista. “Isto significa que Washington reconhece desde agora que este fenômeno é um problema real e que os Estados Unidos devem desempenhar um papel de líder sobre esta questão e estar dispostos a formar parte de um acordo mundial no coração da qual estará a redução das emissões”, disse.

A chanceler alemã, Angela Merkel, reagiu com mais cautela. “No que se refere às formulações concretas para Heiligendamm, está claro que teremos de trabalhar um pouco”, disse. Já o ministro do Meio Ambiente alemão, Sigmar Gabriel, advertiu que a proposta americana não pode se transformar “em um cavalo de Tróia”, afirmou.

**Lula critica plano de Bush para conter o aquecimento global** – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Ciência – 02/06/2007

Para presidente, proposta apresentada anteontem pelo líder americano é "voluntarista" e não estimula cumprimento

Brasileiro diz que idéia dos EUA não prevalecerá sobre pacto multilateral, mas se cala sobre plano alemão de limitar aquecimento a 2C

Manifestantes críticos ao G8 desfilam em Berlim com bonecos gigantes representando Bush, um urso polar e um globo terrestre pegando fogo devido às emissões de gases de efeito estufa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva rejeitou ontem a proposta de seu colega norte-americano George Walker Bush a respeito do combate ao aquecimento global, classificando-a de "voluntarista".

Acrescentou que "não existe perspectiva de a proposta de Bush prevalecer sobre o Protocolo de Kyoto ou outras propostas multilaterais".

Para Lula, as idéias do presidente norte-americano deixam a critério de quem quiser combater o aquecimento global que o faça, liberando "quem não quer para não fazê-lo". Fechou o raciocínio assim: "Se nós já temos uma proposta do Protocolo de Kyoto, por que inventar outra e não cumprir aquilo que já está determinado? Se um país não é capaz de cumprir o resultado de uma convenção internacional, não vai ser de forma voluntária que esse país vai cumprir".

A proposta de Bush foi feita na noite de anteontem e representou o que a imprensa internacional considerou a maior guinada até agora em seu discurso sobre o clima. O presidente dos EUA convocou os 15 países que mais emitem gases de efeito estufa a se reunirem, no último trimestre do ano, para tentar definir metas comuns de redução de emissões.

A guinada não convenceu. Como escreveu o editor de Ciência da Folha, Claudio Angelo, "o discurso é propositalmente vago, contraditório e inclui um oximoro ('carvão limpo') entre as soluções do problema ambiental".

Lula, sem ser tão contundente, adotou o mesmo tom cético, ao dizer que quer ouvir a proposta do próprio Bush, "ao vivo", durante a cúpula do G8, a ser realizada na próxima semana em Heiligendamm (Alemanha). Lula participa no último dia, quando o encontro toma a forma de G8+5 (os oito grandes mais cinco países em desenvolvimento convidados).

Lula vai vender a tese pela qual admite ter "fanatismo", qual seja, a de que os biocombustíveis podem ser "uma alternativa para a humanidade".

Em entrevista dada na residência da embaixada do Brasil em Londres, Lula disse que "o Brasil mostrou ao mundo, desde 1975, que é possível ter outro caminho". Acrescentou: "Estamos há quase um século comprando petróleo dos países árabes. Acho que agora podemos comprar combustível dos países africanos, da América Latina, que são países que têm disponibilidade de terra, que têm água, sol".

É uma alusão ao sonho antigo do presidente de que os países ricos financiem a expansão das plantações para produzir álcool a partir da cana-de-açúcar em regiões como a América Central e a África. Segundo Lula, trata-se, ao contrário do discurso de Bush, de "uma proposta concreta para mudar a matriz energética do mundo".

O presidente reconhece que, há dez anos, "esse tipo de conversa seria tido como coisa de lunático. Mas, hoje, temos muito mais autoridade tecnológica e autoridade política para convencer o mundo".

Lula sonha em voz alta: "Imagine se cada país adotar 10% de etanol, o benefício que vai causar ao meio ambiente e ao mesmo tempo o que vai levar de desenvolvimento aos países com potencial agrícola".

### **"Debate novo"**

Ele não quis, no entanto, dizer se o Brasil concorda com a proposta da chanceler alemã Angela Merkel, no sentido de limitar o aquecimento da Terra no fim do século em 2C, para o que seria preciso reduzir à metade até 2050, em relação aos níveis de 1990, a emissão de gases de efeito estufa. "Trata-se de um debate novo, que carece de um processo de convencimento dos países", escapou.

Os Estados Unidos sempre se opuseram à adoção de metas numéricas para a emissão de gases, ponto em que acabam tendo o respaldo de China e Índia, que não querem ver prejudicado o seu desenvolvimento.

Mas Lula lembrou que "hoje, um país pode crescer sem poluir tanto como há 50 anos". Depois, acrescentou o óbvio: "A China e a Índia, como o Brasil, obviamente não podem parar de se desenvolver. Mas poderemos crescer de forma mais razoável. Até agora, não se levou em conta a necessidade de preservar o planeta".

O presidente até concordou com a hipótese de que Brasil, China e Índia venham futuramente a formar um bloco em negociações ambientais. "Precisamos avançar nessa direção", disse, depois que lembrar que, hoje, os três formam um grupo (G20) apenas para as negociações comerciais da Rodada Doha.



DO "FINANCIAL TIMES"

Às vésperas do encontro do G8 na Alemanha, a União Européia reagiu negativamente à aparente mudança de intenções de George W. Bush em sua política sobre o aquecimento global. No dia seguinte ao que o presidente americano ensaiou uma aparente guinada em seu discurso sobre o clima -e sugeriu que o G8 e as Nações Unidas não são os foros adequados para discutir o assunto-, a Europa rebateu as declarações.

Um porta-voz da chanceler alemã Angela Merkel afirmou que a posição da Europa de discutir a emissão de gases-estufa no G8 é "não-negociável". O comissário europeu para o ambiente, o grego Stavros Dimas, afirmou que a proposta apresentada por Bush ontem é vaga e permanece "na linha clássica dos Estados Unidos".

O português José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Européia, diz que Bush deveria ser "mais ambicioso" e que a ONU deve "continuar a base para estabelecer -e atingir- metas obrigatórias e mensuráveis [de redução nas emissões de gases-estufa]". Sigmar Gabriel, ministro do Ambiente alemão, disse não saber se o discurso de Bush é "uma mudança na posição dos EUA ou uma manobra com o objetivo de causar confusão". Bush também foi alvo hoje da presidente da Câmara dos Representantes (deputados) dos EUA, Nancy Pelosi, que promete tentar aprovar ainda neste ano uma lei que imponha limites à emissão de gases do efeito estufa no país. "O Congresso vai agir no sentido de uma legislação sobre comércio [de emissões]", disse ontem, após classificar o discurso do republicano uma "reciclagem de idéias ultrapassadas". Com Reuters

**Críticas a Bush por proposta ambiental** - Natalia Viana – O Globo – O País –  
02/06/2007

Presidente dos EUA, contrário a Kyoto, sugeriu metas de redução de gases

LONDRES. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem em Londres a proposta do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de um acordo paralelo ao Protocolo de Kyoto para a redução de gases de efeito estufa. Bush propôs anteontem que os 15 países mais poluentes do mundo, incluindo o Brasil, estabeleçam metas de redução até 2008. Os EUA não são signatários do acordo multilateral.

— Ora, se nós já temos a proposta de Kyoto, por que inventar outra e não cumprir aquilo que já está determinado? — disse Lula.

Lula diz que não crê em modelo de redução voluntária Lula, porém, disse que vai ouvir a proposta do próprio Bush no encontro dos líderes do G-8, de 6 a 8 de junho, em Heiligendam, na Alemanha. No entanto, frisou que não crê na eficácia do modelo de reduções voluntárias; os termos de Kyoto são compulsórios para os países desenvolvidos.

— Não existe perspectiva da proposta do presidente Bush prevalecer sobre Kyoto e outras decisões multilaterais. O Brasil não aceita que tentem jogar nas costas dos países em desenvolvimento os males que os países desenvolvidos causaram — afirmou Lula.

O presidente também aproveitou o encontro com a imprensa, na casa do embaixador do Brasil em Londres, José Maurício Bustani, para fazer propaganda dos biocombustíveis, tema de artigo de Lula publicado ontem no jornal inglês “Guardian”. Lula disse acreditar que os biocombustíveis são uma chance de desenvolvimento para os países africanos e latino-americanos.

— É só uma questão de tempo.

O mundo vai precisar do biocombustível.

O presidente defendeu ainda a conclusão da rodada de Doha, que discute a liberalização comercial. Uma nova negociação entre os países que compõem o G-4 — Brasil, Japão, Índia e Alemanha — está prevista para acontecer de 19 a 22 de junho na Europa, em local a ser definido.

— A tese que defendo e acredito é que há uma predisposição dos países para fazerem um acordo da rodada de Doha. Por um lado, queremos que os europeus flexibilizem o acesso europeu aos produtos agrícolas dos países pobres.

De outro lado, queremos que os Estados Unidos reduzam os seus subsídios.

Lula almoça com ministros e governador em Londres Antes de encontrar os jornalistas, Lula almoçou com os ministros Celso Amorim (Relações Exteriores), Gilberto Gil (Cultura), Franklin Martins (Comunicação Social) e Orlando Silva (Esportes). Também compareceram o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e o ex-governador do Acre Jorge Viana.

#### **Lula defende 'revolução' do etanol em artigo – O Globo – O País – 02/06/2007**

Em artigo no jornal britânico “The Guardian”, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem o que classificou de “revolução” dos biocombustíveis.

Segundo ele, os “biocombustíveis oferecem esperança para países pobres que buscam aliar crescimento econômico com inclusão social e proteção ambiental”. No texto “As maravilhas da cana-de-açúcar”, Lula disse que o etanol não prejudica o meio ambiente, e que o país está contribuindo para a redução da emissão de gases para a atmosfera.

Lula disse que, com os biocombustíveis, vai haver “menos inquietação social e menos imigração descontrolada”. Mas alertou que a “revolução só vai ocorrer se os países ricos concordarem em abrir seus mercados agrícolas a empresários empreendedores de países em desenvolvimento”.

#### **Pela primeira vez, Brasil tem voz ativa no G8 – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/06/2007**

**A partir de quarta-feira, na Alemanha, país falará sobre a produção de álcool, tema em que é mundialmente reconhecido - Assunto principal da cúpula será a busca por fontes de energia que sejam menos prejudiciais ao ambiente e venham de países seguros**

Pela primeira vez nos 31 anos de história do G7 (transformado em G8 a partir de 1998), o Brasil não é um ausente ou mero convidado de pedra, que nada tem a dizer sobre o tema principal.

A partir do dia 6, em Heiligendamm, pequeno balneário alemão no Báltico, sede do G8 de 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá falar -e ser ouvido com interesse- sobre biocombustíveis, na medida em que o assunto principal da cúpula passou a ser a busca por fontes de energia que sejam menos prejudiciais ao ambiente e, ao mesmo tempo, provenham de fornecedores seguros.

O Brasil não faz parte do G8, composto por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Rússia. Mas Lula foi convidado a participar na forma que a imaginativa retórica diplomática batizou de G8+5 (os cinco são, além do Brasil, a China, o México, a Índia e a África do Sul).

Qual a diferença entre as 31 cúpulas anteriores e a de Heiligendamm? Simples: antes, os temas passavam a anos-luz da possibilidade de interferência do Brasil. Tratava-se, acima de tudo, de discutir como ajeitar a economia mundial de acordo com os humores e interesses dos sete grandes. A incorporação da Rússia não mudou quase nada o espírito do grupo, tanto que os russos, nos primeiros anos após a sua entrada, ficaram confinados ao dia final, quando já estava encerrado o debate de temas econômicos.

Mesmo neste ano, o projeto inicial da Alemanha, presidente de turno do G8, previa debater a transparência dos mercados financeiros mundiais, a redução dos desequilíbrios macroeconômicos, a liberdade de investimento e as conseqüências sociais da globalização. O que mudou tudo foi o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, que prevê uma catástrofe global se não forem adotadas medidas urgentes para combater o chamado efeito estufa, os gases que causam o aquecimento global.

A mudança de agenda foi honestamente admitida por Bernd Pfaffenbach, o "sherpa" alemão, em entrevista recente ao jornal britânico "Financial Times" ("sherpa" é a palavra que se usa em cúpulas globais para designar os funcionários que fazem o trabalho preparatório, como os guias que conduzem os alpinistas no Himalaia). "Os líderes não podem falar durante um dia e meio apenas sobre como alcançar um crescimento econômico mais equilibrado. Energia e mudança climática são tão importantes quanto a economia", afirmou.

O Brasil não tem peso para reequilibrar a economia mundial, como é óbvio. Mas, em matéria de combate ao aquecimento global, pode, sim, falar daquilo em que é especialista mundialmente reconhecido: a produção de álcool, combustível limpo e que não procede, ao menos por enquanto, de países sujeitos a tormentas políticas, como a Venezuela e os países árabes, grandes fornecedores de petróleo. Ou mesmo a Rússia, cujo gás tem sido usado para o que a União Européia considera uma chantagem.

Desta vez, ao contrário do que vinha sendo a norma até recentemente, o Brasil não é o vilão em matéria ambiental. Claro que ainda há críticas ao desmatamento da Amazônia, claro que há vários especialistas que começam a questionar o álcool como combustível quase milagroso e limpo.

Mas as críticas e suspeitas sobre o álcool, ao menos o brasileiro, vindo da cana-de-açúcar, dizem respeito a um suposto futuro em que a cultura para produzir o combustível

deslocaria a plantação de alimentos e aumentaria o desmatamento. São mais palpáveis os benefícios imediatos, ante a urgência colocada ao planeta pelo relatório sobre mudança climática.

Tanto que o presidente norte-americano George Walker Bush já assinou com o Brasil um memorando de entendimento em torno do álcool, e a União Européia convidou Lula para falar sobre biocombustíveis em conferência especial no dia 6 de julho, em Bruxelas.

Por isso, o chanceler Celso Amorim anuncia "uma posição muito combativa, não defensiva" durante o G8, no qual Lula intervirá apenas no último dia. Até sobre a Amazônia o Brasil agora sai da defesa para, segundo Amorim, vender a tese de que "a Amazônia será uma grande vítima da mudança climática, correndo o risco de virar uma savana em 70 anos".

Tudo somado, o presidente Lula estará à vontade para dizer que os biocombustíveis são uma importante contribuição para mudar o padrão de consumo energético, reduzindo os elementos mais poluidores.

**Convidados buscam criar estratégia comum para G8 – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2007**

**Lula quer ajuda de Bush em mercado de etanol** - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que os cinco países em desenvolvimento convidados para a reunião do G8 estabelecerão na quinta-feira, em Berlim, "uma estratégia para a participação" no encontro anual do grupo dos sete países mais industrializados do mundo e da Rússia. Os convidados são: Brasil, Índia, China, África do Sul e México.

Há ainda previsão de encontro entre Lula e o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, na tarde de sexta, em Heiligendamm, onde se realizará a reunião do G8. O petista quer ajuda do norte-americano na criação de um mercado mundial de etanol, na queda de subsídios agrícolas nos países mais ricos e numa compensação financeira às nações mais pobres por diminuição do desmatamento.

Lula tentou marcar o encontro com Bush para quinta, mas houve dificuldade na agenda dos dois. Eles já se encontraram duas vezes e se falaram em outras duas ocasiões neste ano.

Na visão de Lula, um mercado mundial de etanol beneficiará a economia dos países mais pobres e diminuirá o aquecimento global. E ainda agradará a Bush por seu apelo ambiental, aspecto que ganha importância crescente na opinião pública dos países mais desenvolvidos.

Em rápida entrevista ontem à noite, antes do jantar com o primeiro-ministro da Índia, Lula disse que sua visita a Nova Déli tinha "interesse político", além do aspecto

comercial. "A Índia é considerada a nossa parceira estratégica. A Índia tem um papel importante nas discussões da OMC [Organização Mundial do Comércio]. Índia e Brasil têm trabalhado juntos. Temos problemas similares e virtudes similares."

Indagado se desejava que Índia e Brasil chegassem "afinados" ao encontro do G8, o brasileiro respondeu: "Penso que sim. Temos uma reunião em Berlim para estabelecermos uma estratégia para a participação no G8. Brasil e Índia têm muitas afinidades políticas e vamos reforçá-las mais".

A tese que Lula pretende que seja abraçada na reunião do G8 é a seguinte: os países ricos melhorariam a qualidade de vida do planeta ao fazer prosperar a economia dos países mais pobres, que poderiam ser grandes produtores de etanol. O sucesso da Rodada Doha, de liberalização do comércio mundial, é fundamental.

Lula avalia que Bush abraçará a idéia como forma de melhorar sua "foto na história", diz um auxiliar direto do petista. O presidente dos EUA, que sairá do cargo em 2008, não quer deixar como herança o fracasso da Guerra do Iraque.

#### **Articulações**

Nesse contexto, Lula pediu, em conversa por telefone, apoio do primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, que está deixando o cargo após o desgaste em sua popularidade com o apoio a Bush na Guerra do Iraque. Blair também teria uma chance de sair do posto defendendo bandeira popular.

Na reunião do G8, Lula quer apoio da Alemanha à instituição de crédito de carbono para a queda do desmatamento nos países em desenvolvimentos.

Lula terá encontros na quinta na capital alemã com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e da Nigéria, Umaru Yar'Adua. Vai se reunir também com o secretário-geral da ONU. **(KENNEDY ALENCAR)**

#### **Países finalizam documento para conferência sobre desertificação - Rafael Imolene – Sítio Eletrônico do MMA - 04/06/2007**

Países representantes de blocos regionais da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD, na sigla em inglês) se reuniram em Genebra, na Suíça, de 28 de maio a 1º de junho, para elaborar o documento que será apresentado a todos os demais países na Conferência das Partes (COP) programada para o mês de setembro em Madri, na Espanha. O Brasil é um dos países que representa toda a América Latina e o Caribe, e registrou sua presença por intermédio dos Ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores.

O documento representa um avanço nas negociações entre os países, segundo avaliação do coordenador-técnico do Programa de Combate à Desertificação do MMA, José Roberto Lima, que participou em Genebra da elaboração do relatório. O material

estará disponível na internet ainda na primeira quinzena de junho, na página do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação. De acordo com José Roberto, a UNCCD tem ampliado sua importância e, em um prazo curto, vai se nivelar a outras duas convenções da ONU, a de Biodiversidade e a de Mudanças Climáticas.

"O relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), que mostra uma relação direta entre mudanças climáticas e desertificação, favorece o crescimento do tema para ser debatido em todo o mundo", disse José Roberto.

Nesta terça-feira (5), o coordenador do Programa de Combate à Desertificação do MMA participará em Vitória (ES) de um seminário promovido pela Rede Tribuna de Comunicação. No evento, José Roberto discorrerá sobre mudanças climáticas e desertificação.

### **Risco ambiental na Amazônia está descartado** – Assis Moreira – Valor Econômico – Suplemento Especial - 04/06/2007

A corrida pelo etanol pode afetar mercados e ecossistemas, mas há um risco ambiental que está praticamente descartado por agrônomos e estudiosos do tema. Segundo especialistas, não existe a possibilidade de que a produção de álcool eleve a demanda de cana-de-açúcar no país, a ponto de a plantação invadir áreas florestais - como a região Amazônica. A cana não consegue se desenvolver em áreas tropicais, com chuvas frequentes e elevada umidade, e mesmo que a prática fosse tentada, a qualidade do produto a ser colhido deixaria a desejar.

"Todos os principais estudos sobre o tema, que levam em conta variações climáticas e características do solo na região amazônica, afastam totalmente qualquer possibilidade de êxito na produção em local de florestas", diz Oscar Braunbeck, professor da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Na avaliação de Braunbeck, a necessidade de buscar novas áreas para a cultura da cana nem mesmo existe, visto que há terrenos na região Sudeste que ainda podem ser exploradas para o cultivo do produto. "É preciso lembrar ainda que existem áreas florestais que são reservas legais e, portanto, protegidas da exploração do homem. Não pode simplesmente começar a plantar canas nesses locais", afirma o pesquisador da Unicamp.

A Amazônia é a região mais rica em biodiversidade do planeta, com um terço das florestas tropicais e mais de 20% das espécies vegetais e animais do mundo. Do total de 850 milhões de hectares de terras do Brasil, cerca de 550 milhões de hectares contêm florestas nativas - a Amazônia ocupa dois terços dessa área.

Os primeiros debates em torno da possibilidade de que a região fosse afetada pela expansão na cultura da cana surgiram no ano passado. Com a decisão da Indonésia de reduzir suas áreas florestais para aumentar a plantação de dendê - oleaginosa usada naquele país para a produção de álcool - começaram a aparecer especulações na imprensa estrangeira sobre o risco de que uma situação semelhante acontecesse também no Brasil. O caso do país asiático foi estudado por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Na Indonésia, a introdução de grandes áreas de plantio do dendê em áreas de floresta tropical provocou emissão de carbono devido aos desmatamentos.

No entanto, estudo já publicado neste ano - elaborado por mais de 200 pesquisadores de universidades brasileiras - mostra que um "efeito Indonésia" praticamente não existirá no Brasil. O levantamento, realizado por encomenda do Ministério do Meio Ambiente (MMA), destaca que existe uma possibilidade de que a plantação de cana empurre as plantações de soja e a pecuária para áreas florestadas (inclusive na Amazônia). Mas não há informações dos pesquisadores de que isso já estaria acontecendo.

Segundo o trabalho, publicado em março, o cerrado deve ser o bioma mais impactado pela esperada expansão do cultivo da cana-de-açúcar para produção de etanol. Da extensão total de cerca de dois milhões de quilômetros quadrados ocupados pelo cerrado, 20% são considerados áreas de alta importância biológica. E 70% dessas regiões correspondem aos locais onde a cana-de-açúcar encontra condições ideais de cultivo.

Na avaliação de Suzana Kahn Ribeiro, professora do programa de engenharia de transportes da COPPE/UFRJ, num cenário como este é preciso que o poder público atue de maneira a orientar e fiscalizar o zoneamento agrícola no país. "O governo pode e deve interferir nessa discussão, com as atenções voltadas principalmente para áreas onde o ecossistema é mais sensível", afirma ela.

Ribeiro foi uma das autoras do capítulo relacionado ao tema de transportes do quarto relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), publicado em maio pela Organização das Nações Unidas.

O ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, tem trabalhado no sentido de esclarecer essa questão dos riscos à Amazônia de uma expansão na cultura da cana. "Esse é o caso clássico da mentira que se repete, e repete, e vira verdade", ironiza ele. "O açúcar de cana é formado basicamente por sacarose. A sacarose é composta de glicose e frutose unidas. Mas para completar o ciclo de produção precisa de períodos de seca e frio, porque nesse ambiente, ela consegue perder água e a glicose e frutose viram a sacarose", explica ele.

"Em regiões quentes, onde chove todos os dias, o ciclo da cana simplesmente não se completa. Vira bambu com água doce", completa ele. Rodrigues é presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e copresidente da Comissão Interamericana de Etanol. (A.M.)

## **O desafio de tornar as cidades sustentáveis - Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 05/06/2007**

Para as metas da Agenda 21 brasileira serem alcançadas, o primeiro lugar que tem de se tornar sustentável são as cidades. São nelas que as políticas propostas no documento têm de ser implementadas antes de mais nada, considerando-se que muitos dos problemas e das soluções têm raízes em atividades locais. A importância é tanta que o assunto foi tema do primeiro caderno de debate lançado pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2003, para discutir sustentabilidade.

“Para cumprir essa meta, precisamos, no entanto, alcançar o equilíbrio entre os habitantes, as habitações e o hábitat”, defende Rubens Born, diretor-executivo do Instituto Vitae Civilis. Por habitações, Born se refere a todo tipo de prédio - das casas às escolas, hospitais e demais locais de trabalho. Por hábitat, ele inclui toda a infra-estrutura da cidade.

As propostas de soluções são as mais diversas e têm ganho corpo nos últimos tempos com a construção dos sofisticados “green buildings”, ou prédios verdes, que seguem normas para poupar o consumo de energia e evitar o desperdício. Mas, para Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba, antes disso é preciso alterar a concepção das cidades.

“Isso é muito importante, mas não vai resolver sozinho. Precisamos antes de mais nada deixar o carro em casa e prover sistemas de transporte públicos eficientes. O modelo 1 cidadão-1 carro não tem mais como ser comportado”, exemplifica. “Sustentabilidade é uma equação entre o que se poupa e o que se desperdiça”, lembra o ex-prefeito.

Lerner e Born defendem ainda que se diminua a necessidade de mobilização, com a formação de bairros auto-suficientes, em que todas as necessidades básicas estejam por perto: moradia, trabalho, escola, comércio e lazer. O modelo hoje existente de bairros residenciais distantes dos postos de trabalho devem ser aposentados dentro de um prazo não muito longo. “Uma cidade com as funções separadas não tem como oferecer qualidade de vida”, complementa Lerner.

“O melhor transporte é o não transporte”, concorda Délcio Rodrigues, também do Vitae Civilis. “Algumas ruas como a Berrini em São Paulo, por exemplo, são totalmente empresariais, mas não há um cartório por perto, um comércio de rua embaixo dos prédios. Praticamente não dá para fazer nada por ali”, afirma.

“A verdade é que boa parte das coisas que precisam ser feitas vem sendo ditas há décadas. São Paulo, por exemplo, deveria ter feito sua rede de metrô mais ampla lá na década de 70. Mais ou menos todo mundo sabe o que precisa ser feito, tem muita coisa que é óbvia, mas falta vontade política”, critica Rodrigues.

Ele coordena um projeto chamado “Cidades Solares” que propõe o uso de sistemas de captação de energia solar na maioria dos edifícios e casas para o aquecimento de água. Cerca de 8% da energia elétrica produzida no Brasil é usada para aquecer o banho da população. No horário de pico, chega a 20%. “É o equivalente a duas vezes a produção de Itaipu. Se todo mundo adotasse o aquecimento solar, não precisaríamos construir a usina de Belo Monte nem Angra 3.”

**Metade dos países adota a Agenda 21** - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 05/06/2007

Entre as nações em desenvolvimento, o Brasil está na frente, mas ainda deixa um tanto a desejar - A boa notícia é que o Brasil, comparado a outros países em desenvolvimento, está na frente. A má é que, na prática, a implantação da Agenda 21 ainda deixa a desejar - aqui e no mundo.

A Agenda 21 foi um dos principais resultados da Rio-92, o instrumento para que o desenvolvimento sustentável, cunhado cinco anos antes no relatório Nosso Futuro Comum,



virasse realidade. É o plano de ação dos 178 países que o adotaram, a ser considerado global, nacional e localmente de forma a permitir que as próximas gerações usufruam de condições de equilíbrio social e ambiental.

O compêndio de 2.500 recomendações, divididas em 40 capítulos, versa sobre dimensões econômicas e sociais globais, uso e proteção de recursos naturais, a promoção de grupos sociais e os mecanismos financeiros, jurídicos e tecnológicos necessários para colocar a sustentabilidade em prática. A idéia é que a Agenda 21 global seja a base para a formulação de documentos similares, nacionais e regionais, que contemplem as diferentes necessidades e capacidades das populações sem que o foco seja perdido.

Contudo, após 1992, o que se seguiu foi morosidade. Em 1997, a ONU ainda debatia o texto. O Brasil, por sua vez, só criou uma Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional duas semanas antes do início da reunião Rio +5. “Ela foi formada em função de o País ter sediado a Rio-92, e pela pressão para que o governo apresentasse uma iniciativa na área”, diz Sérgio Bueno, coordenador da Agenda 21 brasileira.

Nos cinco anos seguintes, o País avançou na formulação de seu documento nacional. O governo federal promoveu uma série de reuniões estaduais e depois regionais, com a participação do poder público, organizações não-governamentais e representantes da comunidade. Finalmente, em 2002, o texto estava pronto e foi entregue ao então presidente Fernando Henrique Cardoso. “Aí encerrou-se o mandato e não houve implantação”, conta Bueno.

Internacionalmente, o ritmo não era muito diferente. Na Rio +10, conferência ambiental da ONU ocorrida na África do Sul, os países ricos e os pobres ainda não haviam chegado a um acordo sobre instrumentos para que as recomendações da agenda global fossem colocadas em prática.

O maior nó estava na parte do documento que estabelece ajuda financeira e tecnológica que as nações ricas devem dar às pobres. A Rio +10 terminou sem avanços significativos nesse setor.

## **BALANÇO**

Em retrospectiva, a implementação da Agenda 21 tem avançado. Afinal, pelo menos metade dos países que a adotaram já desenvolveu planos nacionais. Iniciativas locais suplantam as globais e federais, uma vez que não são necessariamente veiculadas e a participação é voluntária. No Brasil, o documento foi incorporado ao Plano Plurianual 2004-2007.

A questão é que os esforços para integrar desenvolvimento e ambiente se mostraram muito menores do que se esperava no final da Rio-92. No mesmo período, a degradação ambiental, a pobreza e a desigualdade social pioram em passos largos.

Como indica o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), o desenvolvimento sustentável pode ajudar a conter impactos perigosos do aquecimento global. Ao mesmo tempo, sua implantação é ameaçada se as nações não se comprometerem com o combate efetivo do efeito estufa.

Caso isso ocorra, o documento seria esvaziado de significado. A Agenda 21 pode se transformar em exemplo de descompasso, em vez de solução.

### **Carta da Terra, a lição começa 'em casa' – Estado de São Paulo – Vida & - 05/6/2007**

SP dá exemplo em 4 macrorregiões - A Agenda 21 de São Paulo foi lançada em 1996, com compromisso assumido por todas as secretarias municipais, além de organizações do Terceiro Setor. Ela foi dividida entre as quatro macrorregiões da cidade - cada uma tem um documento diferente, implantados em 2005.

“Considerando que o programa pretende estimular a sustentabilidade integrando ações e compromissos dos três setores - poder público, empresariado e sociedade civil organizada -, pode-se dizer que a Agenda 21 está em processo permanente de construção”, diz Hélio Neves, chefe de gabinete da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

Neste ano, essa secretaria e a de Educação assinaram a Carta da Terra, documento adotado pela ONU, que implica na construção de políticas ambientalmente sustentáveis na área da educação. Entre as medidas está a construção de escolas de acordo com parâmetros ecologicamente recomendáveis, uso de materiais não poluentes e incentivos à redução do consumo de água e luz.

Desde fevereiro, cerca de 5.700 agentes comunitários são capacitados por 74 educadores, para promoverem práticas saudáveis e de qualidade de vida e ambiental. “A conscientização é fundamental para a implantação de qualquer projeto relacionado à Agenda 21. Conversamos com entidades de classes, propondo iniciativas sustentáveis para diferentes tipos de atividades”, afirma Neves.

Outra ação é o programa de arborização, que acolhe entidades interessadas em “adotar” árvores. Em relação a rejeitos, algumas ações estão programadas. Entre elas, a construção de um centro de tratamento de resíduos sólidos com modelo sustentável, a ampliação da coleta seletiva e a construção de uma estação de reciclagem.

**Cúpula Mundial do Clima: uma nova Rio-92** - Fabio Feldmann \* - Estado de São Paulo  
– Vida & - 05/06/2007

Nesta semana de 5 de junho completam-se 15 anos da Rio-92, 20 anos do Relatório Brundtland - Nosso Futuro Comum e 35 anos da primeira grande conferência das Nações Unidas, realizada em 1972 em Estocolmo.

De lá para cá, o mundo em que vivemos foi radicalmente transformado em todos os aspectos do nosso cotidiano, sendo o universo do cidadão da década de 70 marcado por um mundo bipolar no qual aparentemente as fronteiras eram bem definidas: esquerda versus direita, democracia versus ditadura, capitalismo versus socialismo, progresso versus ambiente. Esse contexto tinha como referência básica um modo de pensamento moldado nos séculos anteriores e a humanidade era vista como destinada a se sobrepor sobre a natureza mediante sua capacidade de dominá-la ou substituí-la pelo desenvolvimento tecnológico. A Conferência de Estocolmo foi concebida e realizada pela liderança de alguns visionários inseridos em questões conservacionistas ou ambientais, que vislumbraram de modo pioneiro os problemas globais hoje constatados pelo acúmulo de conhecimento e pela ciência, de modo que os resultados daquele evento ficaram aprisionados dentro de fronteiras bem determinadas, sem capacidade de promover mudanças no processo decisório mais amplo.

A Conferência do Rio foi realizada claramente por força de uma série de acontecimentos ocorridos em meados da década de 80, entre os quais o mais relevante foi a divulgação da imagem de satélite sobre a Antártica, que ao revelar o enorme buraco na camada de ozônio demonstrou inequivocamente o impacto da ação da humanidade no planeta, ainda que certas tecnologias tenham trazido benefícios inegáveis na conservação de alimentos e outras aplicações tecnológicas: o importante é se assinalar que a partir de então tomamos consciência do potencial de impacto que causamos sobre o ambiente global de modo que é inegável a necessidade de assumirmos responsabilidade por nossa ação perante as futuras gerações. Em outras palavras, um novo paradigma de relação humanidade-natureza se estabeleceu. Com isso, podemos afirmar que o mesmo se tornou referência obrigatória no ingresso do século 21.

A partir de então, todas as nossas ações deveriam estar moldadas por essa noção de “responsabilidade planetária”, tendo como outra face da moeda a idéia correspondente de uma “cidadania planetária”.

A Conferência do Rio estabeleceu como requisito básico a compreensão de que temos limites e devemos aprender a conviver com os mesmos. Resultado de um processo inovador de engajamento dos mais diversos atores sociais, com ênfase na liderança de governos e com a ação complementar da sociedade civil, academia, setor empresarial e notadamente a mídia, foram produzidos consensos importantes consubstanciados na denominada Agenda 21, documento longo e completo que tinha ambição de ser o passaporte para entrada no século 21 em um outro patamar, referenciado pela idéia de um compromisso ético baseado no cuidado com as futuras gerações e justiça social.

Além desse “pacto” importante, tratados internacionais foram gerados, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e sobre Diversidade Biológica, ainda que despidos de metas de cumprimento, refletindo a ambigüidade típica de processos negociadores multilaterais.

A principal deficiência da Rio-92 se deu exatamente por não ter tido a capacidade de criar um desenho institucional global e mesmo ter imaginado um processo que mantivesse a mobilização da mídia e da sociedade em torno das questões por ela tratadas, o que se evidenciou inequivocamente na frustração da reunião de Johannesburgo, ocorrida dez anos mais tarde.

Hoje, o que vemos são os fatos pressionando na direção de novos formatos e decisões, uma vez que os últimos relatórios do IPCC estão demonstrando que a realidade é mais dramática e urgente do que as previsões de 15 anos atrás, justificando e exigindo a realização de uma nova Cúpula Mundial acerca das mudanças climáticas. Mas, dessa vez, com uma agenda mais objetiva em termos de metas, mecanismos de cumprimento e um redesenho institucional adequado, com potencial transformador de induzir as mudanças geopolíticas requeridas. Em outras palavras, temos um ambiente favorável a tais transformações, pelo fato de que a “sustentabilidade” passou a ser um denominador comum de setores empresariais importantes e da sociedade civil organizada, permitindo alianças estratégicas que suportem e legitimem politicamente esse novo paradigma.

O Brasil, que em 1972 adotou uma postura de poluição como sinônimo de progresso, no Rio mostrou a sua capacidade de liderança ao sediar a Conferência - a maior já realizada pelas Nações Unidas, tornando-se um ator reconhecido e dos mais importantes em toda essa trajetória de negociações internacionais, especialmente no Protocolo de Kyoto.

Entretanto, a exemplo do que ocorreu na década de 80, tem sido incapaz de compreender a importância estratégica de reduzir o desmatamento da Amazônia e reforçar sua liderança diante da comunidade internacional. Mantém uma posição defensiva, ao invés de liderar propositivamente, abrindo mão da oportunidade de recomendar a realização da mencionada Cúpula Mundial sobre Clima, que poderia ser realizada no Rio no próximo ano.

O mesmo esforço que fazemos para a realização da Copa do Mundo em 2014 poderia ser feito em prol do planeta, sendo essa uma bandeira suprapartidária a ser conduzida por este governo, lembrando que a Rio-92 foi viabilizada pelos presidentes José Sarney e Fernando Collor. Enfim, temos de deixar de ser campeões do desmatamento para sermos líderes mundiais do desenvolvimento sustentável.

**\* É ex-deputado federal e secretário do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas e Biodiversidade**

**'É crítico que haja ativismo tocante ao ambiente'** - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 05/06/2007

Achim Steiner: diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

Para Steiner, ex-membro de ONGs, a Rio-92 levou o movimento ambientalista a um novo patamar, mais profissional e técnico

Sem a Rio-92, talvez a vida do alemão Achim Steiner fosse completamente diferente hoje. Ambientalista de carteirinha, ele assumiu no ano passado um dos cargos políticos mais importantes de sua área: a coordenação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). É um exemplo de que os então “ecochatos” de 1992 ganharam importância desde a conferência e passaram a atuar menos focados no ativismo e mais na busca de soluções integradas com governos. “Neste momento é crucial centrar esforços nas nações.” Da Noruega, onde lança hoje o Dia Mundial do Meio Ambiente, ele conversou com o Estado.

### **Ainda sentimos os impactos da Rio-92 ou eles se diluíram?**

A preparação para a conferência foi o maior exercício de mobilização que já se viu no movimento ambientalista, particularmente entre a sociedade civil. Nunca devemos subestimar a influência desses setores: esse é o maior legado da Rio-92. A reunião também deu novas direções para o ambientalismo e criou um pensamento forte sobre desenvolvimento sustentável, que tem sido replicado desde então.

**Contudo, o conceito de desenvolvimento sustentável mudou nesses 15 anos e a Agenda 21, seu principal instrumento e um dos principais resultados da conferência, não foi totalmente implementada. Ela foi esvaziada de sentido?**

Ninguém sério hoje questiona o conceito do desenvolvimento sustentável. O problema é que sua interpretação ainda é feita de forma bastante diferente, às vezes aberta demais. Após a Rio-92 o movimento ambientalista se tornou muito mais organizado e profissional, mas não engajou a sociedade nos tópicos do setor, como energia e desenvolvimento econômico.

### **Como o movimento ambientalismo se afastou da sociedade?**

Só nos últimos anos a comunidade ambientalista aceitou que não é mais só ativista mas parte do grupo responsável por a sociedade se desenvolver, inclusive economicamente. Esse é um dos motivos pelos quais hoje as instituições ambientalistas são mais profissionais, confiáveis e capazes de contribuir tanto para o debate quanto para a solução.

**O sr. saiu de uma ONG e assumiu um cargo na ONU. Os ambientalistas se converteram em políticos?**

Acho que não. Acredito que as ONGs atingem a sociedade com um impacto que não se reflete nos governos, e chegar a um consenso intergovernamental é urgente. Sem isso todos nós vamos bater de cara na parede. Por isso decidi me mudar para a ONU, pois acho que neste momento é crucial centrar esforços nas nações. Ao mesmo tempo, é crítico que haja ativismo tocante ao ambiente, porque a sociedade muda lentamente e os políticos dão respostas ainda mais lentas. Então criar preocupação é essencial para que os líderes mundiais se mexam, estejam interessados ou não. Há outra questão: organizações ambientalistas hoje são altamente qualificadas tecnicamente e parte na construção de soluções.

**O IPCC indica que o desenvolvimento sustentável pode ajudar a conter as mudanças climáticas perigosas. Por outro lado, também aponta que as mudanças climáticas, se não contidas, podem atrapalhar a implantação de modelos sustentáveis de desenvolvimento. Onde atua a Convenção-Quadro de Mudanças Climáticas?**

Se analisarmos os últimos 15 anos, a convenção teve um papel fundamental em criar o consenso de que precisamos agir, algo que o IPCC de certa forma subestimou. As dificuldades que enfrentamos se devem a diferenças econômicas e ideológicas, e as nações não conseguem se unir num processo eficiente. O estabelecimento da convenção foi um grande evento, mas existe a ilusão de que ela se faz em pequenos passos. O tema não pode depender mais de pequenos passos, portanto buscamos neste e no próximo ano remontar o interesse comum. Afinal, não teremos outro fórum onde nações possam realmente colaborar entre si.

### **Quem é: Achim Steiner**

É especialista em economia ambiental e desenvolvimento; estudou nas universidades de Londres, Oxford e Harvard e foi diretor-geral da ONG IUCN - É cidadão alemão, apesar de ter nascido no Rio Grande do Sul em 1961

**'O Brasil é um líder inevitável e inexorável'** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/06/2007

O ex-primeiro-ministro da Espanha Felipe González disse ontem que o Brasil precisa exercer o papel de liderança no mundo a fim de assegurar a migração do consumo de combustíveis fósseis para os renováveis. 'O Brasil é um líder inevitável e inexorável', disse. Ele participou da abertura do São Paulo Ethanol Summit 2007.

Para o ex-primeiro-ministro espanhol, a experiência brasileira já é considerada relevante na transformação da situação de pobreza e subdesenvolvimento econômico da África Subsaariana. O modelo de desenvolvimento de energia renovável deve servir de base, afirmou, para uma nova relação do Brasil com os países desenvolvidos, principalmente Estados Unidos e União Européia.

Na avaliação de González, a transformação do etanol em commodity, principal objetivo do encontro que termina hoje em São Paulo, dá ao Brasil condições de negociar um novo tipo de relação com esses países.

Segundo o ex-primeiro-ministro, o País 'pode ou não' querer exercer essa liderança, mas, no atual estágio do etanol, é uma tarefa que o mundo aguarda do Brasil. Para González, a relação brasileira com a América Latina será fortalecida com os investimentos em energia e na infra-estrutura de transporte.

### **Bird lança fundo para comércio de carbono de floresta tropical – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Mundo – 05/06/2007**

As florestas tropicais, cuja devastação responde por até 15% das emissões mundiais anuais de gases-estufa, já podem ser contadas como parte da receita para salvar o planeta da mudança climática: o Banco Mundial ontem lançou um fundo para comercializar os créditos de carbono provenientes do desmatamento evitado. O anúncio foi feito ontem em Berlim, no encerramento de um fórum que reuniu parlamentares do G8+5 e grandes empresários do setor de energia. A criação chamado Fundo Conjunto para Carbono de Florestas havia sido adiantada pela **Folha** no fim de 2006.

"De imediato, nós temos como investir US\$ 50 milhões em projetos que preservem a floresta", disse Kristalina Georgiyeva, diretora de Estratégias e Operações para o Desenvolvimento Sustentável do banco. Nas contas da executiva do Bird, em 2009 esse fundo poderá chegar aos US\$ 200 milhões. "Em 2014, se tudo correr bem, essa iniciativa poderá ser ainda maior e atingir a cifra de US\$ 1 bilhão", afirmou. Os dirigentes do Bird esperam financiar de imediato um projeto de grande vulto no Brasil. Mas isso só será possível se o governo brasileiro -que vem se posicionando contra mecanismos de mercado para o carbono das florestas, por temer ingerência internacional sobre a Amazônia-, não colocar obstáculos ao financiamento.

A expectativa do banco é que seja criado, ou pelo menos formatado, um fundo internacional, abastecido pelos países ricos, que possa comprar os certificados de carbono que seriam gerados principalmente nos países tropicais.

Esse fundo é essencialmente diferente do proposto pelo Brasil -e descartado por outros países- para compensar as nações que reduzissem seu desmatamento. Aqui, a redução de desmate em um país pobre pode ser abatida da quota de redução de emissões do país rico comprador. O Brasil propunha uma contribuição voluntária.

### **Incertezas**

Além de vencer todas as barreiras políticas para que um mercado de carbono forte possa se estabelecer, ninguém ainda ao certo sabe como tudo isso poderia ser montado. Uma das dificuldades é saber, por exemplo, como o desmatamento evitado seria realmente averiguado pelos financiadores.

Apesar do sinal claro dado a favor do mercado de carbono pelo Bird, e ainda pelos grandes executivos do setor de energia que estiveram na capital alemã -Tony Hayward, da British Petroleum, Jim Rogers, da Duke Energy e Lars Josefsson da Vattenfall - críticas ao valor inicial do fundo já foram ouvidas ontem mesmo em Berlim.

A delegação da Malásia achou irrisória a quantia de US\$ 50 milhões, isso contando que vivem da floresta hoje no mundo 1,2 bilhão de pessoas. "A iniciativa é para ajudar a preservar as florestas. Não temos a intenção de erradicar a pobreza diretamente com isso", disse Georgiyeva.

Ela diz não acreditar que o mercado voluntário de carbono florestal, posição defendida pelo Brasil, seja relevante em termos globais. "Claro que toda a iniciativa é importante. Quem quiser colaborar de forma voluntária, muito bem, mas essa não é a saída de mais peso."

O jornalista **Eduardo Geraque** viajou a convite do Banco Mundial

**Marina Silva destaca conciliação com o desenvolvimento para sustentabilidade** - Rafael Imolene e Rubens Júnior – Sítio Eletrônico do MMA - 05/06/2007

Durante solenidade em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente no Palácio do Planalto nesta terça-feira (5), a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, destacou a importância de conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico, garantindo um planeta sustentável às futuras gerações. "Aqueles que têm filhos, pensem nisso. E também reflitam aqueles que têm netos e bisnetos", afirmou a ministra, argumentando que a próxima geração necessita de condições favoráveis para desenvolver a economia e, ao mesmo tempo, preservar os recursos naturais.

Marina Silva destacou, ainda, as ações do Ministério do Meio Ambiente para que essas condições favoráveis sejam alcançadas, como a redução do desmatamento da Amazônia em 52% nos últimos dois anos, e de 75% da Mata Atlântica. "Somos um país com vocação florestal. Hoje, 4% do nosso PIB (Produto Interno Bruto) são provenientes das florestas, mas o potencial é bem maior", disse a ministra, em referência à riqueza da biodiversidade brasileira e ao fato de o País possuir as mais extensas florestas da Terra.

Ainda discorrendo sobre desenvolvimento econômico sustentável, a ministra sustentou a importância da criação do Instituto Chico Mendes, que possibilitará gerenciar as unidades de conservação em todas as regiões do País. Lembrou que no momento da criação do Ibama, em 1989, o Brasil contava com 130 unidades de conservação, somando 15 milhões de hectares. Hoje são 298 unidades dispersas em 60 milhões de hectares, e o governo tem a meta de chegar ao final de 2010 com 90 milhões de hectares de áreas protegidas e de uso sustentável, que vão gerar emprego e renda. Para isso, afirmou Marina Silva, é necessário uma nova estrutura.



O presidente da República em exercício, José Alencar, em seu discurso na solenidade se disse honrado por ter assinado no fim de março, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também estava ausente do País, a Medida Provisória que cria o Instituto Chico Mendes. "Eu me sinto orgulhoso por ter assinado a criação do instituto durante minha outra interinidade. O Lula também teria ficado orgulhoso, mas não mais que eu", afirmou José Alencar.

**Cooperação** - Também em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, foi assinado um protocolo de intenções entre o Ministério do Meio Ambiente e a Caixa Econômica Federal. A presidente da CEF, Maria Fernanda Ramos Coelho, também defendeu o desenvolvimento sustentável. De acordo com Maria Fernanda, as práticas sustentáveis e o investimento em infra-estruturas como o saneamento vão garantir o crescimento econômico e a redução da desigualdade social.

O acordo assinado por Marina Silva e Maria Fernanda prevê que MMA e Caixa somem esforços técnicos e políticos para viabilizarem ações voltadas ao desenvolvimento sustentável do País.

Os parceiros vão trabalhar para: desenvolver mecanismos financeiros de financiamento na área; apoiar a formatação da Política Nacional de Produção Mais Limpa, por meio do fortalecimento da rede brasileira de Produção Mais Limpa; apoiar a promoção/fomento à gestão ambiental e ecoeficiência nas empresas; acompanhar projetos demonstrativos decorrentes da cooperação técnica entre o MMA e a CEF, com interveniência da Cooperação Técnica Alemã (GTZ), na prospecção de programas de gestão ambiental urbana e energias alternativas.

O protocolo prevê ainda a disseminação conjunta dos princípios de ação do Programa Construção Mais Sustentável, buscando implementar uma agenda de promoção sustentável do *construbusiness* brasileiro. Os parceiros vão apoiar também o Programa de Revitalização do Rio São Francisco, a produção de material educativo ambiental, a incorporação dos conceitos de conservação e uso sustentável da biodiversidade nas políticas, planos, programas e ações públicas e privadas, a ações decorrentes do Projeto MDL Resíduos Sólidos Urbanos.

MMA e Caixa trabalharão juntos em prol do desenvolvimento econômico e socioambiental em comunidades tradicionais, priorizando ações para produção e melhorias habitacionais, microcrédito e bancarização. Desenvolverão ainda propostas de produtos e serviços, buscando atender demandas nas seguintes áreas: Reciclagem de lixo, Recuperação de áreas degradadas; Aproveitamento energético vinculados a Mecanismos de Desenvolvimento Limpo Planejamento e gestão de recursos hídricos; Gestão e Fiscalização de projetos nos municípios; Fontes de energias renováveis e eficiência energética; Educação Ambiental; Capacitação de usuários e gestores de programas; Disseminação da informação e ações promocionais; Planejamento estratégico das atividades do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Câmaras Técnicas; Ações do Programa Água Doce e Águas subterrâneas.

O combate ao aquecimento global pode ter ganho um aliado importante, ainda que esquivo - os Estados Unidos. Na semana passada, o presidente George W. Bush abandonou sua ojeriza pelo tema e fez propostas de uma ação conjunta para conter as emissões dos gases que provocam o efeito estufa. A surpresa foi grande, assim como é intensa a tentativa de descobrir o motivo e o alcance da atitude americana. A proximidade da reunião do G-8, que reúne os países mais ricos, teve um papel relevante no movimento de Bush, assim como a insustentabilidade de sua posição, já que empresas americanas e o Partido Democrata são francamente favoráveis a uma ação afirmativa em relação à ameaça climática. Resta saber se Bush entrou em campo com uma manobra diversionista de efeitos protelatórios ou se finalmente os EUA se resolveram pelo engajamento.

A ascensão da oposição democrata ao comando das duas casas do Congresso americano pode ter tido um peso decisivo na guinada de Bush. À ação parlamentar dos democratas somaram-se medidas contra o aquecimento global tomadas por vários Estados do país e pelo apelo e compromissos públicos de um batalhão do primeiro time das maiores empresas nessa direção. A nova posição dos EUA, porém, caso se revele positiva nos desdobramentos práticos, guarda, na intenção, as marcas unilateralistas do governo Bush. Contrário ao protocolo de Kyoto, que estabeleceu limites para as emissões de gases que provocam o efeito estufa, Bush viu-se constrangido a entrar na discussão do que poderá ser um novo acordo global.

Tomada ao pé da letra, a proposta de Bush, pouco detalhada, é avessa não apenas ao espírito de Kyoto, como ao de qualquer acordo global. Os EUA foram suficientemente ambíguos para deixar no limbo a possibilidade de um limite mandatório para as emissões, que seja estabelecido de comum acordo com outros países. Bush pretende discutir a questão fora do âmbito da Organização das Nações Unidas, ao buscar uma solução apenas entre os 15 maiores poluidores mundiais, que os EUA encabeçam. Continua sendo a procura de uma saída unilateral por outros meios o que, no limite, pode desmontar a articulação que propiciou Kyoto, sem colocar nada em seu lugar.

Mas a simples aceitação pelos EUA de que o problema existe pode desencadear uma dinâmica própria que obrigue Bush a novos passos positivos. O Reino Unido, seu principal aliado, já considera fundamental, segundo Tony Blair, ter um norte após o fim de Kyoto, em 2012. A Austrália, também fora de Kyoto, segue o exemplo americano e mostra-se agora disposta a mover-se, de alguma forma, na mesma direção.

O encontro do G-8 pode ser um divisor de águas importante. A orientação da reunião, traçada pela premier alemã Angela Merkel, é a de impedir que o aumento da temperatura global ultrapasse 2 graus centígrados, o que obrigará os países a cortarem em 50% o nível de emissões observado em 1990. A União Européia já fixou a meta transitória de corte de 20% até 2020, com chances de elevá-la a 30% se mais países fizerem sua parte na empreitada. Para isso, será vital obter algum compromisso com metas de China, Índia e Brasil, que foram chamados a participar do encontro.

A posição dos EUA, neste ponto, não mudou. Foi contra Kyoto sob pretexto de que os países emergentes ficaram livres para poluir, e querem metas para os emergentes, China e Índia à frente. A China assumirá a liderança em poluição mundial este ano e o Brasil está na quarta posição, graças ao desmatamento da Amazônia. A atitude brasileira não mudou,

até agora, no essencial - não quer metas, já que são os países desenvolvidos os principais responsáveis pelas emissões que causaram o problema.

Sancionar o pesadelo ambiental chinês e esquivar-se de um compromisso firme para controlar a devastação na Amazônia não é uma atitude correta para o Brasil. O protocolo de Kyoto estabelece responsabilidades diferenciadas na busca de interesses comuns. Dificilmente o país atrairá fundos para a preservação das florestas ou tecnologias limpas sem que se proponha a obedecer limites negociados que possa cumprir e que serão menores que os dos países ricos.

### **Lula vai destacar tecnologia e desmatamento no G-8 - Daniela Chiaretti e Assis Moreira** – Valor Econômico – Internacional - 05/06/2007

Na sexta de manhã, antes do almoço às margens do Mar Báltico, o presidente Luis Inácio Lula da Silva tentará mostrar a outros 12 líderes mundiais que o Brasil está fazendo sua lição de casa contra o aquecimento global: deixou de emitir 600 milhões de toneladas equivalentes de carbono nos últimos oito anos com a adição de álcool à gasolina e evitou lançar à atmosfera outras 400 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> ao conter o desmatamento da Amazônia em 2005/2006. Lula deve ainda pedir recursos para a combater o desmatamento e defender a necessidade urgente de se transferir tecnologia dos países ricos aos em desenvolvimento.

Não há discursos previstos na reunião do G-8+5. A cúpula é uma conversa entre líderes dos países mais ricos do mundo e a Rússia (o G-8), com cinco emergentes convidados ao encontro em Heiligendamm, na Alemanha (Brasil, China, África do Sul, Índia e México). Cada um fala por 4 ou 5 minutos. O presidente Lula terá à mão papeizinhos com informações concisas preparados pelo Itamaraty para usá-los se achar conveniente.

Será a primeira vez que Lula mencionará a proposta brasileira de receber incentivos positivos para evitar o desmatamento, idéia já apresentada pela ministra Marina Silva, no Quênia, em 2006. A base da proposta é que um hectare de Amazônia retêm de 120 a 200 toneladas de carbono, liberadas quando a floresta é cortada ou queimada. Isso poderia significar recursos para o gerenciamento e fiscalização das matas, tomando como referência o preço do carbono no mercado internacional.

Uma taxa de referência, calculada pela média do desmatamento numa série de anos, serviria de parâmetro. Quando o desmatamento for menor que a taxa, os países em desenvolvimento com florestas teriam direito a recursos; se superar o índice, não receberiam nada até compensar o aumento. O dinheiro viria de países ricos que, pela convenção do clima, devem ajudar com recursos e tecnologia para que os outros, em desenvolvimento, possam crescer sem poluir.

Segundo críticos, o ponto frágil da proposta é que os países ricos teriam de doar recursos de forma voluntária. Outra idéia, de atrelar recursos para combater o desmatamento aos mecanismos de comércio de carbono, não agrada ao Brasil. "Com projetos de combate do desmatamento da Amazônia daríamos licenças para as nações industrializadas poluírem", diz uma fonte do governo brasileiro. "Isto afetaria a integridade ambiental do protocolo". Também derrubaria o preço do carbono no mercado internacional.

É possível que o G-8 encampe a idéia de o Banco Mundial de criar um novo fundo, o Forest Carbon Partnership (FCP), para reduzir as emissões de gases-estufa do

desmatamento. Este pode ser um ponto de divergência. O fundo, que ainda está em estudo no Bird e só seria criado por volta de 2010, é uma fonte de financiamentos; a idéia brasileira é que ela se sustente por "doações" dos países ricos, dadas a título de "incentivo" para deter o desmatamento.

No G8+5, Lula deve falar muito em etanol e biodiesel. Tocar ainda num ponto nevrálgico: a necessidade de ampliar a cooperação tecnológica. Transferência tecnológica sempre está em pauta nas negociações, mas parece um tópico fadado a ficar na retórica. Uma trava é que as patentes costumam ser privadas. "Sem dúvida, o setor privado é componente importante neste processo. Mas há muita tecnologia em laboratórios governamentais e em privados mas com financiamento público", diz a autoridade brasileira. "É uma questão de desenhar modalidades para facilitar a transferência de tecnologia, de ter vontade política para isso." A questão da propriedade intelectual é complexa, mas tem que ser enfrentada, aposta o governo brasileiro. "Ou enfrentamos isso ou teremos, nos próximos anos, um processo de desenvolvimento de países emitindo e que não vão abrir mão do direito de crescer."

Lula usou a entrevista ontem no programa Café com o Presidente para eximir os países em desenvolvimento da responsabilidade pelo aquecimento global. Para ele, os países ricos emitem muito mais gases poluentes e desmataram muito mais. "Portanto, cabe a eles maior responsabilidade para despoluir o planeta". O Brasil rejeita metas para suas emissões de gases. Os países ricos emitem 65% dos gases-estufa. "A Europa tem só 0,03% de floresta, e o Brasil ainda tem mais que 60%", citou. Lula afirmou que, nos últimos dois anos, o Brasil diminuiu em 52% o desmatamento. **(Colaboraram Assis Moreira, de Genebra, e a sucursal de Brasília)**

### **Mercado de carbono inova, mas cotação inibe projetos - The Economist – Valor Econômico – Internacional - 05/06/2007**

A cada ano, em média, uma porca e sua ninhada produzem o equivalente a 9,2 toneladas de dióxido de carbono, na forma de emissões de metano de seus dejetos. No passado, esse era um problema tanto para o ambiente como para os criadores de porcos. Nos países em desenvolvimento, os dejetos dos suínos acumulam-se em poças ou pequenas lagoas, que trazem mau cheiro e atraem moscas. Algumas vezes, fluem diretamente para os sistemas aquíferos.

Agora o problema virou uma oportunidade. O grupo de commodities agrícolas Bunge constrói piscinas revestidas e fechadas, nas quais os dejetos são recolhidos, e captura o metano emitido. O fazendeiro pode usar o gás para gerar eletricidade. Ao evitar que o metano chegue à atmosfera, a Bunge cria um crédito que pode ser vendido no mercado de carbono. O fazendeiro fica com algo entre 20% e 30% do valor. A Bunge possui 40 projetos do tipo no Brasil e planeja expandi-los para México, Guatemala, Peru e Filipinas.

O mercado de carbono é inovador. Embora funcione como qualquer mercado de commodities, o que se compra e venda não existe. O comércio não é de carbono, na verdade, mas de "não-carbono". É de certificados atestando que um determinado número de toneladas de dióxido de carbono (ou o equivalente em outros gases que causam efeito estufa) não foi emitido pelo vendedor do crédito. O comprador, então, passa a poder emitir esse volume de gases.

O objetivo de criar o mercado era, primeiramente, estabelecer um preço para o carbono e, em segundo lugar, encorajar a redução das emissões, ao permitir que

determinadas empresas, cujos custos para cortar a emissão são muito altos, comprem os créditos, mais baratos. Ambos tiveram sucesso, embora alguns possam contestar este segundo objetivo.

Agora existe um preço para o carbono, estabelecido pelo Esquema Europeu de Comércio de Emissões (ETS, na sigla em inglês). Na primeira fase, o preço foi volátil, porque as informações sobre as emissões industriais na Europa eram insuficientes. O mercado, então, foi abalado no início de 2006 quando se revelou que a Comissão Européia (CE) havia sido muito generosa nas permissões de poluição dadas à indústria. As concessões dessa primeira fase (2005 a 2008) agora quase não valem nada. A CE, contudo, aprendeu a lição e ficou mais rígida, o que elevou os preços na segunda fase.

A oferta de créditos de carbono vem, principalmente, de duas fontes. A primeira são as permissões dadas a empresas dos cinco setores industriais "sujos" cobertos pelo ETS: eletricidade, petróleo, metais, materiais de construção e papel. A segunda fonte está fora da Europa. A CE vinculou o ETS ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM, em inglês), criado sob o Protocolo de Kyoto. Isso permite que a redução das emissões em países em desenvolvimento, como nas fazendas de suínos na América Latina, seja certificada pela ONU. Esses Certificados de Reduções de Emissões (CERs, em inglês) podem, então, ser vendidos.

A demanda pelos créditos de carbono vem, em sua maioria, do ETS, de poluidores que precisam de certificados que lhes permitam emitir carbono. Também há uma certa procura no Japão, onde existe um esquema voluntário, e em outros países, de empresas ou pessoas físicas que querem compensar suas emissões por motivos morais ou para causar boa impressão.

O volume de negócios atualmente é considerável. Concessões no valor de 22,5 bilhões de euros foram negociadas no ano passado, segundo a empresa Point Carbon, o que representa 1,6 bilhão de toneladas de dióxido de carbono. É um grande aumento em relação aos 9,4 bilhões de euros negociados em 2005. O ETS europeu foi responsável por cerca de 80% do valor total.

Os CERs de países em desenvolvimento movimentaram em torno de 4 bilhões de euros do volume negociado no ano passado, o que equivale a 562 milhões de toneladas de gás carbônico. Segundo a consultoria New Carbon Finance, foram levantados fundos de carbono no valor de US\$ 11,8 bilhões até agora. Metade do total é administrado em Londres. O banco de investimentos especializado Climate Change Capital levantou US\$ 130 milhões para seu primeiro fundo de carbono, lançado em julho de 2005. O segundo, lançado um ano depois, tem agora cerca de US\$ 1 bilhão. Segundo Tony White, do Climate Change Capital, o dinheiro do primeiro veio de fundos de hedge, que gostam de risco. Quando o segundo fundo foi lançado, investidores mais cautelosos, como fundos de pensão e bancos, também estavam preparados para aplicar recursos.

O dinheiro foi direcionado, em sua maior parte, para países em desenvolvimento com CERs. Os suinocultores brasileiros da Bunge ganham CERs com os dejetos de seus animais, mas a maior parte dos investimentos foi para conter as emissões de gases na China.

O pior deles é o HFC-23, um subproduto do HCFC-22, produto químico usado, entre outras coisas, em refrigeradores. Atualmente, está praticamente vetado no mundo desenvolvido. Seu efeito no aquecimento global é 11,7 mil vezes maior que o do dióxido de carbono, por isso é bom livrar-se dele. E é barato também. Atualmente, a China produz a maioria do HFC-23 do mundo. Isso - mais o fato de que é fácil negociar com o governo

chinês - explica por que 53% dos projetos de CDM em 2006, um valor em torno a 3,5 bilhões de euros, foram para a China.

O baixo custo para se reduzir as emissões de HFC-23 traz polêmicas. Créditos que custam menos de 1 euro para serem produzidos vêm sendo vendidos por até 11 euros. As fábricas descobriram que seu nocivo subproduto, o HFC-23, poder acabar sendo mais valioso do que seu produto principal. O governo chinês, ao perceber quanto dinheiro há envolvido, impôs uma taxa de 65% sobre a receita e, em fevereiro deste ano, lançou seu próprio fundo CDM, de US\$ 2 bilhões. Assim, os consumidores europeus que pagam pela redução das emissões de gases na eletricidade ou em outras contas contribuem com bilhões de dólares para os cofres do governo chinês, via o CDM.

As opções fáceis - o HFC-23 e outros gases industriais muito sujos (isto é, rentáveis) - acabarão em breve. Guy Turner, da New Carbon Finance, admite que os dias dos CERs com custo inferior a 1 euro para serem produzidos acabaram. Agora, o espectro de variação gira em torno de 1 a 5 euros. A industrialização chinesa é rápida e suja e não faltarão gases-estufa para serem "limpos" pelo dinheiro dos países ricos.

Essa é uma parte do problema. Pesquisa da Point Carbon revelou que 65% das empresas consultadas consideraram que o ETS as levou a reduzir suas emissões (acima dos 15% no ano anterior). Destes 65%, no entanto, a maioria estava mais inclinada a comprar créditos em vez de reduzir suas próprias emissões. Além disso, o objetivo do ETS é que tanto as emissões européias como as chinesas sejam cortadas.

Isso vem ocorrendo em pequena escala. Em certas ocasiões, o preço dos créditos de carbono fez valer a pena para as empresas de eletricidade trocarem os combustíveis sujos pelo gás, menos nocivo. "Reduzimos maciçamente nossa produção de linhito quando o preço do dióxido de carbono estava no pico", disse Alfred Hoffmann, diretor de gestão de carteira na Escandinávia e na Alemanha da empresa de eletricidade sueca Vattenfall. O linhito é ainda mais poluente que o carvão. Mas então os preços do gás subiram, tornando a troca menos atraente.

Os créditos de carbono trouxeram parte das inovações esperadas. A Shell, por exemplo, capta o dióxido de carbono de uma refinaria na área de Botlek, na Holanda, e o leva a 500 estufas que produzem frutas e vegetais. Isso evita a emissão anual de 170 mil toneladas de dióxido de carbono e os donos das estufas a economizam a queima de 95 milhões de metros cúbicos de gás para produzirem o dióxido de que precisam.

A Alcan planeja usar o calor de uma de suas caldeiras para aumentar a eficiência de sua usina de geração de energia em Lynemouth, Reino Unido. O diretor-gerente de operações de energia da Alcan no país, Wyn Jones, calcula que a ação economizará 150 mil toneladas de gás carbônico por ano (3 milhões de euros, levando em conta preço de 20 euros por tonelada, que a Alcan espera) e 60 mil toneladas de carvão, cerca de US\$ 4,2 milhões. O custo do projeto? Jones não sabe ao certo, mas espera ter um retorno em cinco anos.

As emissões européias, no geral, não estão diminuindo, o que sugere que não se está abandonando tanto o carvão como se esperava ou que não estão se adotando tantas inovações tecnológicas. Os CERs chineses são muito baratos e o preço do carvão é baixo e volátil. Mesmo quando o preço varia entre 15 euros e 25 euros, não parecer ser suficiente para encorajar muitos novos investimentos.

De acordo com Bjoern Urdal, da Sustainable Asset Management, que estudou os efeitos do preço do carvão no mercado de eletricidade alemão em 2006, trocar velhas usinas a carvão por usinas a gás só vale a pena quando o carvão supera os 25 euros.

Isso ajudou a elevar o preço do carvão. A decisão da CE de reduzir a verba dos governos para o setor no período 2008-2012 também teve esse efeito. O preço da segunda fase das permissões subiu a um patamar que levou algumas geradoras de energia a trocar o carvão pelo gás, quando o preço deste último está moderado. Ainda não subiu o suficiente, no entanto, para substituir as usinas a carvão pelas usinas a gás, nem para encorajar grande parte da inovação que a negociação de carbono supostamente deveria desencadear.

**Revisão urgente** - Laura Knapp – Valor Econômico – Meio Ambiente - 05/06/2007

A procura por soluções mais amigáveis ao meio ambiente vem se disseminando por todos os setores industriais, seja por exigência dos consumidores finais de bens de consumo, seja pelos compradores de soluções industriais. Da mineração aos cosméticos, a onda do "verde" exerce pressão cada vez maior sobre o processo fabril das empresas. "De maneira geral, as empresas estão atentas a como se portar ecologicamente", diz Marcos Tadeu Pereira, diretor de operações e negócios do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) do Estado de São Paulo. O velho slogan usado por governos, que incitavam as indústrias a trazer "suas chaminés" em troca de incentivos fiscais, está totalmente fora de moda.

O número de consultas ao IPT em busca de soluções ecológicas aumentou sensivelmente nos últimos tempos. Tanto que levou o IPT a criar, há cerca de um ano, o Centro de Tecnologias Ambientais e Energéticas (Cetae). Ali, cerca de 80 pesquisadores de diversas áreas trabalham para solucionar ou mitigar problemas relativos à poluição, a fim de adequar as indústrias à nova fase.

Pelo menos uma vez por mês a agência recebe uma delegação de representantes de mineradoras preocupados em implantar um processo industrial mais "limpo". Isso fora as equipes de pesquisadores que saem a campo para prestar consultoria às empresas. "Isso acontece até por dificuldades de exportação, por restrições na Europa", diz Pereira.

A busca das mineradoras tem sido por processos novos para o tratamento da lama, ou material vermelho, resultante do processo da lavra. Elas querem saber o que fazer com esse excedente. É possível transformá-lo em cerâmica? Aglomerá-lo ao asfalto? Ou resolver a questão in loco, onde é produzido? E o que fazer para aprimorar a fabricação de cimento? Uma das soluções pesquisada pelo IPT é o da microencapsulação, tecnologia criada para incorporar sulfato ferroso à farinha e assim alimentar crianças anêmicas, mas que pode ser utilizada em vários tipos de atividade. A tarefa do instituto agora é estudar como aglomerar cromo, um dos subprodutos do cimento, para que se fixe ao próprio material, eliminando o excedente. "É uma técnica nova de nanotecnologia", diz Pereira.

Entre as preocupações das indústrias com o meio ambiente está a já conhecida emissão de particulados em chaminés. Não há uma solução fácil, mas o instituto vem desenvolvendo novos tipos de bocais de injeção de combustível na fornalha. Com uma mistura adequada, a emissão de particulados tende a diminuir. A peletização, ou aglomeração de materiais metalúrgicos também leva a uma redução da emissão quando o metal é queimado ou fundido. São processos que podem evoluir para serem utilizados também nas plantações de cana-de-açúcar. Depois da colheita, a aglomeração da palha ou pedaços da cana em pellets pode possibilitar que eles sejam exportados, para queima em fornos industriais em outros países.

"Há uma demanda para que as empresas tenham processos mais limpos", diz Arthur Whitaker de Carvalho, diretor titular adjunto do Departamento de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Até por pressão da comunidade, de ONGs, de ambientalistas". De acordo com ele, as indústrias passaram a fazer um esforço maior pelo meio ambiente a partir da Eco-92, a segunda Conferência Mundial para o Meio-Ambiente e Desenvolvimento, mas já vinham se modernizando desde 1977, com a implantação da legislação em São Paulo.

"Atender somente parâmetros legais já está para trás", afirma Carvalho. A contribuição para o meio ambiente é mais global, até por questão de custo".

Um levantamento feito em conjunto pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) mostrou que 33% das maiores indústrias brasileiras inovam e que um terço dessas inovações são feitas na área ambiental, com conservação de energia e reuso de água, por exemplo, de acordo com o diretor da Fiesp.

Para encarar os desafios ecológicos, mas em futuro mais distante, a Promon criou um centro de pesquisas voltado à discussão sobre o rumo e a perspectiva de novas tecnologias. "Nossa percepção é de que há poucos fóruns sobre tecnologia emergente e seus impactos", diz Ricardo Correa, diretor do Instituto de Tecnologia Promon (ITP).

Por enquanto, os esforços estão focados em três áreas afins da empresa: energia, desenvolvimento sustentável e tecnologia da informação. De acordo com Correa, um estudo da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) revelou que no Brasil há recursos para investir em equipe e gestão, que a indústria investe em maquinário, mas que em termos de know-how, de conhecimento, o aporte de recursos fica aquém.

O primeiro seminário do IPT foi realizado em abril, a portas fechadas, e versou sobre a produção de etanol, já que a geração de energia a partir de matéria-prima renovável responde por parcela significativa no país.

"É uma oportunidade ímpar para o Brasil. Há novas tecnologias surgindo, com impacto na cadeia produtiva", afirma Correa. Na produção de energia em hidrelétricas, usinas de óleo e gás, na petroquímica, é preciso investigar como tornar esses processos sustentáveis, pelo conceito mais recente de cuidados com o meio ambiente. Por exemplo, as usinas termelétricas exigem muita água para seu resfriamento, mas saber qual a melhor técnica de engenharia para reduzir esse consumo não era uma preocupação antes, afirma. "Existe uma maior consciência do investidor industrial de que o processo deve ser sustentável." No caso do etanol, a questão é como aumentar a produção sem aumentar na mesma proporção a área plantada, ou como gerar a mesma quantidade ou mais de energia com a mesma quantidade de bagaço.

Em suma, atualmente para uma indústria ser mais competitiva, precisa contar com processos sustentáveis. Portanto, a grande questão é como equalizar sustentabilidade e competitividade. Há dez anos, diz Correa, acreditava-se que gastos maiores com o processo industrial, inclusive para torná-lo mais limpo, reduziam a competitividade da empresa, verdade que não se aplica mais. "Esse é o caminho, não tem jeito, se não queremos destruir o meio ambiente", afirma. "Há uma mudança de consciência."

As discussões do IPT têm como objetivo criar uma visão de conjunto das novas tecnologias, de sistematização e de como avaliar e definir futuros investimentos, sob perspectivas que interessam aos clientes da empresa.

Além dos fóruns, o ITP está em negociação com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para estabelecer um acordo que pode incluir a



identificação de novos talentos e a criação de bolsas de estágio. A idéia é também levar para a academia a percepção sobre novas demandas do setor empresarial e estimular talentos que queiram desenvolver novas áreas. Talvez até financiar estudos, no modelo feito por algumas universidades americanas, como o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), mas sem delimitar muito a área de estudos ou limitar a criatividade própria dos laboratórios acadêmicos.

No outro extremo da cadeia de consumo, a L'Oréal lançou mão da química verde para desenvolver o Pro-Xylane, creme indicado para combater o envelhecimento da pele. A molécula é manipulada a partir da xilose, açúcar natural da faia, árvore usada abundantemente no replantio florestal na Europa. Além da matéria-prima renovável, o processo de fabricação do Pro-Xylane requer uma síntese otimizada para usar menos energia e produzir menos dejetos, usando água como solvente.

"Faz parte da carta-magna da L'Oréal, há 20 anos, desenvolver produtos que colaborem com o meio ambiente", afirma Nathalie Pineau, pesquisadora da empresa, no Brasil para fazer o lançamento do produto. Pela tabela de agressão à natureza, onde 5 é o mais amigável e 80 o pior, o Pro-Xylane fica no nível 13, de acordo com a fabricante. Todos os produtos da empresa, diz ela, têm ingredientes ativos que seguem a cartilha de serem biodegradáveis, não bioacumuláveis e não ecotóxicos.

Mas o Pro-Xylane é o primeiro ingrediente ativo orientado para ser verde desde o começo da pesquisa, iniciada há sete anos, ao custo de centenas de milhares de euros. Em 2006, a L'Oréal investiu 532,2 milhões de euros em pesquisa e desenvolvimento, equivalente a 3,4% de suas vendas.

As embalagens do novo produto também seguem a linha "ecoamigável", sendo cada vez mais recicláveis e os frascos, do menor tamanho possível.

### **Uso racional de energia ganha corpo - Vilma Pavani – Valor Econômico – Meio Ambiente - 05/06/2007**

A redução do consumo de energia elétrica é uma medida que vem ganhando corpo nas empresas dos mais diversos setores. O exemplo começa pelas grandes, que possuem departamentos e profissionais específicos para gerir ações de sustentabilidade. Multinacionais como a Siemens, gigante no segmento de eletroeletrônicos, ou a farmacêutica Roche, têm programas de âmbito mundial para o meio ambiente, nos quais energia é sempre um item importante.

O consumo racional é uma preocupação antiga da Siemens, mas neste ano, especificamente, a companhia traçou metas para as áreas fabris, com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica em 20% no prazo de cinco anos, a contar de 2007. "Há tempos já fazemos ações pontuais, como o controle do uso do ar condicionado de acordo com a temperatura do dia, iluminação variável conforme as necessidades do ambiente, etc", conta Wagner Giovanini, diretor de gestão da qualidade e gestão ambiental da Siemens do Brasil.

Agora, entre outras medidas, a empresa vai substituir alguns equipamentos por outros mais eficientes, bem como utilizar a energia perdida naturalmente, nos compressores, para aquecer a água das caldeiras. "Vamos ainda fazer uma campanha de sensibilização de toda a empresa, mostrando que a racionalização da energia não é uma ação isolada, mas um fator crítico de sucesso", diz Giovanini.

Além de buscar eficiência energética dentro da empresa, a Siemens procura desenvolver produtos - como as turbinas a vapor com ciclos combinados - que também

ajudem seus clientes a extrair melhor rendimento com menor quantidade de energia. Todo o portfólio da empresa segue o mesmo princípio. "Desde o momento da concepção de um produto, nossos engenheiros têm como norma procurar o material mais eficiente e com maior grau de proteção ao meio ambiente", garante Wagner.

Na Roche, a questão da energia também é tratada com rigor. A multinacional tem até uma diretriz nesse sentido, a K-18, fixada pela matriz em Basiléia. Seguindo essas regras, no ano passado a Roche do Brasil obteve diminuição de 11% no consumo de energia elétrica na sede da empresa, em São Paulo. Segundo Maurício Tinello, gerente de serviços da empresa e um dos responsáveis pela implantação do programa, a ação se desenvolveu em duas frentes, uma técnica e outra educativa. "Pelo lado técnico, trocamos lâmpadas convencionais por fluorescentes e controlamos as demandas por meio de um software que cria um target para cada horário: se um departamento ou equipamento ultrapassa o limite convencionado, a energia é derrubada", conta.

Também foi implantado um sistema desenvolvido para o ar condicionado, pelo qual este é automaticamente desligado conforme a temperatura, e que capta o ar de fora para dentro do prédio, reduzindo o uso do equipamento e poupando energia. Pelo lado educativo, foram tomadas várias medidas, como a colocação de selos nos interruptores, com dizeres do tipo "Por favor, desligue a luz". Palestras em eventos de segurança do trabalho também abordam a questão.

Tinello diz que a matriz mantém auditores nos mais de 120 sites da empresa em todo o mundo para acompanhar o cumprimento das metas. O programa envolve mais criatividade do que gastos. Ele cita a manutenção de equipamentos como oportunidade de mudança: "Quando uma lâmpada incandescente queima, aproveitamos para trocar por uma fluorescente".

A pesquisadora e professora de pós-graduação em energia pelo Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE), da Universidade de São Paulo, Virgínia Parente, entende que as pequenas e médias empresas podem seguir esse caminho, trocando lâmpadas e equipamentos tradicionais por outros mais eficientes. Mas lembra que o consumidor, em geral, reage a incentivos - sejam de prêmio ou penalidade. Ela sugere que o governo adote pequenas medidas de grande contribuição, como tributação menor para os produtos mais eficientes e maior para os ineficientes. Como exemplo, cita geladeiras e chuveiros, os grandes vilões do consumo de energia, e presentes tanto em residências, como escritórios ou indústrias. "Na hora da troca de equipamentos, certamente o produto mais eficiente, com preço competitivo, seria o escolhido", avalia. Os fabricantes, por seu lado, teriam maior interesse em investir em pesquisa e desenvolvimento de produtos eficazes.

Outra possibilidade levantada pela especialista é a troca ou mistura de sistemas de geração de energia. As indústrias de alimentos e bebidas, que precisam usar processos de esterilização (pelo calor) e de conservação (pelo frio) ao mesmo tempo, poderiam utilizar sistemas de co-geração, com um misto de energia elétrica e solar. Mas além da boa vontade das empresas, diz Virgínia, é essencial haver políticas públicas que mirem a eficiência energética, com metas para a troca de equipamentos antiquados. "Nossas medidas para a área de energia são ainda muito tímidas e voltadas mais para aumentar a oferta do que para educar a demanda", ressalta.

Mudar a matriz energética é um processo mais complicado, mas dá bons resultados. A AmBev (Companhia de Bebidas das Américas) está substituindo gradativamente combustíveis fósseis por outros menos poluentes. Hoje, apenas 12% da matriz energética da empresa é composta por óleo combustível, enquanto 88% da energia utilizada vem de

biogás, biomassa e gás natural. Em relação à energia elétrica, as 30 unidades da AmBev no Brasil consumiram, no ano passado, 8,64 kwh/hl (kilowatt-hora por hectolitro de bebida produzido). Isso representa redução de 10,19% frente a a 2001, quando esse número era de 9,51 kwh/hl.

### **Educação ambiental para quem? - Gilson Caroni Filho – Carta Maior – 06/06/2007**

É hora de a própria esquerda se livrar do imaginário herdado do padrão fordista e incorporar a luta pela preservação natural ao seu horizonte político. Fora disso, a palavra progressista torna-se um vocábulo vazio.

No dia 05 de junho, data dedicada ao meio ambiente, petições vazias brotam em discursos e páginas da imprensa. Alguns analistas econômicos tecem comentários genéricos sobre a preservação da natureza e exaltam indústrias que estariam mudando padrões produtivos para se adaptar à uma nova consciência ecológica. Como nosso socialismo não é de extração fabiana, gostaríamos de, no curto espaço desse artigo, lembrar obviedades.

A apresentação dos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) deixou claro que, para atenuar os efeitos do aquecimento global, é preciso repensar com urgência os modelos econômicos das sociedades pós-industriais. Como não acreditamos em conversões éticas do capital, descartamos, desde já, os grandes conglomerados desse processo.

Políticas de desenvolvimento devem ser redefinidas a partir de novas matrizes. Talvez estejamos em momento ímpar. Ou reduzimos as taxas de lucro de um capitalismo predatório ou, em médio prazo, corremos o risco de auto-extinção da espécie humana. Não há meio termo quando lidamos, como destacou Marx, com um modo de produção que só se desenvolve destruindo as forças produtivas.

O Farol de Alexandria das grandes corporações não atentou para uma fina ironia da história. Se o capitalismo neoliberal aumentou a assimetria entre nações ricas e pobres, a dinâmica desencadeada no meio ambiente globalizou nosso destino.

A desertificação, por exemplo, deve ter como resultado imediato, um fluxo migratório sem precedentes na história da humanidade. Como alerta o secretário geral da Convenção para o Combate à Desertificação da ONU, Hama Arba Diallo, o que nos aguarda é um crescimento desordenado das grandes cidades dos países da periferia. Aumento da violência, do desemprego, crescimento de favelas e perda de identidade das vítimas da seca. Um incremento de anomia de conseqüências imprevisíveis. Algo que, não se iludam os senhores de Davos, chegará a seus portos seguros como tsunamis de flagelo e terror.

Quando desastres, como furacões, processos erosivos e estiagens, deixam de ser fenômenos naturais, é o momento de intervir politicamente na conjugação de ações

humanas que os intensificam. Dar à questão ambiental um recorte anticapitalista é o diferencial indispensável para um projeto contra-hegemônico.

É hora de a própria esquerda se livrar do imaginário herdado do padrão fordista e incorporar a luta pela preservação natural ao seu horizonte político. Fora disso, a palavra progressista torna-se um vocábulo vazio. Um atributo discutível para quem luta no campo democrático-popular.

A educação ambiental precisa ir além de pensar o desenvolvimento sustentável como algo que compreende o atendimento das necessidades presentes, sem comprometer as gerações futuras. Requer uma reflexão macropolítica que nega os alicerces do padrão civilizatório contemporâneo. É práxis a ser reinventada. Um processo constituinte permanente que repõe a dimensão ontológica como elemento fundador de uma nova ordem.

É necessário um agir pedagógico que resgate o homem total. Aquele que tem plena consciência de que se sua natureza é histórica, sua história é natural. Não cabe, portanto, nos marcos de uma lógica contábil que nega sua própria humanidade. A ecologia, talvez, seja a última chance de nos construirmos como indivíduos de fato e cidadãos planetários. Uma luta que não contempla temporizações. Precisa de militância radical e dialéticaafiada. Envolve relações onde o homem, ao transformar seu objeto, é por ele transformado.

Por isso, mais que nunca, é preciso resgatar a tradição marxista e denunciar a lógica capitalista de produção, a acumulação de capital, das riquezas e das mercadorias como um fim em si.

Resgatar um trecho importantíssimo do *Capital*, onde Marx destaca o caráter destrutivo da agricultura em uma sociedade regida pela lei do valor:

“Assim, ela destrói não só a saúde física do operário urbano, mas também a vida espiritual do trabalhador rural. Cada passo dado em direção da agricultura capitalista, cada semente de fertilidade a curto prazo, constitui, ao mesmo tempo, um agravamento na ruína das fontes duradouras de tal fertilidade. Quanto mais um país – por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte – desenvolve-se na base da grande indústria, tanto mais rapidamente realiza-se esse processo de destruição. Portanto, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao mesmo tempo que esgota as duas fontes de onde brota a riqueza: a terra e o trabalhador”

Não deixar isso claro aos jovens é um pouco mais que tergiversar: é um crime.

Gilson Caroni Filho é professor de Sociologia das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha), no Rio de Janeiro, e colaborador do *Jornal do Brasil*, *Observatório da Imprensa* e *La Insignia*.

**Lula quer prêmio por redução do desmatamento** - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/06/2007

Presidente vai propor ao G-8 compensação ambiental para países emergentes que também evitarem queimada

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu marcar sua participação na Cúpula do G-8, na sexta-feira, com a proposta de criação de um mecanismo de compensação aos países em desenvolvimento pela redução do desmatamento. Lula agregará a pauta a seus esperados discursos em favor da disseminação do uso dos biocombustíveis e da conclusão da Rodada Doha.

O G-8 (grupo das sete economias mais desenvolvidas mais a Rússia) começa hoje, em Heiligendamm, na Alemanha, e terá a mudança climática como tema principal. Na sexta-feira, serão agregados ao grupo os líderes de cinco países emergentes (África do Sul, Brasil, China, Índia e México) e de países africanos convidados.

A proposta do mecanismo foi testada pelo Brasil durante a Conferência das Partes sobre o Clima, em Nairóbi, Quênia, no fim de 2006. Prevê a criação de um fundo para estimular ações de combate a desmatamentos e a queimadas no mundo em desenvolvimento. O Brasil e outros países médios seriam beneficiados com parcerias em projetos. Os mais pobres, com a injeção direta de recursos.

Oportuna para o Brasil, a apresentação da proposta terá a função de provocar nova discussão mundial em torno de uma idéia do presidente Lula - tática que prevaleceu nas suas ações anteriores em favor do combate à fome e à pobreza.

**ESMOLA** - Para o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o encontro entre a cúpula do G-8 e as principais economias emergentes deixará claro que esse mecanismo de discussão de temas mundiais 'vai ter de caminhar para um G-13 ou G-12', com a adesão formal de novos sócios emergentes. O ministro acrescentou, porém, que o Brasil não 'vai mendigar participação na mesa dos poderosos' e prefere esperar um movimento natural de expansão. 'O G-8 se mostra, hoje, mais estruturado. Ao longo dos anos, deu-se conta de que é fundamental para os próprios sócios ter os emergentes como parceiros. Como poderiam hoje discutir a economia sem a presença da China?'

A visita oficial do presidente Lula a Nova Délhi, encerrada ontem, tenderá a reforçar as posições comuns entre Brasil e Índia sobre a Rodada Doha nos debates sobre esse tema, que se darão durante almoço de trabalho. Os dois países lideram o G-20, grupo de economias em desenvolvimento que negocia em conjunto o capítulo agrícola. A expectativa do Itamaraty é a de que, da reunião ampliada do G-8, saiam manifestações políticas capazes de estimular os países desenvolvidos a fazer as concessões na área agrícola.

Por questões políticas, a Rodada terá de ser encerrada neste mês. No dia 11, em Genebra, na Suíça, os ministros do G-20 começarão a preparar o grupo para o encontro, marcado para o período de 19 a 22 de julho. Nesse momento, EUA, União Européia, Brasil

e Índia tentarão costurar o acordo. Para Amorim, a insistência do ministro da Índia, Kamal Nath, em manter posição contrária a concessões dos países em desenvolvimento não prejudica a coordenação com o Brasil.

### **É o meio ambiente!** – Miriam Leitão – O Globo – 06/06/2007

Uma repórter me perguntou se eu achava que a economia vai salvar o meio ambiente e respondi que não: é o meio ambiente que vai salvar a economia.

Tratada como assunto lateral, a ecologia assumiu tal proporção que mudou a maneira de fazer negócios: empresas que vivem do combustível fóssil são as primeiras a anunciar uma nova era de baixo carbono, porque sabem que morrerão se não o fizerem.

Empresas petrolíferas são as primeiras a iniciar o esforço para lavar a imagem.

Não querem mais ser conhecidas como empresas de petróleo e, por isso, reciclam sua imagem como companhias de energia. Anúncios ligando-as à energia limpa multiplicam-se em publicações internacionais.

Empresas, justamente as que sofrem mais risco de dano à imagem pela área em que atuam, unem-se em associações que reúnem dezenas de grandes corporações internacionais em iniciativas ambientais. Querem primeiro salvar a si mesmas, e a boa consequência é que é mais um passo na direção de um planeta mais limpo.

Energia mais limpa, biocombustível, novas tecnologias de redução das emissões de carbono estão movimentando bilhões no mundo inteiro.

Segundo a revista “The Economist”, de 2005 para 2006, subiu de US\$ 28 bilhões para US\$ 71 bilhões o total de investimentos em tecnologias menos poluentes. O que parecia tempos atrás um custo — a redução das emissões — virou fonte de negócios, impulso para investimentos, movimento econômico.

O meio ambiente salva também a economia brasileira ao introduzir novos parâmetros de negócios e um grande produto para oferecer à economia local e internacional: os biocombustíveis.

Como o mercado, para eles, surge a partir da necessidade de redução de emissão de carbono, evidentemente, a maneira de produzir está sob escrutínio do consumidor.

Não haverá espaço internacionalmente para o biocombustível brasileiro se ele for produzido em processos que representem a destruição do meio ambiente. Os produtores não podem invadir áreas da Floresta

Amazônica; não podem expulsar para a Amazônia pecuaristas e outros produtores, transformando o Sudeste numa monocultura; não podem expandir projetos para o Pantanal. Se for para o Pantanal, a agroenergia estará dando dois tiros no pé: vai dar errado a produção e vai manchar a reputação do produto nacional.

As necessidades ambientais hoje são um importante disciplinador da economia brasileira: servem de estímulo para a atuação correta, e podem ajudar a superar velhos desvios. Empresa que direta ou indiretamente incentiva a destruição da Floresta Amazônica perderá reputação e, em seguida, clientes.

Terá um enorme custo de limpar a imagem através de uma reestruturação da sua maneira de fazer negócios.

Antes o meio ambiente era visto como um modo de fazer o bem para proteger espécies animais e vegetais em extinção.

Era como se estivéssemos protegidos dos efeitos da destruição. Quando finalmente se compreendeu que a desordem climática ameaça, em última instância, os seres humanos, tudo mudou de figura.

A economia feita do modo antigo — que ainda é dominante — tem um poder destruidor tão forte que, para salvar a economia, o meio ambiente impõe novas regras, novas formas de produção, novos valores.

Assim a questão ambiental começa a desenhar o plano de salvação da economia. Ela será salva dos efeitos dos seus próprios erros se levar a sério a vasta gama de soluções ofertadas pela evolução dos estudos climáticos e ambientais.

A agropecuária brasileira expandiu-se e expande-se de forma deletéria ao meio ambiente — a não ser raras exceções representadas por pioneiros que buscam uma conciliação com a terra, o insumo insubstituível. Tem invadido cada vez mais áreas amazônicas, tem posto abaixo o cerrado, ameaça o pantanal, fez terra arrasada da caatinga e deixou fiapos de mata atlântica. Hoje ainda, em vez de procurar áreas degradadas para recuperá-las e convertê-las à atividade agrícola e à pecuária, prefere fingir que não vê que está comprando terras recentemente desmatadas por grileiros.

Continuar assim é a marcha da insensatez. A agropecuária brasileira pode ser salva dos seus erros adotando toda uma série de métodos de produção amigável ao meio ambiente. Terá, por compensação, mais espaço no mercado internacional.

No país, quem escraviza, quem utiliza de forma degradante o trabalho humano, é porque também não tem o menor respeito ao meio ambiente.

Tem sido assim desde o princípio. Portanto uma nova atitude ambientalmente correta não poderá conviver com irresponsabilidade social.

Temos, de novo, os novos valores ambientais salvando a economia das suas piores perversidades.

O Brasil, sede da maior parte da maior e mais diversa floresta do planeta, tem muito a ganhar se firmar em sua marca a impressão de país verde. Isso agregará valor à marca e a todos os produtos oferecidos no mercado internacional.

É um equívoco — por tudo dito acima — achar que a economia salvará o meio ambiente. Quem está em apuros é a economia, pela maneira como ela é feita, por sua falta de visão estratégica, pelos custos que está impondo ao planeta por suas escolhas. A nova consciência de que o planeta não nos suporta mais desta forma é a deixa, é a saída, é a chance para que a economia se reorganize de forma mais rentável e sustentável.

**BNDES negará crédito a empresa que desmatar** - Liana Melo – O Globo – Economia – 06/06/2007

Banco incentivará companhias que adotarem tecnologia limpa a negociar créditos de carbono

O BNDES anunciou ontem, no Dia do Meio Ambiente, a inclusão de mais uma cláusula na política ambiental do banco. Ao adotar o compromisso com o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE), projetos que impliquem em desmatamento terão financiamento negado. As áreas de agropecuária e silvicultura, por exemplo, serão as mais afetadas. Esses projetos só receberão aprovação se enquadrados no ZEE.

— O BNDES está entrando tarde na luta contra o aquecimento global — disse ontem Luciano Coutinho, presidente do banco.

Coutinho anunciou a criação de um programa para estimular a negociação de créditos de carbono. O projeto é incentivar empresas que adotem tecnologias limpas a converter a redução das suas emissões de gás carbônico (CO<sub>2</sub>), um dos gases do efeito estufa, em créditos de carbono. O programa tem recursos de R\$ 200 milhões.

Como um dos signatários da Declaração sobre Mudanças Climáticas proposta pelo braço financeiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, anunciada na reunião do G-8, na Alemanha, o BNDES se comprometeu a fazer um inventário de suas próprias emissões.

Para neutralizá-las, o banco reflorestará áreas desmatadas.

Viagens de avião e de carro de seus funcionários entrarão no cálculo das emissões.

### **Criada Bolsa Floresta - Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 06/06/2007**

Morador de áreas preservadas no Amazonas receberá dinheiro para não desmatar

O governador do Amazonas, Eduardo Braga, sancionou ontem, Dia Mundial do Meio Ambiente, uma lei sobre Mudanças Climáticas e Preservação Ambiental que cria um mecanismo inédito para manter as Unidades de Conservação da Floresta Amazônica no Estado preservadas: o Bolsa Floresta.

A idéia é que cada uma das 8.500 famílias cadastradas que hoje vivem dentro das Unidades de Conservação recebam R\$ 50 por mês para não derrubar a floresta.

Atualmente, as unidades reúnem 17 milhões de hectares de floresta no estado.

— O Bolsa Floresta é uma ajuda financeira que pressupõe a prestação do serviço de redução do desmatamento no entorno das unidades.

E a meta é termos desmatamento zero nas áreas protegidas.

Estamos dando um valor econômico à floresta — explicou o governador.

— A idéia é financiar também o monitoramento, fiscalização e ações de sustentabilidade.

Para financiar a ação, a lei sancionada cria um fundo que captará recursos junto a iniciativa privada, ONGs e entidades governamentais nacionais e internacionais. Pelas contas do governador, o fundo precisa ter R\$ 600 milhões para ser autosustentável.

#### **Fiscalização via satélite**

O objetivo é que o programa beneficie 60 mil famílias até 2010. Mas ele espera poder começar a pagar o benefício em breve, tão logo o fundo conte com verbas suficientes para as 8.500 famílias já cadastradas.

Segundo o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Virgílio Viana, o governo se prepara para detalhar o funcionamento operacional do fundo já nas próximas semanas.

Para saber se as famílias beneficiadas estão, de fato, cumprindo sua parte no acordo, o governador informou que a fiscalização via satélite será fundamental.

— Estamos também firmando um convênio com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) para a criação de um índice de monitoramento de variação da biomassa em cada uma das unidades de conservação — afirmou Braga.



A sustentabilidade ambiental dos assentamentos da reforma agrária é um dos eixos da Reforma Programática de Sustentabilidade Ambiental, projeto coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o apoio da GTZ, agência de Cooperação Técnica do Governo Alemão. A iniciativa envolve outros sete ministérios e seus órgãos vinculados, entre eles o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Trata-se de um acordo firmado entre o Governo Federal e o Banco Mundial para a implantação do Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Sustentável e Equitativo (Sustainable and Equitable Growth Technical Assistance Program – SAL), conhecido como SAL Ambiental, no valor de US\$ 1,2 bilhão.

O acordo, que tem duração de cinco anos, foi firmado em 2004 com o objetivo de estabelecer uma política integrada, apoiar a sustentabilidade ambiental nas políticas e nos programas de setores governamentais, como os de desenvolvimento agrário e urbano, de turismo, de energia e de saneamento. O grande desafio é reverter a trajetória do uso não-sustentável dos recursos naturais e consolidar um sistema de gestão ambiental articulado e efetivo.

Para facilitar a execução do SAL, foi criado um projeto de Assistência Técnica para a Sustentabilidade Ambiental (Environmental Technical Assistance Loan – TAL). O TAL Ambiental viabilizará a realização de estudos, diagnósticos, análises e capacitações necessárias à consolidação e aos avanços do SAL. Além disso, o TAL tem a missão de integrar as ações dos diferentes ministérios envolvidos.

Questão agrária -As ações nas quais o MDA e o Incra estão inseridos tratam da melhoria e da sustentabilidade ambiental na reforma agrária. A questão agrária foi incluída no projeto por ser considerada um potencial transformador da sociedade brasileira. Gera emprego e renda, garante segurança alimentar, dinamiza as economias locais e regionais, democratiza o acesso à terra e promove desenvolvimento com justiça social.

Na questão agrária, destacam-se alguns itens: o licenciamento ambiental como instrumento de gestão; o investimento em atividades de recuperação ambiental de áreas de preservação permanente e de reserva legal dos assentamentos; e a promoção da exploração racional e sustentável dos recursos naturais nas áreas recuperadas.

Para a engenheira florestal e responsável pela coordenação do TAL Ambiental no Incra, Leonarda Cristina de Sousa, o projeto auxiliará na regularização da situação ambiental nos Projetos de Assentamento (PAs) antigos e facilitará a implantação nos novos.

Ações específicas - As ações do Incra e do MDA serão desenvolvidas em dois momentos. No primeiro, haverá a realização de oito oficinas sobre licenciamento ambiental envolvendo os órgãos estaduais de meio ambiente, o MMA e os movimentos sociais nas

cinco regiões do País. O objetivo é receber contribuições sobre a revisão dos procedimentos de licenciamento ambiental de assentamentos.

Depois das discussões nas oficinas, serão elaborados estudos estratégicos para a definição de prioridades no processo de regularização ambiental dos assentamentos. Neste momento, o objetivo passa a ser a definição de critérios para a identificação de áreas críticas e o desenvolvimento de metodologias de adequação ambiental.

#### Resolução do Conama

A Resolução nº 387 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), de dezembro de 2006, revoga por completo a Resolução nº 289, de outubro de 2001, e traz um novo texto sobre os procedimentos para o licenciamento ambiental nos PAs da reforma agrária. Entre as mudanças, a mais importante para a execução do TAL é a definição de prazos de validade das Licenças Prévia (LP) e de Instalação e Operação (LIO).

“Um dos ganhos da Resolução 387 foi a estipulação de prazos para a renovação das licenças ambientais para os assentamentos, que na 289 não estavam previstos”, afirma a responsável pelo TAL no Incra. A LP, emitida pelos órgãos estaduais de meio ambiente, costumava ter um prazo entre seis meses e um ano para ser renovada. Agora, esse prazo pode chegar a cinco anos. Para a LIO, o prazo varia entre quatro e 10 anos.

As oficinas serão realizadas para validar e divulgar os prazos estabelecidos na nova Resolução, além de aproximar o Incra dos órgãos estaduais de meio ambiente para que possam desenvolver uma metodologia conjunta de licenciamento dos PAs.

#### **Conferência Nacional do Meio Ambiente debaterá mudanças climáticas** - Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA - 06/06/2007

A ministra Marina Silva aproveitou as comemorações da Semana do Meio Ambiente, encerrada nesta quarta-feira (6), para anunciar oficialmente a realização da III Conferência Nacional do Meio Ambiente, que terá como tema as mudanças climáticas. Integrada proporcionalmente por representantes da sociedade civil (50%), do empresariado (30%) e dos governos (20%), a conferência é um fórum importante para a formulação de políticas de sustentabilidade socioambiental por meio da participação popular.

O anúncio da III Conferência foi feito durante a solenidade de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, realizada no Palácio do Planalto, na terça-feira (5), com a presença do presidente em exercício, José Alencar. Na oportunidade, a ministra também lançou a III Conferência Infante-Juvenil, que conta com a participação de estudantes do ensino fundamental, entre 11 e 14 anos, e é realizada em parceria com o Ministério da Educação.

Ambas as conferências terão como tema as mudanças climáticas. Atualmente, o assunto tem sido muito debatido em diferentes fóruns mundiais de meio ambiente, principalmente após a divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) que alertaram o mundo sobre o aquecimento global. O tema também foi abordado na última reunião do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), realizada em maio deste ano.

Com a realização das duas conferências, objetiva-se discutir e estabelecer estratégias governamentais para o enfrentamento dos impactos causados pelo aquecimento global. Além disso, disseminar o conhecimento técnico-científico e político relativo a essas mudanças para identificar soluções concretas para a sua mitigação, adaptação e educação ambiental.

A conferência ocorre a cada dois anos. Por meio de debates municipais e estaduais, diferentes setores da sociedade discutem preocupações e responsabilidade, apresentando reivindicações e sugestões de aprimoramento. Ao final dos trabalhos regionais, delegados indicados pelos grupos regionais reúnem-se em uma plenária nacional a fim de aprovar deliberações ao MMA e recomendações a outros órgãos e instituições de governo.

A primeira conferência foi realizada em 2003 e contou com a participação de 65 mil pessoas. Em 2005, o número subiu para 86 mil. Este ano o objetivo é aumentar ainda mais o total de participantes. Para tanto, haverá mais tempo para a realização dos debates regionais. Eles ocorrerão até o primeiro semestre do ano que vem, quando deverá ser realizada a plenária de deliberações. Até então, os debates e plenário ocorriam no mesmo ano.

Foi criada ainda uma gerência específica no MMA para cuidar da conferência. Até então, isso era feito por meio de um grupo de trabalho que respondia diretamente ao gabinete da ministra. A nova gerência será vinculada à Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (Saic), criada a partir da reestruturação

Criada como instrumento de educação ambiental e democracia participativa, a conferência cumpre as diretrizes do MMA: desenvolvimento sustentável; transversalidade; fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente; e o controle e participação social.

**Bush veta metas para redução de poluentes** - Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 07/06/2007

DO ENVIADO ESPECIAL À ALEMANHA - O projeto alemão de obter do G8, o clube dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia, metas numéricas para a redução dos gases que causam o aquecimento global ruiu antes mesmo de começar formalmente o encontro de cúpula do grupo, o que se daria em um jantar na noite de ontem.

O torpedo definitivo na linha de flutuação do projeto foi disparado pela manhã por James Connaughton, principal assessor da Casa Branca para o ambiente, ao dizer que não existe "uma solução tamanho único para todos" e acrescentar que os EUA se opõem à meta

dos 2C como teto admissível para o aumento médio da temperatura até o fim deste século, em relação à era pré-industrial.

Para que esse teto fosse alcançado, o projeto alemão determinava que a emissão de gases do efeito estufa (que causam o aquecimento global) deveria ser reduzida à metade, sobre os níveis de 1990, até 2050. Sem o teto de 2C tampouco há a meta decorrente. Connaughton disse também que três outros países do G8 (Japão, Canadá e Rússia) têm posição idêntica à dos EUA. Depois do torpedo, Angela Merkel, a chanceler alemã e, como tal, anfitriã da cúpula, reuniu-se com o presidente George Walker Bush, no que era encarado como a última tentativa para um acordo que permitisse um desfecho ambicioso da cúpula, na questão ambiental.

Não funcionou. Merkel deixou a reunião dizendo que os dois haviam encontrado "pontos comuns em temas como o combate à pobreza e à doenças infecciosas na África", mas que, em "áreas aqui e ali", haveria necessidade de discussões adicionais.

**Europa x EUA** - Bush, por sua vez, expressou "o forte desejo" de trabalhar "com os países do G8 na elaboração de um novo acordo para reduzir as emissões de gases do efeito estufa e para reduzir a dependência do fornecimento de petróleo de fontes externas".

Mas não mencionou nem de passagem as metas defendidas por Merkel. De todo modo, os EUA podem admitir outro ponto-chave para os europeus: o de que as futuras negociações para o tratado que vai substituir o Protocolo de Kyoto sejam conduzidas no âmbito da ONU.

O protocolo, do qual os EUA se retiraram, vence em 2012 e, por isso, é urgente iniciar negociações para o seu substituto. Mas os europeus temiam que os norte-americanos quisessem conduzir um processo paralelo, a partir do convite feito na semana passada por Bush para uma reunião dos 15 países mais poluentes (Brasil inclusive) no último trimestre do ano.

Ontem mesmo, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, que fala em nome do conglomerado de 27 países, dizia que espera que os EUA se integrem ao processo global, sob o argumento de que, "se há um problema que é global por natureza, é esse".

Durão Barroso defendeu o estabelecimento de metas "obrigatórias e mensuráveis" para conter o aquecimento. Mas admitiu que elas não sairão da cúpula de Heiligendamm, pelo menos não nesse formato. O que pode, sim, sair é o reconhecimento da necessidade de estabelecer metas em algum momento futuro.

O presidente da Comissão Européia queixou-se da falta de liderança no processo, em alusão indireta aos EUA, depois de citar dados comparativos sobre o desempenho europeu e norte-americano no quesito emissão de gases do efeito estufa. Segundo ele, os 27 países da União Européia reduziram 5% as emissões, desde 1990, ao passo que os EUA aumentaram-nas 15,8%. **(CR)**

**Uma ambição movida a biodiesel** – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 08/06/2007

**BERLIM** - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entra sem nenhuma timidez ou modéstia em uma cruzada portentosa: mudar a matriz energética do mundo. É o que ele dirá hoje ao G8, o clube das sete maiores economias do planeta mais a Rússia. Mudar a matriz energética significa adotar crescentemente os biocombustíveis, fonte renovável e limpa de energia. "É uma questão inexorável. Pode levar dez anos, 20 anos, mas o mundo terá que adotar o biocombustível, seja por conta do preço do petróleo, seja pela necessidade de ter um combustível limpo", disse à **Folha** ontem. Seu raciocínio é o de que não adianta muito pretender que novas tecnologias produzam veículos mais eficientes e que, por extensão, poluam menos (essa é parte da proposta europeia e, principalmente, norte-americana sobre ambiente).

Exemplo concreto: Lula conversou anteontem com diretores da Mercedes-Benz, que contaram que estão sofisticando mais e mais os veículos, inclusive caminhões, para que poluam menos.

Mas a sofisticação leva a um preço mais alto e, portanto, a menos vendas. Lula lançou um desafio à Mercedes: "É possível compatibilizar os investimentos para tornar o carro menos poluente com a adoção de um novo combustível?" (leia-se: biocombustível). A empresa topou o desafio.

O presidente comentou com a diretoria da Mercedes que, se o Brasil tem o flex-fuel, carros que aceitam dois diferentes tipos de combustível, "não precisa construir um carro/caminhão no padrão europeu para reduzir a poluição".

Que faz sentido, aparentemente faz, ao menos visto por um leigo absoluto (Lula, ao contrário, ficou tão obcecado com os biocombustíveis que fala de um tal B5 como se falasse de feijão ou futebol, quando B5 significa 5% de biodiesel no diesel). Agora, se convencerá seus pares do mundo rico é uma boa aposta. [crossi@uol.com.br](mailto:crossi@uol.com.br)

**Lula vai propor nova cúpula ambiental** – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Brasil – 08/06/2007

**Sugestão é que conferência, cuja idéia será levada hoje ao G8, ocorra no Rio em 2012, quando expira prazo do Protocolo de Kyoto - Lula gostaria que a reunião hoje dos sete países mais ricos e a Rússia fosse para discutir exclusivamente o etanol e o biocombustível**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva proporrá hoje ao G8, o clube das sete maiores economias do mundo mais a Rússia, a convocação de uma nova conferência ambiental, também no Rio de Janeiro, a Rio+20, porque a data sugerida é 2012, 20 anos depois da Eco-92, o primeiro grande esforço sob o guarda-chuva das Nações Unidas para enfrentar a mudança climática.

É também o ano em que perde validade o Protocolo de Kyoto, destinado a enfrentar o aquecimento global, mas que acabou produzindo reduzidos efeitos, na medida em que não foi assinado pelos Estados Unidos, justamente o maior emissor dos gases que produzem o efeito estufa e geram o aquecimento global.

No ano que vem, o Brasil será a sede de uma outra conferência global, também com presença de chefes de Estado, exclusivamente destinada a discutir os biocombustíveis, pelos quais o presidente se confessa um "fanático".

Uma das razões para Lula propor a seus pares uma nova grande reunião internacional é o seu temor de que a discussão no âmbito restrito do G8 "fique apenas na pirotecnia".

"O que me incomoda é que os países ricos parecem tomar decisões muito mais para prestar conta aos movimentos ambientalistas que são muito mais fortes [na Europa e nos Estados Unidos] do que em qualquer outra parte do mundo", reclama o presidente Lula. Por "pirotecnia", pode-se entender o fato, mencionado pelo presidente, de que os Estados Unidos não assinaram o acordo de Kyoto e a Rússia só o fez mais tarde. Os dois são membros do G8, ao lado de Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá. O tema ambiente ocupou metade do tempo da conversa de Lula com a **Folha**, acompanhada pelo chanceler Celso Amorim, pelo assessor diplomático da Presidência, Marco Aurélio Garcia, e pelo ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, enquanto a TV mostrava os gols dos jogos de quarta-feira pelas eliminatórias da Eurocopa. Lula diz que, se dependesse exclusivamente dele, na reunião de hoje com o G8 "só falaria de etanol e biocombustíveis". São estes os principais temas da conversa com o presidente, divididos por tópicos.

## **BIOCOMBUSTÍVEIS**

O presidente sabe que entra para a reunião de hoje com o assunto aquecimento global já esgotado, nas reuniões entre os líderes do G8. Mas avisa: "Eu vou ter dez minutos, cinco minutos que seja, vou ter um almoço com eles, e quer queiram quer não vão ter que me ouvir falar de biodiesel, de etanol, de energia limpa".

Lula acha que "o Brasil tem cacife para colocar a questão do etanol" em um debate que, até ontem, ficou centrado no estabelecimento de metas para evitar que o aumento da temperatura média do planeta seja superior a 2C, o que exigiria, segundo proposta alemã derrotada pelos EUA, que houvesse uma redução de 50% (sobre os níveis de 1990) na emissão de gases do efeito estufa até 2050.

A tese do presidente brasileiro vai por outro caminho, assim descrito por ele: "Eu compreendo a situação dos países ricos. Eles têm um padrão de desenvolvimento, tem um padrão energético, tem um padrão de combustível e não querem mudar. Às vezes, preferem jogar a culpa nos países em desenvolvimento, o que é transferir a responsabilidade de quem de fato a tem".

Passo seguinte: "O biocombustível é uma questão inexorável. Pode levar dez anos, 20 anos, mas o mundo terá que adotar o biocombustível, seja por conta do preço do petróleo, seja por necessidade de ter um combustível mais limpo". Corolário: "Se eles vão aceitar mudar a matriz energética, eu não sei. Mas o dado concreto é que nunca se discutiu tanto biocombustível como agora".

Lula folheia os papéis que leva consigo a toda reunião internacional, com números sobre o uso de combustíveis no Brasil (16% é álcool anidro ou hidratado, mais limpo que os derivados do petróleo) e sobre a matriz energética. "Nosso quadro é exatamente o inverso do deles. No Brasil, 89% da energia procede de hidrelétricas [fonte renovável], ao passo que nos países da OCDE, só 12% vem de fontes renováveis" (a OCDE é a Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento, formada pelos 30 países mais ricos do mundo).

O presidente e seu chanceler lutam com os papéis até descobrirem um dado vital na discussão: em 2003, quando o biocombustível ainda estava engatinhando no Brasil, só a mistura de 23% na gasolina "evitou a emissão de 27,5 milhões de toneladas de gás carbônico, o que corresponde à emissão anual da Noruega", diz Amorim. Marco Aurélio Garcia reforça, no seu canto: "E a Noruega produz petróleo leve" (portanto, menos poluente). Amorim diz também que "a grande diferença entre a proposta brasileira e a da Alemanha "é que nós vamos diretamente aos meios de combater o aquecimento", ou seja, pelo uso dos biocombustíveis em vez dos combustíveis fósseis (leia-se: petróleo).

## **DISCURSO DOS RICOS**

Lula vai ao ataque até na questão do desmatamento da Amazônia, em que o Brasil sempre ficou na posição de vilão aos olhos do mundo. "O mundo desenvolvido acha que pode fazer um discurso e a gente tem que tomá-lo como a palavra final e obedecer", diz. Depois cita pesquisa feita pela Embrapa com "50 e poucos cientistas do mundo inteiro", para analisar o desmatamento do planeta nos últimos 8.000 anos. Deu o seguinte resultado, relata Lula: "O Brasil ainda tem 69% de sua floresta original. A Europa, só 0,03%. E a América do Norte só fica com uns 20 e poucos por cento por causa do Canadá". **FOLHA - Mas eles dizem que não é por causa dos erros que fizeram no passado que países como o Brasil podem agora ficar livres para fazer os mesmos erros. LULA -** Temos outra proposta para eles: que o custo do não desmatamento implique um novo modelo de desenvolvimento. Quero saber se os países ricos estão dispostos a financiar os países pobres que resolverem ser mais responsáveis que eles e não desmatarem.

## **DESMATAMENTO**

O presidente defende a criação de um fundo, pelos países ricos, para que os países pobres possam evitar o desmatamento. "Vamos ver se eles topam fazer. Eu estou cheio de criação de fundo que não funciona. Fundo é o que mais se cria. Quanto ao desmatamento na Amazônica, Lula repete sempre que em dois anos o desmatamento foi reduzido em 52%. Diz que o próprio Brasil tem interesse em diminuir mais ainda e anuncia que um satélite a ser lançado em setembro, em acordo com a China, permitirá receber fotos de duas em duas horas e, com isso, monitorar com muito mais precisão a região amazônica. (CLÓVIS ROSSI)

**Texto final reconhece necessidade de "redução substancial" nas emissões poluentes, mas não especifica como chegar lá**

**Única concessão dos EUA foi concordar em "considerar seriamente" iniciativas contra aquecimento já adotadas por UE e Japão**

A cúpula 2007 do G8, o clube das sete maiores economias do mundo mais a Rússia, terminou ontem com o mero reconhecimento do óbvio em matéria de ambiente: o documento final diz que que o grupo reconhece a necessidade de "reduzir substancialmente" a emissão dos gases que provocam o aquecimento global.

Depois que o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática produziu recentemente um texto devastador sobre as conseqüências do aquecimento global, os países ricos, os maiores poluentes, não poderiam deixar de dizer o que disseram ontem. Mas a presidência, a cargo da Alemanha neste ano, queria muito mais: queria metas numéricas específicas. Queria que o G8 fixasse 2C como o máximo tolerável para o aumento da temperatura média no planeta, para o que seria necessário cortar pela metade, sobre os níveis de 1990, a emissão dos gases do efeito estufa até 2050.

Os Estados Unidos vetaram metas precisas, do que resultou um comunicado aguado, no qual só um ponto passa perto do projeto original da Alemanha: o G8 diz que "considerará seriamente" as decisões já tomadas pela União Européia, o Canadá e o Japão, as quais incluem cortar ao menos pela metade as emissões até 2050.

Nada no documento, no entanto, é de cumprimento obrigatório pelas partes. Mesmo assim, Angela Merkel, a anfitriã como chanceler da Alemanha, soltou a comemoração de praxe nesse tipo de evento. "É um grande passo adiante", disse. "Posso viver muito bem com esse tipo de compromisso."

Só Nicolas Sarkozy, recém-eleito presidente da França e que, durante a campanha, foi retratado pela esquerda como "um neoconservador americano com passaporte francês", distinguiu-se pela crítica ao texto, ainda que elegante e velada. "O acordo é significativo, mas eu preferiria metas obrigatórias", disse. E ainda acrescentou: "Não dá para esperar".

**Chama da discórdia** - Já os EUA, como é natural, festejaram genuinamente e, ao mesmo tempo, mantiveram no ar a chama da discórdia com o mundo em desenvolvimento. O assessor da Casa Branca Steve Hadley disse que o compromisso do G8 é "muito consistente" com as idéias do presidente Bush sobre a necessidade de cooperação entre países ricos e economias emergentes para combater o aquecimento global. "É preciso haver uma meta de longo prazo para reduzir substancialmente as emissões, mas fixar tais metas exige a participação de todos os países emissores, incluindo a China e a Índia", completa. A China, a Índia (e o Brasil) não aceitam uma distribuição igual da carga pelo combate à mudança climática entre países ricos e em desenvolvimento porque dizem que foi e ainda é o mundo desenvolvido o maior responsável pelo problema.



Agora, os próximos passos na batalha contra o aquecimento global serão os seguintes:

1 - Hoje, o G8 ouve o grupo de cinco países convidados, Brasil inclusive. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva proporá uma nova reunião como a Eco-92, realizada no Rio, para 2012. Seria a Rio+20.

2 - Antes, em setembro, a ONU organiza um jantar com os presidentes de cerca de 15 países para discutir o tema. Lula e Bush estarão presentes.

3 - Imediatamente depois, Bush organiza a sua própria reunião, com os 15 países que são considerados responsáveis pela emissão de 85% dos gases do efeito estufa, Brasil incluído.

4 - Em novembro, na Indonésia, os peritos da ONU voltam a discutir os detalhes de um eventual acordo que substitua o Protocolo de Kyoto, que vence precisamente em 2012. O protocolo foi a mais ambiciosa meta para conter a mudança climática, frustrado porque os EUA, o maior emissor de gases, não participaram.

#### **Bahia quer neutralizar emissões de carbono** – Estado de São Paulo – Vida & - 08/06/2007

O governo da Bahia lançou o programa Floresta Bahia Global para compensar as emissões de carbono do Estado pelo plantio de árvores em áreas de preservação. Só o avião oficial do governo lança, por ano, cerca de 360 toneladas de gás carbônico no ar. O local escolhido para o plantio das árvores é o Parque do Conduru. Após compensar as emissões do avião, o próximo passo será “descarbonizar” a frota de 40 veículos da Secretaria de Meio Ambiente e incentivar as outras secretarias a fazerem o mesmo.

#### **O xadrez do clima** – Folha de São Paulo – Opinião – 09/06/2007

#### **G8 avança pouco na questão do aquecimento global, mas resistência dos Estados Unidos parece ter sido quebrada**

À PRIMEIRA vista, perspectiva preferida dos que não têm olhos para os lentos movimentos da história, Angela Merkel sai derrotada da cúpula do G8. Os sete países mais ricos do mundo e a Rússia deixam o balneário báltico de Heiligendamm sem compromisso com a meta de reduzir pela metade emissões de gases do efeito estufa até 2050, como pretendia a premiê alemã.

Desse ângulo enviesado, George W. Bush retorna aos Estados Unidos como vencedor. Conseguiu barrar o alvo de redução que cientistas indicam ser necessário para

impedir que o aquecimento global já em curso ultrapasse os 2C, nível considerado perigoso. Enchentes e secas mais graves e mais frequentes, quebra de safras agrícolas e hordas de refugiados seriam as conseqüências agora mais prováveis dessa licença para prosseguir produzindo os gases que, como o CO<sub>2</sub>, aprisionam radiação na atmosfera e a aquecem perigosamente.

Essa é uma leitura no mínimo parcial, se não equivocada. Contar com a assinatura de Bush numa declaração que acata a autoridade científica das previsões do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) e se compromete a enfrentar pronta e decididamente o problema do clima sob a égide da ONU era algo impensável poucas semanas atrás.

Pode-se tomar como tívio o compromisso de "considerar seriamente as decisões tomadas por União Européia, Canadá e Japão, que incluem cortar no mínimo pela metade as emissões globais até 2050". Decerto seria melhor para o clima mundial se, em lugar desse objetivo vago, o G8 adotasse metas obrigatórias.

Por outro lado, existia o temor de que os EUA estivessem decididos a esvaziar a negociação multilateral da questão climática. No último dia de maio, Bush havia proposto um processo paralelo, com participação dos 15 maiores emissores. Parecia fadado ao fracasso, ou jogo de cena, por indicar que países em desenvolvimento, como China, Índia e Brasil, deveriam adotar obrigações similares aos dos grandes poluidores. Desse ponto de vista, o acordo de Heiligendamm surge como avanço ponderável.

O deslocamento na posição até então refratária dos EUA pode ter sido mínimo, mas aconteceu. Tão ou mais decepcionante mostrou-se a declaração conjunta do G8 e seus cinco convidados (Brasil, China, Índia, México e África do Sul). O máximo que se lê ali é um não menos vago compromisso de "contribuir com nossa parcela justa para enfrentar a mudança climática".

Tal objetivo não pode mais ser alcançado sem redução de emissões também nesses cinco países. A China, por exemplo, deve ultrapassar os EUA como maior poluidor antes de 2010, talvez ainda neste ano. Sem dúvida sua produção de CO<sub>2</sub> per capita é muito inferior à de países ricos.

No entanto, há cada vez menos razão para traduzir como recusa de obrigações o princípio inscrito na Convenção sobre Mudança do Clima de que todas as nações do mundo têm sobre ela uma responsabilidade comum porém diferenciada.

Para deixarem de ser coadjuvantes do G8, esses países precisarão também dar pequenos passos. Um por vez -mas logo.

**Minas cria rede de escolas sobre meio ambiente** - João Domingos – Estado de São Paulo  
– Vida & - 10/06/2007

Unesco e Conselho Mundial das Águas apóiam projeto que começa com 30 unidades em locais estratégicos

O Estado de Minas dará início amanhã a um projeto que pretende instalar 30 escolas de educação ambiental, num primeiro momento, e 55 até o fim deste ano. “Queremos que as escolas sejam freqüentadas por pessoas de todas as idades”, explica o subsecretário estadual de Ciência e Tecnologia, Otávio Elízio.

Cada uma das escolas ambientais terá capacidade para atender até 300 alunos, que terão ensino à distância e também na presença do professor, sempre um técnico selecionado de algum órgão que trabalhe com o meio ambiente.

A idéia recebeu o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Conselho Mundial de Águas, que está lançando a campanha “Água para a paz e para a vida”, com o objetivo de resolver conflitos entre países que disputam as mesmas fontes aquíferas.

Há um mês, cerca de 400 cientistas que participaram da segunda parte do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), em Bruxelas, concluíram que mais de 1 bilhão de pessoas poderão sofrer com a falta de água em um futuro próximo e que as populações mais pobres do mundo serão as mais afetadas pelo aquecimento global.

**BACIAS HIDROGRÁFICAS** - A Rede Mineira de Educação Ambiental prevê a criação de centros de educação em meio ambiente nas localidades próximas às diferentes bacias hidrográficas de Minas. A princípio, pretende oferecer aos alunos de qualquer idade noções de preservação do meio ambiente como fator de melhoria das condições sociais. Em seguida, de acordo com Otávio Elízio, com a experiência que tiverem adquirido, os alunos poderão trabalhar em projetos produtivos que se sustentem a longo prazo e sem que o meio ambiente seja degradado.

Na primeira fase de implantação do projeto de escolas ambientais, o governo de Minas pretende usar também a rede de universidades federais, estaduais e particulares, além de autarquias como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG), a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e a Companhia de Saneamento do Estado (Copasa), informa Elízio.

Segundo os idealizadores do programa, esses prédios públicos e privados têm condições de oferecer a infra-estrutura para as escolas, pois boa parte das aulas será feita por videoconferência.

**NO CURRÍCULO ESCOLAR** - Como o tema ambiental hoje ganhou grande importância no Brasil e no mundo, a Câmara dos Deputados poderá votar projeto de lei que

tornará obrigatória em todo o País a educação ambiental. De acordo com o vice-presidente da Câmara, Narcio Rodrigues (PSDB-MG), a Mesa Diretora da Casa já decidiu encomendar estudos sobre a mudança.

Assim, é provável que dentro de dois ou três anos os alunos do ensino básico e fundamental já venham a estudar matérias sobre meio ambiente.

A Câmara pretende, ela mesma, ter maior participação no tema ambiental. No mês passado, Rodrigues foi enviado a Moscou e a Paris para encontros com Mikhail Gorbachev, ex-presidente da extinta União Soviética (URSS), que hoje preside a Green Cross, uma entidade voltada para temas de meio ambiente, e com Bertrand Charrier, dirigente do Conselho Mundial de Águas.

Rodrigues, que é ligado politicamente ao governador de Minas, Aécio Neves (PSDB), aproveitou para falar do projeto de criação das escolas ambientais, além de recolher, com os dois dirigentes, experiências implantadas em outros países que possam ser utilizadas no Brasil.

“O mundo todo tem grande interesse no Brasil e na América Latina por causa, principalmente, da Amazônia e da grande quantidade de água que há por aqui”, diz o deputado.

Segundo ele, numa dessas reuniões, um dirigente lhe disse que a Unesco tem trabalhado em uma estratégia especial para a América Latina, visto que na região está 26% da água potável do globo, mas apenas 6% da população mundial.

### **Terra pública não é terra de ninguém** - Raimundo Pires Silva – Valor Econômico – Opinião - 11/06/2007

Inferno verde, vazio demográfico, pulmão do mundo... Muitos têm sido os mitos sobre a Amazônia e danosas suas conseqüências ao nortear projetos governamentais. Diante dos fracassos do passado e das exigências futuras para o desenvolvimento do Norte do país, é imprescindível uma ruptura com o senso comum e a discussão aprofundada sobre esse bioma continental. O problema estrutural básico da região, a falta de ordenamento fundiário, veio à tona recentemente com a decisão da Justiça Federal de Altamira, no Pará, que determinou a retirada imediata de grileiros da fazenda Curuá, a maior área grilada do Brasil, com 4,7 milhões de hectares. Não por mera coincidência, a fazenda está localizada na região conhecida como Terra do Meio, palco de alguns dos mais graves conflitos fundiários do país.

Um novo ciclo de desenvolvimento para a Amazônia, compromisso materializado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê a recriação da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), requer combate implacável à grilagem. Para isso, são necessárias uma base cadastral fidedigna dos imóveis rurais e a retomada das áreas públicas, objetivo do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

É preciso lembrar que toda propriedade rural brasileira foi, na sua origem, terra pública. A apropriação privada só se tornou possível com a Lei de Terras de 1850, que

deflagrou uma corrida pela posse da terra em que a ilegalidade não raro foi a regra. O termo "grilagem", por exemplo, tem origem em um método engenhoso e pitoresco: o documento falso era colocado em um recipiente fechado, junto com grilos vivos. Os insetos roíam parte do documento e exalavam substâncias que amareleciam o papel. Com aspecto envelhecido, o documento poderia ser utilizado para "comprovar" uma ocupação anterior à promulgação da Lei de Terras.

Ainda hoje o poder público se vê às voltas com grileiros em quase todo o país. Em muitos Estados, ocorrem fenômenos curiosos, como fazendas de dois, três ou mais "andares", tantos são os títulos com áreas sobrepostas em função da ocupação desordenada. Isso leva a absurdos, como em Ladário, no Mato Grosso do Sul, onde a soma das áreas dos imóveis rurais cadastrados é mais de seis vezes maior que a superfície territorial do município.

Mas é na Amazônia legal, região que corresponde a 60% do território nacional, que o problema da grilagem adquire dimensões colossais. Do tamanho dos territórios da Bélgica e Holanda somados, a fazenda Curuá, por exemplo, se sobrepõe à totalidade das terras indígenas Xypaia e Curuaya, da Floresta Nacional de Altamira, sobre 82% da Terra Indígena Baú e parte da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio.

### **Ao desatar o nó fundiário da Amazônia, governo cria condições indispensáveis aos investimentos para desenvolver a região**

O emaranhado fundiário da Amazônia agravou-se com o projeto de integração nacional do regime militar, sustentado pelo mito do "vazio demográfico", como se ali já não vivessem povos indígenas, quilombolas, seringueiros e ribeirinhos. Por meio de grandes obras de infra-estrutura e incentivos fiscais a projetos agropecuários, o governo desencadeou fluxos migratórios e uma exploração predatória que se revelaram ecológica e socialmente catastróficos. O saldo desse modelo de ocupação é perceptível ainda hoje nas estatísticas de violência no campo.

Esse cenário de "terra sem lei" também favoreceu a proliferação de relações de trabalho degradantes, análogas à escravidão. Dos cerca de 18 mil trabalhadores resgatados pelo Ministério do Trabalho entre 1995 e 2005, mais de 78% estavam em Estados da Amazônia legal, 37,5% deles só no Pará. Aqui, destaca-se a reforma agrária como uma das políticas mais importantes no combate ao trabalho escravo. Assentamentos rurais têm possibilitado a inclusão social de trabalhadores resgatados. E a reforma agrária também tem sido feita nos municípios de origem e aliciamento desses trabalhadores, a maioria da região Nordeste, como forma de propiciar condições de vida digna a quem, por absoluta falta de opção, se deixa seduzir pelas promessas dos "gatos", como são chamados os agenciadores de mão-de-obra a serviço dos grileiros.

Diferentemente dos antigos projetos de colonização do regime militar, a reforma agrária é considerada hoje uma forma de garantir a ocupação não-predatória das áreas retomadas pela União. Com esse objetivo, foram criados modelos de assentamento que conciliam a produção agrícola com a conservação ambiental, como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) e de Assentamento Florestal (PAF).

Além disso, ao desatar o nó fundiário da Amazônia, o governo cria as condições indispensáveis às políticas públicas e aos investimentos voltados ao desenvolvimento da região. Resultados significativos já têm sido alcançados: só no município de Lábrea, no Amazonas, o Incra retomou 1,335 milhão de hectares de terras públicas. Com isso, é

possível reverter o processo de expulsão sofrido nas últimas décadas pelas populações tradicionais, assegurando o seu direito à posse da terra.

A integração possível para a Amazônia não é, portanto, a de uma "fronteira aberta". Tampouco sua integração ao mercado externo, baseada numa divisão internacional do trabalho em que a região se encaixe como mera exportadora de matéria-prima. Integrar a Amazônia é reconhecer a legítima posse da terra pelos povos que ali resistiram a séculos de violência. O Judiciário tem importante papel nesse processo e a recente decisão da Justiça Federal sobre a desocupação da fazenda Curuá cria um precedente importante: o juiz proibiu o Ibama de pagar qualquer tipo de indenização aos grileiros. O recado foi claro: terra pública não é "terra de ninguém", é do povo brasileiro.

**Raimundo Pires Silva é engenheiro agrônomo formado pela Esalq, mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Unicamp e superintendente regional do INCRA-SP.**

**Concepção do governo sobre ambiente é atrasada, diz FHC** – Folha de São Paulo – Brasil – 12/06/2007

DA SUCURSAL DO RIO - O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso criticou o governo federal por defender internacionalmente uma "concepção atrasada" em relação ao ambiente e pregou a criação de limites de poluição e a redução de emissões de gases poluentes do país "por conta própria". Ele pediu a "Queimada Zero".

Em congresso do PSDB no Rio, exortou o partido a adotar o ambiente como uma de suas principais bandeiras políticas, "não só pelo voto", mas por ser um valor social. "O Brasil precisa assumir posição diferente. Tem uma concepção atrasada, de burocracia. (...) O que perderia o Brasil se assumisse por conta própria a posição: "Eu vou reduzir" [as emissões de gases poluentes]? Queiramos ou não o mundo vai mudar, então por que não se antecipar?" Segundo FHC, 75% das emissões do Brasil advêm de queimadas. Para ele, o país pode liderar o processo de redução de emissão de gases.

**Preocupação inclui também o ambiente** – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 12/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - As regras do futuro mercado global de biocombustíveis devem ir além da qualidade química dos produtos: a UE quer exigir não apenas o cumprimento de regras trabalhistas básicas mas também processos de pouco ou nenhum impacto ambiental. Diplomatas ouvidos pela Folha confirmaram a idéia de discutir a parte técnica das exigências em uma mesa paralela, enquanto Mercosul e UE travam um diálogo estratégico na mesa principal. As exigências, porém, devem causar polêmica, e o Brasil já possui um discurso fechado: quaisquer que sejam as regras, a certificação deve ser de um órgão doméstico, como já ocorre na inspeção da pecuária.

Segundo esse entendimento, caberia à ANP (Agência Nacional do Petróleo) fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista e ambiental nos projetos de produção de álcool e biodiesel.

Para Juan Diego Ferrés, presidente da comissão de fundação da Ubrabio (União Brasileira do Biodiesel), uma maior participação da iniciativa privada ajudaria a ampliar o mercado no país.

"Há um processo que visa o controle sobre todas as fases de produção no país. Não há mercado intermediário, e os empreendedores não conseguem participar." (ID)

### **Condraf decide realizar Conferência de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – Sítio Eletrônico do MDA – 12/06/2007**

A realização da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário foi uma das decisões tomadas pelos membros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), em sua 28ª Reunião Ordinária, no último dia 5, em Brasília. A conferência deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2008, em local a ser definido, e reunir em torno de duas mil pessoas.

O evento terá um caráter propositivo para as políticas públicas, programas e ações de governo. O encontro também irá contemplar um balanço das políticas de desenvolvimento rural, valorizar a diversidade de atores sociais e de gênero e, ainda, buscar ampliar o diálogo com a sociedade civil.

A expectativa é de que a conferência seja um grande evento para a discussão do desenvolvimento rural sustentável no País. “Podemos dizer que a participação social é uma das marcas do atual Governo Federal. E o espaço das conferências permite isso, já que são eventos de teor deliberativo”, diz Roseli Andrade, da Secretaria do Condraf.

Segundo Roseli, o próprio Plano Plurianual 2008-2011 assegura que as deliberações das conferências devem ser levadas em consideração no momento de implantação das políticas públicas. “Uma conferência marca um momento importante de reflexão, gerando debates nos territórios, municípios e estados, dando visibilidade à discussão sobre um tema”, completa.

Ainda segundo ela, é fundamental observar quais avanços ocorreram desde as diretrizes propostas pela Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, ocorrida em Porto Alegre (RS), em março de 2006. “A conferência irá atualizar as diretrizes aprovadas na Plenária que ainda não foram contempladas nas políticas e programas existentes”, acrescenta.

**Encontros regionalizados** - A 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário será precedida por conferências estaduais, territoriais, municipais e temáticas. O tema geral da conferência e o regimento interno do evento, além da aprovação do documento-base para discussão, deverão ser definidos em agosto, na próxima reunião do Condraf.

Australiano prevê fim da liberdade se emissões não forem cortadas já

“Ainda neste século vai chegar o dia em que a influência humana sobre o clima superará todos os outros fatores. Então, as empresas seguradoras e as cortes de Justiça não poderão mais falar em fatalidade, porque mesmo o menos racional entre nós poderia ter previsto as conseqüências. E o judiciário enfrentará a culpa proporcional e a responsabilidade por ações humanas resultantes do novo clima. E isso, eu acredito, vai mudar tudo.”

O “tudo”, defende o paleontólogo e climatologista australiano Tim Flannery, pode significar inclusive pequenos agricultores processando governos de países desenvolvidos pelas emissões de gases de efeito estufa que venham alterar o regime de chuvas em suas regiões e acabem arruinando a colheita.

É o que ele chama de justiça natural, na qual o princípio de que o poluidor tem de pagar, ou compensar a vítima, vai se tornar supremo. No livro *Os Senhores do Clima*, lançado recentemente pela Record (392 págs. R\$ 55), Flannery, que nos últimos anos embarcou em uma campanha para combater o aquecimento global - após ter passado um bom tempo desconfiando dos danos ao ambiente causados pelos seres humanos -, é categórico: “Nos próximos anos essa questão vai eclipsar todas as outras. Vai ser a única questão.”

Flannery alerta que se nada for feito, antes do fim do século viveremos uma “ditadura do carbono”. Flannery se converteu à questão climática ao perceber que a floresta estava se expandindo sobre um pico na Nova Guiné que há até uns 20 anos era coberto por capim.

Em sua nova obra, ele mostra as provas incontestáveis de que o aquecimento global é culpa de todos nós e que as mudanças climáticas já estão ocorrendo. É uma espécie de manual para evitar o caos.

“Os ‘senhores do clima’ somos todos nós, alguns com mais culpa que outros. O que precisamos entender, no entanto, é que a poluição de gases de efeito estufa está aumentando. Se nações em desenvolvimento como China, Índia e Brasil não fizerem esforços reais para reduzir suas emissões e proteger suas florestas, nada que o mundo desenvolvido fizer para reduzir as emissões poderá nos salvar”, afirmou o pesquisador em entrevista ao Estado por e-mail.

“O que eu vejo é muito simples: um desastre. Eu imagino uma situação em que as pressões políticas e econômicas resultantes das mudanças climáticas são tão vastas que podem destruir nossa civilização”, disse. “Isso pode ocorrer com países guerreando para dominar os recursos naturais, mais do que por petróleo hoje. A mão do governo pode ser cada vez mais pesada, como um Big Brother controlando as emissões humanas.”



## CONTROLE TERMOSTÁTICO

Em um cenário em que as emissões de gases-estufa sejam reduzidas um pouco, mas ainda haja danos aos ecossistemas terrestres, será necessário estabelecer uma espécie de agência reguladora do clima, ou uma Comissão Terrestre para Controle Termostático, como escreve Flannery em seu livro, que poderá, “por necessidade”, invadir questões de soberania.

Segundo o climatologista, essa comissão seria responsável por arbitrar sempre que os acordos não forem honrados e onde o carbono seqüestrado é perdido. Isso exigiria um novo tipo de cooperação internacional sobre o uso dos mares e do solo. “E à medida que a crise climática se aprofundar, a comissão poderá ser chamada para arbitrar naqueles casos em que uma nação esteja sofrendo grande desvantagem como resultado do clima alterado, enquanto outras prosperam.”

Conforme a situação geral piorar, o jeito vai ser voltar os olhos para o tamanho da população mundial, que, Flannery acredita, é a raiz do problema. Nesse ponto ele prevê a comissão se transformando em uma espécie de governo mundial orwelliano, com moeda e exército próprios, controlando cada pessoa. “Se nos atrasarmos em nosso combate contra a crise climática, a ditadura do carbono pode se tornar essencial para nossa sobrevivência.”. Para evitar isso, é preciso agir agora. “Na verdade já deveríamos ter começado há uns dez anos”, adverte Flannery.

### **Taxa em áreas de proteção pode cair - Selma Schmidt – O Globo – Rio – 13/06/2007**

Donos devolveriam trechos preservados ou pagariam um valor menor à União

A secretária do Patrimônio da União, Alexandra Reschke, e o gerente regional do órgão no Rio, Paulo Simões, acenaram ontem com uma alternativa para proprietários e ocupantes de terrenos sobre os quais a União tem direitos. O aumento de foros e taxas de ocupação desses imóveis chegou a dez mil por cento de 2006 para este ano. Segundo os dirigentes da SPU, será possível fazer o desmembramento dos terrenos, separando áreas ocupadas efetivamente daquelas que têm de ser preservadas.

Com o desmembramento, a parte do terreno com restrições ambientais poderá ser devolvida à União ou ter redução de até 90% do valor da cobrança, para os que se comprometerem a zelar por ela.

— O interessado deve procurar um cartório, com as plantas dos órgãos ambientais (Ibama, Feema, secretarias municipais de Meio Ambiente) para fazer o desmembramento. Precisar ainda abrir um processo na gerência do Patrimônio. O rito será sumário — garante Simões.

O empresário e ex-presidente do Flamengo Hélio Ferraz teve o foro de sua propriedade na Ilha da Gipóia, em Angra dos Reis, aumentado de R\$ 24 mil para R\$ 278 mil, de 2006 para 2007. Ele explica que, embora seu terreno tenha 900 mil metros quadrados, a maior parte dele é reserva florestal e não pode ser aproveitada.

— Levei um susto grande quando recebi o carnê. Mas, depois, percebi que só poderia ser um equívoco. A desproporção é tão grande que ou havia erro antes ou está errado agora — afirma Ferraz, que pagou a primeira cota do foro e vai ingressar com recurso.

SPU isenta quem tem renda de até 5 salários mínimos. Dono da Pousada Sankay, na Praia de Bananal, na Ilha Grande, Geraldo Flávio Faraci também optou por pagar a primeira cota e entrar com recurso na SPU.

Com 11 quartos, a pousada teve o foro majorado de R\$ 4.600, ano passado, para R\$ 28 mil. Geraldo quer pagar apenas pelo que utiliza: — Meu terreno tem 63 mil metros quadrados, mas só posso construir até a cota 40 (40 metros acima do nível do mar), ou seja, em 1.200 metros quadrados — afirma ele.

Já proprietários e ocupantes de terrenos com renda de até cinco salários mínimos são isentos do pagamento de foro e taxa, desde que não possuam outro imóvel. Para assegurar o benefício, diz a secretária do Patrimônio da União, devem ingressar na SPU com pedido de isenção, que vale por quatro anos.

### **Área ambiental está entre principais entraves, diz CNI - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Nacional – 13/06/2007**

Pesquisa mostra que 83% das empresas de grande porte têm ou tiveram problemas para obter licenças

A lentidão dos órgãos de proteção ambiental é apontada como o problema nº 1 das empresas que precisam de licença para a instalação de novos empreendimentos. O segundo maior problema é o custo dos investimentos necessários para atender às exigências desses órgãos. O terceiro ponto que mais incomoda a iniciativa privada é o elevado custo de preparação dos projetos, porque são exigidos estudos detalhados da região onde o novo empreendimento será implantado.

Essas são as conclusões de um levantamento inédito realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), cujos principais pontos foram antecipados ao Estado. Os resultados da pesquisa servirão de base para as discussões sobre indústria e meio ambiente, que começam hoje na sede da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp).

A pesquisa mostra ainda que 83% das empresas de grande porte têm ou tiveram problemas para obter licença ambiental para seu empreendimento.

No caso das novas usinas de açúcar e álcool, um setor no qual o Brasil ocupa posição de destaque no mundo, 100% dos projetos registram dificuldades em obter autorização dos órgãos ambientais. “As dificuldades atingem empresas de todos os setores e de todos os portes”, disse o gerente-executivo de Competitividade Industrial da CNI, Maurício Mendonça.

Um exemplo da demora com que atuam os órgãos de defesa do meio ambiente é a usina hidrelétrica que o grupo Votorantim pretende construir na região do Vale do Ribeira, em São Paulo. O projeto aguarda licença ambiental há 18 anos, informou Mendonça. No Rio de Janeiro, o quadro não é muito diferente. Um levantamento feito pela Federação da Indústria do Estado, a Firjan, constata que há 27 mil projetos com processo de licenciamento ambiental parado.

**SOBREPOSIÇÃO** - Entre as causas da morosidade na concessão de licenciamento ambiental, a CNI aponta a sobreposição de responsabilidades entre União, Estados e municípios e a “judicialização” do processo. “Quando a licença sai, vem uma liminar e ela é cassada”, comentou Mendonça. “É um sistema altamente burocrático e discricionário, no qual o empresário sabe como entra, mas não como sai.” De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a demora no licenciamento não ocorreria se as empresas apresentassem projetos que não prejudicassem o meio ambiente.

Além da demora, os empresários avaliam que o custo de elaboração dos projetos é exagerado. “Para obter uma licença, a empresa tem de fazer um estudo detalhado sobre toda a região, que serve inclusive para ampliar o conhecimento geral da Nação sobre uma área que ela desconhece”, comentou Mendonça.

**CUSTO** - Isso ocorre porque os estudos de impacto ambiental são de responsabilidade da empresa interessada, e não do poder público. Maurício Mendonça acha que o governo deveria estudar, por exemplo, áreas com potencial de instalação de usinas hidrelétricas, como é o caso do Rio Madeira. Não é, porém, o que acontece, e por isso o encargo de estudar todos os impactos ambientais dos projetos recai sobre a empresa interessada. “É um custo desproporcional ao investimento”, comentou o técnico da CNI. Segundo o Ibama, essa situação é amparada em lei.

## **INDÚSTRIA E AMBIENTE**

### **Principais resultados da pesquisa da CNI**

#### **Ranking dos problemas**

- 1.º Demora na concessão de licenças
- 2.º Investimentos exigidos pelos órgãos ambientais são caros
- 3.º Elaborar novos projetos é caro, pois os órgãos ambientais exigem estudos detalhados da região onde o empreendimento será instalado

**83%** -das empresas de grande porte têm ou tiveram problemas para obter licença ambiental

**100%** -das novas usinas de açúcar e álcool têm ou tiveram problema para conseguir licença ambiental

**MMA se capacita para fortalecer redes de prestação de serviços públicos - Rubens Júnior – Sítio Eletrônico do MMA - 13/06/2007**

O Ministério do Meio Ambiente participa na União Européia de um encontro internacional preparatório para a modernização da gestão da administração pública. A representante do MMA, analista ambiental Neuza Gomes Vasconcelos, do Departamento de Coordenação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), assistirá a um curso sobre formação de redes de comunicação e de comunidades, recurso do qual gestores cada vez mais fazem uso para organizar e potencializar os benefícios do serviço público em todos os países.

O evento ocorrerá em duas etapas, de 16 a 30 de junho, na Suécia e na França, e incluirá o intercâmbio entre redes e comunidades criadas no âmbito da União Européia e na esfera privada e um debate sobre a importância da utilização das tecnologias de informação. "Nosso objetivo será aprender técnicas para criar e manter redes de comunicação eficientes na esfera pública", diz Neuza.

O MMA lida diretamente com essas redes, como a que mantém no Programa Nacional de Capacitação de servidores municipais, para lidarem com as questões ambientais ([www.mma.gov.br/pnc](http://www.mma.gov.br/pnc)).

A formação de redes presenciais ou virtuais é considerada necessária diante da crescente complexidade das sociedades e das administrações públicas. Outros servidores do governo federal também participarão do encontro.

A viagem e o curso ocorrem por conta do Projeto EuroBrasil 2000, do governo federal, que há anos organiza essas missões técnicas como parte de um acordo de cooperação técnica firmado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão /Seges (em nome do governo brasileiro) com a União Européia, no sentido da modernização e reforma da administração pública brasileira.

**Ministra defende, na Suécia, incentivos positivos para redução do desmatamento - Aida Feitosa – Sítio Eletrônico do MMA - 13/06/2007**

O Brasil tem a convicção de que combater o desmatamento é uma ação relevante, necessária e urgente, como contribuição para os esforços globais de enfrentamento das mudanças climáticas. A afirmação foi feita, nesta quarta-feira (13), pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante encontro de ministros em Riksgränsen, na Suécia. Para ela, os esforços feitos pelo Brasil nos últimos quatro anos para alcançar redução de 50% nas taxas de desmatamento na Amazônia evidenciam que reduzir essas emissões nos países em desenvolvimento implica mudar o próprio modelo de desenvolvimento. "Não é uma tarefa fácil, rápida e barata de mitigação".

Em seu discurso, Marina Silva lembrou a proposta brasileira, apresentada em Nairóbi, na COP-12, sobre incentivos positivos para a redução das emissões do desmatamento nos países em desenvolvimento. Segundo ela, "a redução das emissões por desmatamento requer investimentos significativos e estáveis, de forma a assegurar a manutenção de seu efeito ao longo do tempo".

Marina Silva esclareceu que esses incentivos seriam oferecidos posteriormente à demonstração da redução de emissões por desmatamento nos países que voluntariamente se disponham a participar desse arranjo. "E, em reconhecimento de que diferentes níveis de preparo existem entre os países em desenvolvimento, os incentivos positivos foram também previstos na forma de capacitação e transferência de tecnologia", explicou.

O encontro, intitulado "Diálogo do Sol da Meia-Noite sobre Mudança Climática", reúne, entre os dias 11 e 14, ministros de Meio Ambiente de todo o mundo. Estão sendo tratados, entre outros temas, a construção de uma visão compartilhada sobre o futuro do ordenamento jurídico internacional sobre o clima e a construção de um mercado global de carbono para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

**AM cria Bolsa-Floresta para coibir desmatamento** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 14/06/2007

O governo do Amazonas inventou na semana passada uma nova forma de estimular a população a cuidar das florestas, que cobrem 98% da área de 1,5 milhão de quilômetros quadrados do Estado. Trata-se do Bolsa-Floresta: um benefício anual pago às famílias que, morando em regiões florestais, contribuirão para a sua preservação.

O valor do benefício irá variar de acordo com o empenho das famílias. Poderão receber até R\$ 600 - pagos no caso de desmatamento zero, aferido pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

O incentivo faz parte da Política Estadual de Mudanças Climáticas - um pacote de leis ambientais lançado pelo governador Eduardo Braga (PMDB).

De onde virá o dinheiro para as famílias? Do carbono armazenado na floresta: produto que o governo espera vender a pessoas físicas e empresas do Brasil e do exterior. Segundo o secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Virgílio Viana, embora o carbono resultante da manutenção de florestas existentes esteja fora do Protocolo de Kyoto, não podendo ser oficialmente negociado, há um mercado paralelo, de iniciativas voluntárias. Em 2006, teria movimentado cerca de US\$ 1 bilhão, dentro do mercado total de US\$ 30 bilhões.

É nesse mercado paralelo que o Amazonas está de olho. "Queremos atrair governos, empresas, indivíduos preocupados com a responsabilidade social, para que invistam na

conservação de florestas já existentes, que oferecem a grande vantagem da biodiversidade”, diz Viana.

Quem comprar o produto ofertado receberá um certificado, especificando que a contribuição é conversível em toneladas de carbono, com desmatamento evitado. Acredita-se que no futuro estes certificados serão aceitos no mercado, assim como os que se enquadram nas determinações de Kyoto - voltadas para reflorestamento de áreas devastadas até 1990.

A iniciativa é pioneira no País. E faz parte do esforço de Eduardo Braga para se destacar nesta área. Em 2003, ele criou o programa Zona Franca Verde - com a idéia de combinar desenvolvimento econômico com preservação ambiental.

Ao lançar o pacote, Braga assumiu o comando do Movimento Nacional Socioambiental do PMDB. Na ocasião, criticou os países desenvolvidos: “Não é justo que nos cobrem, exclusivamente, as nossas obrigações e os nossos deveres para com a floresta. É necessário que nos remunerem, que nos dêem as condições para que o povo da floresta possa viver com dignidade.”

#### **Inkra atropela lei ambiental, aponta estudo - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 15/06/2007**

Segundo pesquisadora da UnB, há problema até em projetos de desenvolvimento sustentável

Na ânsia de cumprir metas, exibir números elevados de assentamentos rurais e responder às pressões de movimentos sociais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) tem frequentemente atropelado a legislação ambiental do País. As leis são desrespeitadas até mesmo nos projetos de desenvolvimento sustentável, chamados de PDS, que deveriam servir de modelo de preservação do meio ambiente.

Essas são algumas das conclusões da dissertação de mestrado Reforma Agrária e Gestão Ambiental: Encontros e Desencontros, defendida pela pesquisadora Flávia de Araújo, no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB). A partir de estudos de casos, análises de documentos do Inkra e entrevistas, ela observou que no processo de criação dos assentamentos não se cumpre nem a lei mais básica, que é a obtenção de licença ambiental. 'Do conjunto de quase 7 mil assentamentos no País, 90% não cumpriram essa norma', diz.

A pesquisadora visitou nove assentamentos, em Goiás, Amazonas, Acre e Minas Gerais. Constatou que a maioria deles surgiu sem a existência do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - outra exigência legal, criada com objetivo de garantir

condições de sobrevivência para os assentados, tanto do ponto de vista econômico quanto social e ambiental.

'Metade não tinha esse plano', assinala Flávia, que é engenheira agrônoma. 'Por toda parte observei que há muita pressa em criar o assentamento, mas pouca preocupação com sua sustentabilidade.'

Um dos assentamentos que visitou, chamado Elói Ferreira, ocupa uma área de 4 mil hectares, em Minas. Lá pôde constatar que a licença ambiental saiu depois que o assentamento já existia, que ninguém fez o tal plano de desenvolvimento e que metade do projeto inicial não foi executado.

'Das 108 famílias previstas inicialmente para a área foram assentadas apenas 90. Mais tarde, 35 famílias devolveram os lotes ao Incra, alegando que era impossível produzir qualquer coisas naquela terra.'

A autora da dissertação esteve ainda no assentamento Morena, na região de Manaus - o primeiro do País dentro do conceito de desenvolvimento sustentável. Lá também viu o resultado da pressa que o Incra tem para exibir números elevados: das 170 famílias previstas inicialmente, só 15 estavam vivendo na área.

Apesar dos sinais de fracasso desse PDS, o Incra levou adiante a experiência e criou em seguida outros 40 na mesma modalidade. 'Parece que não existe um processo de reflexão sobre as experiências feitas. É preocupante o fato de até hoje não existir um estudo detalhado sobre a produção dos assentamentos.'

Na opinião de Flávia, já passou da hora de mudar o foco da reforma: 'De que adianta exibir números elevados de assentamentos, se em muitos deles as famílias não conseguem renda para viver? A quantidade não faz o menor sentido se não houver qualidade, se não houver melhoria nas condições de vida das famílias assentadas.'

Na questão ambiental, ela notou uma mudança na estrutura do Incra: 'Há nove anos foi criada lá dentro uma coordenadoria ambiental, o que é um avanço, pois antes não existia nada na área. O coordenador e seus técnicos brigam, mas acabam atropelados pelos outros setores, que buscam o cumprimento de metas.'

Na entrevista ao Estado, Flávia enfatizou que sua dissertação é baseada em estudos de caso - e nem todos os resultados podem ser estendidos para as demais áreas da reforma. Também assinalou que, embora tenha observado sinais de degradação ambiental nas áreas que visitou, é difícil definir os responsáveis: se os fazendeiros que ocupavam a terra antes de ser repassada ao Incra, ou os assentados.

## **NÚMEROS**

**90%** - dos quase 7 mil assentamentos no País não obtiveram a licença ambiental, de acordo com o estudo

**15 famílias** - estavam vivendo no primeiro assentamento do País dentro do conceito de desenvolvimento sustentável. A previsão inicial era de 170

## **28 países querem prazos e ações** – Estado de São Paulo – Vida & - 15/06/2007

### Reunião informal na Suécia estuda acordo pós-Kyoto

Os ministros e altos funcionários do Meio Ambiente de 28 países, entre eles o Brasil, determinaram ontem, em reunião informal na Suécia, que o evento preparatório de Bali (sede de conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas de Mudanças Climáticas, em dezembro) deverá estabelecer um calendário e um compromisso com medidas concretas para um futuro acordo sobre mudanças climáticas.

O objetivo é obter até 2009 um acordo que substitua o Protocolo de Kyoto, que expira em 2012, informou hoje o Ministério do Meio Ambiente sueco em comunicado. A reunião foi realizada na terça-feira em Riksgården, norte da Suécia, e contou com a participação de representantes de 28 países, entre eles Brasil, Austrália, Argentina, China, Dinamarca, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Japão, México, Holanda, Portugal, África do Sul, Grã-Bretanha, Suécia e Estados Unidos.

“Fizemos importantes progressos nos preparativos para Bali, estabelecendo uma plataforma de negociações que contenha elementos para um futuro acordo”, afirmou o ministro do Meio Ambiente sueco, Andreas Carlgren, no comunicado.

“Houve um amplo consenso de que a conferência de Bali deve estabelecer um plano com um calendário e passos concretos com vistas a um acordo em 2009”, disse Carlgren.

Foram discutidos na reunião a adoção de medidas de correção por parte de todos os países, objetivos mais ambiciosos de redução de emissões poluentes, o desmatamento e desenvolvimento de novas tecnologias.

Os ministros ressaltaram que o desmatamento deveria ser objeto de “atenção urgente” e que os países industrializados deveriam entrar em consenso em relação a “compromissos quantitativos”. Essa foi a terceira reunião informal do tipo realizada desde 2005. As duas anteriores ocorreram na Groenlândia e na África do Sul.

A Argentina se ofereceu para receber a próxima reunião informal em 2008, de acordo com o comunicado.



**Crédito de carbono deve girar US\$ 1,2 bi** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios  
– 15/06/2007

O Brasil tem potencial para movimentar US\$ 1,2 bilhão em créditos de carbono em 2012, segundo o BNDES. O cálculo leva em conta redução de emissão de CO2 de até 60 milhões de toneladas por ano, que serão comprados na forma de crédito por países poluidores por US\$ 10 a US\$ 20 a tonelada. Até maio, o Brasil era o terceiro maior país em projetos que permitem a negociação dos créditos. São 222 empreendimentos, ante 636 da Índia e 483 da China.

**Política e território** – Folha de São Paulo – Opinião – 16/06/2007

POUCOS sabem que o aquecimento global também tem conseqüências positivas. Uma delas é permitir a agricultura em altas latitudes. Diante do impacto distinto em diferentes áreas do planeta, os cientistas, entre outros, apontam os perigos regionais como importantes. Em certas áreas, como o semi-árido, pode surgir o deserto, em outras, podem desaparecer ecossistemas inteiros.

Aqui no Brasil, determinamos que apenas 20% das propriedades na Amazônia podem ser exploradas. No cerrado, esta cota é de 35%.

A medida conseguiu deter um pouco o desmatamento. Mas é questionada, porque 80% é um número cabalístico diante de uma região diversa. Daí a proposta de fazer zoneamento ecológico e econômico para precisar muito claramente o que se pode ou não se pode fazer.

Todas essas observações nos levam a reforçar uma tendência que já existe no Brasil, inspirada pelo geógrafo Milton Santos, que é a de colocar o território no centro das políticas públicas. Mesmo as cidades terão de ser delimitadas, claramente, para que se possa orientar o seu desenvolvimento sustentável.

O caso da bacia do Xingu é interessante. Os chineses superbombearam seus recursos hídricos, nas províncias do norte, e precisam de soja. Os países começam a plantar soja para supri-los. A tensão sobre nossa água, que vai junto com a soja, aumenta. O etanol também sobrecarrega nossa exportação de água, na base de quatro litros por litro de álcool. Precisamos de novas idéias, novos instrumentos.

O mais interessante deles é o Comitê de Bacia. Cobra-se pela água, e o dinheiro obtido é aplicado, integralmente, para proteger a bacia. É um instrumento democrático, envolve governos, usuários e também uma linha que parte do próprio território. Todas essas idéias são discutidas por aqui, quase em surdina. O aquecimento pede inúmeras tarefas para adaptar o país, mas somos dependentes da conjuntura.

A cruel imagem de Simone de Beauvoir, sobre menstruação, talvez ajude a compreender a nós mesmos: é impossível sentir-se uma princesa encantada com uma toalhinha ensangüentada entre as pernas.

Nunca problemas tão complexos foram sufocados por um processo tão rastaqüera. E, por favor, não culpem a PF. Ela apenas trabalha.

Para que um dia as idéias possam trabalhar também. Pelo menos num dos diálogos gravados uma interlocutora exprime nossa angústia: Vavá, a coisa está feia, muito feia.

### **Lições da Rio-92 - Celso Lafer – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/06/2007**

No dia 14 de junho, há 15 anos, encerrou-se a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. A Rio-92 inaugurou o ciclo das importantes conferências sobre temas globais patrocinadas pela ONU na esperançosa década de 90. Foi a primeira grande conferência diplomática pós-guerra fria e por esta razão não foi moldada pela polaridade Leste-Oeste. Teve alcance inovador, como, por exemplo, a assinatura da Convenção sobre Diversidade Biológica, e desdobramentos importantes. O mais notório foi a antecipação da ameaça do aquecimento global. Este teve na Rio-92 o seu enquadramento inicial, com a assinatura da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, que tratou da estabilização do lançamento de CO2 na atmosfera.

O conceito do desenvolvimento sustentável, lançado pelo Relatório Brundtland de 1987, foi o impulso orientador consagrado na Rio-92. Neste conceito estão consorciadas a legítima preocupação com o meio ambiente e a não menos legítima preocupação com o crescimento econômico e a pobreza. É um paradigma do desenvolvimento que, além dos requisitos de consistência econômica, leva em conta a fragilidade dos ecossistemas. Objetiva o reconhecimento dos Outros: dos nossos contemporâneos no espaço de um mundo comum, das futuras gerações na amplitude do tempo. Sustenta a necessidade da solidária internalização cooperativa dos custos da ação econômica. É uma expressão do valor justiça ao reivindicar uma distribuição equitativa - nacional e internacional - dos custos e benefícios do desenvolvimento, com muito foco na matriz energética que o lastreia. Daí, subseqüentemente, a agenda da eficiência energética, da energia limpa, dos biocombustíveis. Na Rio+10, realizada em Johannesburgo em 2002, o Brasil propôs meta voltada para a ampliação da proporção de energias renováveis no consumo total de energia dos países.

A Declaração do Rio e a Agenda 21, adotadas na conferência, assinalam uma visão de futuro nesta linha, que é representativa de um raro momento da vida internacional. Com efeito, a Rio-92 foi além da especificidade dos interesses nacionais. Reconheceu, política e juridicamente, uma razão abrangente da humanidade num tema que é, pelas suas características, efetivamente global.

A Rio-92 trouxe desdobramentos positivos. Um exemplo na área de clima foi o Protocolo de Kyoto (1997), de cuja negociação o País, no governo FHC, participou

criativamente com a proposta, adotada, do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. A visão de futuro da Rio-92 está periclitante neste século 21. A mais recente preocupação provém da Declaração do G-8 da semana passada, que não estabeleceu as esperadas metas quantitativas de redução de emissões, por parte dos países desenvolvidos.

Numa perspectiva brasileira, cabe lembrar que a Rio-92 foi o maior evento internacional jamais sediado no País. Dela participaram 187 Estados, 16 agências especializadas da ONU, 35 organizações intergovernamentais e igualmente um expressivo número de organizações não-governamentais. Daí a sua dimensão de diplomacia inovadoramente aberta à opinião pública e à sociedade civil.

É de justiça registrar que a Rio-92 foi superiormente conduzida pelo presidente Fernando Collor, que, nas plenárias e nas dezenas de contatos com altas autoridades estrangeiras, revelou a sua sensibilidade em relação às matérias em discussão. Aprofundou deste modo, no plano diplomático, a importância atribuída ao meio ambiente pelo artigo 225 da Constituição.

No início da Rio-92, em 3 de junho, havia várias questões pendentes. Como ministro das Relações Exteriores e, nesta condição, como vice-presidente ex-officio da conferência, busquei, com a colaboração de destacados diplomatas do Itamaraty, catalisar o entendimento necessário à conciliação de posições. Parti do pressuposto de que o Brasil, como país anfitrião, deveria empenhar-se no sucesso da Rio-92 e podia fazê-lo, pois convive tanto com os problemas ambientais derivados da pobreza e da miséria quanto com os derivados das condições da moderna produção.

A abrangente compreensão nacional da agenda Norte-Sul permitiu pôr em prática um dos princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil: o da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” (Constituição federal, art. 4-IX). Ensejou assim, e com sucesso, dar seqüência a uma tradição diplomática que é a de afirmar o construtivo papel do nosso país na elaboração e aplicação das normas que regem o encaminhamento dos grandes problemas internacionais.

As lições da Rio-92 indicam a importância de dar continuidade a esta tradição na área do desenvolvimento sustentável. Se há uma esfera da agenda internacional na qual o Brasil tem peso decisivo para o mundo, é a ambiental. É o que vem apontando Rubens Ricuperro ao lembrar a qualidade da matriz energética brasileira, a longa prática em biocombustíveis, a riquíssima biodiversidade, a extensão dos reservatórios de água doce e a escala única de floresta tropical amazônica.

Estes dados nos habilitam a ter um papel ativo e construtivo que gera oportunidades econômicas, como o etanol. Isto requer, no entanto, um foco e um empenho que o governo Lula e o Itamaraty lamentavelmente não vêm tendo, ao dispersar sem hierarquizar os ativos diplomáticos do País. Requer igualmente a legitimidade externa proveniente de coerente ação interna, para sustentar o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas da Declaração do Rio. Foi, aliás, o que lastreou, no governo FHC, como posso testemunhar, a posição brasileira na OMC, em Doha, em 2001, na negociação da Declaração TRIPS e Saúde Pública. Lembro, neste sentido, para apontar um caminho, que 75% das emissões

brasileiras não provêm da produção e do crescimento, mas de queimadas e desmatamento predatório, que é de interesse nacional conter e proibir.

**Celso Lafer, professor titular da Faculdade de Direito da USP, membro da Academia Brasileira de Letras, foi ministro das Relações Exteriores no governo FHC**

**Clima - o Brasil na contramão** - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/06/2007

É lamentável que justamente o Brasil, que sediou a Conferência do Rio em 1992, em que foi adotada a Convenção do Clima, e que na época liderou a batalha para que isso ocorresse, venha agora adotar uma posição que compromete a sua implementação. Isto é o que o presidente Lula fez ao atacar as decisões dos 'oito grandes' sobre a forma de enfrentar os problemas do aquecimento global.

O Grupo dos Oito (G-8), presidido pela primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, fez o que era possível nas difíceis circunstâncias criadas pelas posições retrógradas do presidente Bush e aceitou as conclusões do 4º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de que a temperatura média da Terra está aumentando e que este aumento é causado pelo homem, o que terá conseqüências graves no futuro.

Como conseqüência, os membros do G-8 reafirmaram seu apoio à Convenção do Clima e aceitaram, como meta global, reduzir à metade as emissões globais até 2050, para o que é essencial a participação dos países emergentes, como China, Índia e Brasil.

Cerca de metade das emissões se origina nos países em desenvolvimento e dentro de poucos anos vai superar as emissões dos países industrializados, mesmo levando em conta que estes países estão emitindo há mais tempo que os emergentes, porque se industrializaram antes.

Muitos cientistas brasileiros contribuíram para o Relatório do IPCC e há, portanto, no Brasil excelentes cientistas que poderiam esclarecer o presidente da República sobre o assunto, além do ministro de Ciência e Tecnologia e da ministra do Meio Ambiente.

Aparentemente, ou eles não foram ouvidos ou seus argumentos não bastaram para esclarecer o Itamaraty e o próprio presidente, que na Alemanha repetiu todas as teses que o governo militar defendia com afinco, desde 1972, na Conferência de Estocolmo:

'Os países em desenvolvimento têm o direito de crescer como os ricos cresceram' - isto é, têm o 'direito de poluir'. O presidente, aparentemente, ignora o que se entende hoje por desenvolvimento sustentável. A posição brasileira é paradoxal, porque, com sua matriz energética limpa (hidreletricidade e etanol), o País está mostrando que é possível crescer sem poluir.

'Os países ricos precisam assumir a responsabilidade de ajudar a despoluir o planeta que eles poluíram' - como se a poluição que a China está produzindo (17% do total mundial) fosse insignificante.

'A Amazônia é nossa e nós, soberanamente, temos que decidir como cuidar da floresta' - como se desmatar 15 mil quilômetros quadrados por ano não fosse significativo, ignorando a própria proposta do governo de obter doações filantrópicas de países ricos para preservar a floresta, política que, até agora, não teve nenhum sucesso.

O presidente insistiu no cumprimento integral do Protocolo de Kyoto - que se extingue em 2012 -, ignorando a decisão do G-8 de recomendar que a Conferência das Partes da Convenção do Clima, que se reúne na Indonésia em dezembro, decida como estabelecer um 'acordo pós-2012 que inclua os maiores emissores'. Por coerência, o presidente deveria apoiar esta proposta.

O G-8 poderia avançar mais e recebeu críticas dos ambientalistas. De fato, estabelecer uma meta ambiciosa de redução das emissões para 2050 não basta e será preciso adotar metas intermediárias que deveriam ser mandatórias (como as do Protocolo de Kyoto), e não apenas voluntárias. A União Européia já deu um bom exemplo ao decidir reduzir suas emissões em 20% até 2020, principalmente pela introdução de energias renováveis, o que é possível.

Metas voluntárias nessa área não têm boa reputação. Os Estados Unidos criaram há alguns anos uma aliança de países da Ásia que usam carvão para gerar eletricidade (Austrália, China, Japão, Índia e outros), a assim chamada 'coalizão do carvão sujo', visando a introduzir equipamentos mais eficientes para o uso do carvão. Isso seria feito por meio da cooperação voluntária entre os países participantes, alguns dos quais, como os Estados Unidos e o Japão, forneceriam os equipamentos e a China e a Índia os comprariam. O resultado do programa foi dos mais medíocres. A China continua a instalar muitas usinas termoelétricas pouco eficientes e altamente poluidoras.

É por isso que metas mandatórias são importantes. Elas dão um sinal claro para onde os investimentos devem ser encaminhados, principalmente para as energias renováveis. Aquecimento global é uma questão que apenas as 'forças de mercado' não conseguirão resolver.

Finalmente, o presidente da República atacou a proposta dos Estados Unidos de realizar uma reunião dos países do G-8, mais Brasil, China, Índia, África do Sul, México e alguns outros grandes emissores, ainda este ano, para discutir 'políticas regionais e internacionais, metas e planos (nas circunstâncias nacionais) e a disseminação de tecnologias ambientalmente adequadas'. O G-8 aceitou a proposta que o presidente considera uma tentativa de abolir o multilateralismo. Na prática, esta posição está legitimando a posição da China, que, como se disse acima, é o segundo emissor mundial, será o maior dentro de alguns anos e se recusa a aceitar metas de redução.

Não vemos por que insistir no multilateralismo. Há 20 anos o Brasil participou, com menos de outros dez países, de um esforço para eliminar os gases que destroem a camada de ozônio, que teve enorme sucesso por intermédio do Protocolo de Montreal.

As posições do presidente não beneficiam, a nosso ver, o nosso país, uma vez que estamos todos começando a sofrer os efeitos do aquecimento global.

É isso que o País merece?

José Goldemberg foi secretário especial do Meio Ambiente da Presidência da República durante a Conferência do Rio, em 1992

**Clima - o Brasil na contramão** - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/06/2007

É lamentável que justamente o Brasil, que sediou a Conferência do Rio em 1992, em que foi adotada a Convenção do Clima, e que na época liderou a batalha para que isso ocorresse, venha agora adotar uma posição que compromete a sua implementação. Isto é o que o presidente Lula fez ao atacar as decisões dos 'oito grandes' sobre a forma de enfrentar os problemas do aquecimento global.

O Grupo dos Oito (G-8), presidido pela primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, fez o que era possível nas difíceis circunstâncias criadas pelas posições retrógradas do presidente Bush e aceitou as conclusões do 4º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de que a temperatura média da Terra está aumentando e que este aumento é causado pelo homem, o que terá conseqüências graves no futuro.

Como conseqüência, os membros do G-8 reafirmaram seu apoio à Convenção do Clima e aceitaram, como meta global, reduzir à metade as emissões globais até 2050, para o que é essencial a participação dos países emergentes, como China, Índia e Brasil.

Cerca de metade das emissões se origina nos países em desenvolvimento e dentro de poucos anos vai superar as emissões dos países industrializados, mesmo levando em conta que estes países estão emitindo há mais tempo que os emergentes, porque se industrializaram antes.

Muitos cientistas brasileiros contribuíram para o Relatório do IPCC e há, portanto, no Brasil excelentes cientistas que poderiam esclarecer o presidente da República sobre o assunto, além do ministro de Ciência e Tecnologia e da ministra do Meio Ambiente.

Aparentemente, ou eles não foram ouvidos ou seus argumentos não bastaram para esclarecer o Itamaraty e o próprio presidente, que na Alemanha repetiu todas as teses que o governo militar defendia com afinco, desde 1972, na Conferência de Estocolmo:

'Os países em desenvolvimento têm o direito de crescer como os ricos cresceram' - isto é, têm o 'direito de poluir'. O presidente, aparentemente, ignora o que se entende hoje por desenvolvimento sustentável. A posição brasileira é paradoxal, porque, com sua matriz energética limpa (hidreletricidade e etanol), o País está mostrando que é possível crescer sem poluir.

'Os países ricos precisam assumir a responsabilidade de ajudar a despoluir o planeta que eles poluíram' - como se a poluição que a China está produzindo (17% do total mundial) fosse insignificante.

'A Amazônia é nossa e nós, soberanamente, temos que decidir como cuidar da floresta' - como se desmatar 15 mil quilômetros quadrados por ano não fosse significativo, ignorando a própria proposta do governo de obter doações filantrópicas de países ricos para preservar a floresta, política que, até agora, não teve nenhum sucesso.

O presidente insistiu no cumprimento integral do Protocolo de Kyoto - que se extingue em 2012 -, ignorando a decisão do G-8 de recomendar que a Conferência das Partes da Convenção do Clima, que se reúne na Indonésia em dezembro, decida como estabelecer um 'acordo pós-2012 que inclua os maiores emissores'. Por coerência, o presidente deveria apoiar esta proposta.

O G-8 poderia avançar mais e recebeu críticas dos ambientalistas. De fato, estabelecer uma meta ambiciosa de redução das emissões para 2050 não basta e será preciso adotar metas intermediárias que deveriam ser mandatórias (como as do Protocolo de Kyoto), e não apenas voluntárias. A União Européia já deu um bom exemplo ao decidir reduzir suas emissões em 20% até 2020, principalmente pela introdução de energias renováveis, o que é possível.

Metas voluntárias nessa área não têm boa reputação. Os Estados Unidos criaram há alguns anos uma aliança de países da Ásia que usam carvão para gerar eletricidade (Austrália, China, Japão, Índia e outros), a assim chamada 'coalizão do carvão sujo', visando a introduzir equipamentos mais eficientes para o uso do carvão. Isso seria feito por meio da cooperação voluntária entre os países participantes, alguns dos quais, como os Estados Unidos e o Japão, forneceriam os equipamentos e a China e a Índia os comprariam. O resultado do programa foi dos mais medíocres. A China continua a instalar muitas usinas termoelétricas pouco eficientes e altamente poluidoras.

É por isso que metas mandatórias são importantes. Elas dão um sinal claro para onde os investimentos devem ser encaminhados, principalmente para as energias renováveis. Aquecimento global é uma questão que apenas as 'forças de mercado' não conseguirão resolver.

Finalmente, o presidente da República atacou a proposta dos Estados Unidos de realizar uma reunião dos países do G-8, mais Brasil, China, Índia, África do Sul, México e alguns outros grandes emissores, ainda este ano, para discutir 'políticas regionais e internacionais, metas e planos (nas circunstâncias nacionais) e a disseminação de tecnologias ambientalmente adequadas'. O G-8 aceitou a proposta que o presidente

considera uma tentativa de abolir o multilateralismo. Na prática, esta posição está legitimando a posição da China, que, como se disse acima, é o segundo emissor mundial, será o maior dentro de alguns anos e se recusa a aceitar metas de redução.

Não vemos por que insistir no multilateralismo. Há 20 anos o Brasil participou, com menos de outros dez países, de um esforço para eliminar os gases que destroem a camada de ozônio, que teve enorme sucesso por intermédio do Protocolo de Montreal.

As posições do presidente não beneficiam, a nosso ver, o nosso país, uma vez que estamos todos começando a sofrer os efeitos do aquecimento global.

É isso que o País merece? José Goldemberg foi secretário especial do Meio Ambiente da Presidência da República durante a Conferência do Rio, em 1992

### **Civilização ameaçada - Steve Connor – O Globo – Ciência – 19/06/2007**

Cientistas alertam para risco de cataclismo ambiental

Do Independent

A Terra está em perigo iminente e só um plano de resgate planetário a salvaria do cataclismo ambiental imposto pelas mudanças climáticas. As palavras não são de ecoterroristas fazendo proselitismo panfletário, mas sim de importantes cientistas escrevendo numa prestigiada revista acadêmica.

Seis especialistas de algumas das principais instituições dos EUA, entre elas a Nasa, publicaram um alerta nada ambíguo: a civilização está sendo ameaçada pelo aquecimento global.

Eles também criticam implicitamente o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) da ONU por subestimar o grau de elevação do nível do mar neste século decorrente do derretimento de geleiras e das coberturas de gelo dos pólos.

Em vez de um aumento de 40 centímetros, como previsto pelo IPCC, a real elevação do nível dos mares em 2100 poderia chegar a vários metros.

Por isso, eles dizem, a Terra está em “perigo iminente”. No estudo de 29 páginas publicado na “Philosophical Transactions of the Royal Society”, alguns dos principais estudiosos do clima descrevem por que acreditam que a Humanidade não pode mais se dar ao luxo de ignorar “a grave ameaça” das mudanças climáticas.

“As recentes emissões de gases do efeito estufa colocam a Terra perigosamente próxima de uma dramática mudança climática que pode sair do controle com grandes riscos para os seres humanos e outras criaturas”, escreveram os cientistas. Somente esforços intensos para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> e outros gases do efeito estufa podem manter o clima terrestre similar ao registrado no último milhão de anos, acrescentaram.

### **Humanidade teria dez anos para impedir caos**

Os pesquisadores foram coordenados por James

Hansen, diretor do Instituto Goddard para Estudos Espaciais, da Nasa, o primeiro cientista a alertar o congresso americano sobre o aquecimento global. Os outros cientistas são Makiko Sato, Pushker Kharecha, e Gary Russell, também do Instituto Goddard, David



Lea, da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, e Mark Siddall, do Observatório Lamont-Doherty da Universidade de Columbia, em Nova York.

Segundo eles, a pressão nada natural que vem sendo exercida sobre o clima pelas atividades humanas ameaçam gerar uma alteração climática drástica que poderia “dar início a um cataclismo” nas maciças coberturas de gelo da Antártica e da Groenlândia.

Drásticas alterações do clima ocorreram no passado, mas nenhuma foi registrada desde o desenvolvimento de sociedades humanas mais complexas e civilizações, que provavelmente não sobreviveriam a tais mudanças se elas ocorressem agora. “A civilização se desenvolveu, e criou extensa infraestrutura, durante um período de incomum estabilidade climática, o holoceno, que já dura 12 mil anos. Este período está prestes a acabar”, alertaram os cientistas. Segundo Hansen, a Humanidade tem cerca de dez anos para efetivas medidas draconianas de redução das emissões de CO<sub>2</sub> e impedir tal catástrofe.

#### **Amazônia pode atingir um nível crítico de desmatamento** - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 19/06/2007

O desmatamento da Floresta Amazônica pode chegar a um estágio tão crítico que mesmo o reflorestamento será impossível. O alerta é do ambientalista americano Thomas Lovejoy, um dos pioneiros nas pesquisas no local.

— Em um cenário extremo, podemos chegar a um nível de desmatamento que faria com que o nível das chuvas diminuísse, a estação das secas aumentasse e a temperatura subisse drasticamente — disse ele, em palestra no Centro Brasileiro de Relações Internacionais. — Com o desequilíbrio ou até mesmo o desaparecimento do clima típico das florestas tropicais, o reflorestamento poderia se tornar impossível.

Lovejoy elogiou os projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), criados pelo Acordo de Kioto, que prevêem incentivos para a redução das emissões de gases do efeito estufa.

Porém, disse que é preciso também incentivar a população local a trabalhar contra o desmatamento.

— O MDL foi uma das maiores conquistas que tivemos na luta contra o aquecimento global. Mas ele não resolve tudo o que pode ser feito para parar o desmatamento — declarou. — Uma possibilidade seria um acordo que beneficiasse as comunidades que estão no centro do desmatamento, dar incentivos para que ficassem mais resistentes.

#### **Assentamentos desmatam 4 vezes mais que média amazônica** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 20/06/2007

Campanhas do MST acusam grandes empresas do agronegócio de agredir meio ambiente - Em ataques às empresas do setor do agronegócio, o Movimento dos Sem-Terra (MST) alega que elas têm como característica principal a falta de responsabilidade com o meio ambiente. Em oposição, os assentamentos da reforma agrária seriam ecologicamente responsáveis. Não é isso, porém, o que indica um estudo que deve ser apresentado hoje em Foz do Iguaçu (PR), durante o 5º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.

Segundo o autor do estudo, o ecologista Flávio Olmos, a história dos assentamentos tem sido marcada por impactos ambientais que incluem incêndios e exploração ilegal de madeira e plantas. 'De maneira geral, a taxa de desmatamento nos assentamentos da Amazônia tem sido quatro vezes superior à média da região', diz ele.

Mas não é só na Amazônia. Os assentamentos têm sido importantes agentes de destruição ambiental em outros lugares, segundo o estudioso. O que mais chama a atenção dele, no entanto, é o ataque às áreas de preservação.

'Propriedades consideradas 'improdutivas', segundo o conceito legal, não são os únicos alvos de invasões por sem-terra. Áreas que deveriam ser conservadas, como reservas legais, são um alvo freqüente', diz.

Entre os casos de ataques a reservas listados no estudo, chama a atenção o ocorrido na área de floresta nativa da antiga Fazenda Araupel, no sudoeste do Paraná. Com 33.254 hectares, constituía um dos maiores remanescentes de floresta com araucária existentes no País.

Isso mudaria, porém, com a chegada dos militantes do MST. Entre 1996 e 2002, segundo Olmos, eles dizimaram 10 mil hectares da floresta e deixaram o restante gravemente degradado. 'Foi o maior desmatamento identificado pela ONG SOS Mata Atlântica em seus 18 anos de história', lembra.

O ecologista examina de modo detalhado três casos mais significativos em que o encontro dos sem-terra com reservas legais resultou em danos ambientais. O primeiro é o da área de proteção ambiental de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, 'um dos mais importantes mosaicos de áreas protegidas do domínio da mata atlântica'.

Desde 2003 um grupo de sem-terra acampa na reserva, apesar dos protestos de ambientalistas. A própria ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, já se manifestou, declarando que a área não é apropriada para assentamento.

Os sem-terra acusam os ambientalistas de estarem a serviço da biopirataria estrangeira; e asseguram que pretendem instalar áreas de cultivo com abordagem agroecológica. Para Olmos, a insistência nesse projeto tem objetivo político: 'Conseguir que um assentamento seja implantado no interior da APA teria grande valor simbólico para o MST, por abrir um precedente.'

Os outros casos analisados são o do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, no Mato Grosso do Sul, e o do Parque Nacional da Capivara, no Piauí. No primeiro, ele acusa o Incra de atropelar leis ambientais na tentativa de criar assentamentos ao redor do parque.

No Piauí, a existência de assentamentos no entorno de Capivara sempre resultou em danos - da caça à exploração ilegal da madeira. Apesar disso, o Incra ainda insiste em assentar mais gente na região: 'Por que se optou por estimular a ocupação de um trecho de

caatinga ainda intacta, ao invés das áreas já ocupadas por plantios das fazendas decadentes ao lado?'

No final, o pesquisador questiona a insistência governamental no projeto da reforma agrária: 'Como é feita atualmente, a reforma agrária se apóia em justificativas ideológicas e tem produzido como resultado final uma combinação de enorme destruição ambiental com avanços sócio-econômicos modestos.'

**NÚMEROS** - 10.000 hectares de um total de 33.254 foram dizimados entre 1996 e 2002 na área de floresta nativa da antiga Fazenda Araupel, no sudoeste do Estado do Paraná, por militantes do MST. Foi o maior desmatamento já verificado pela ONG Mata Atlântica em seus 18 anos de atividade

4 vezes maior é a taxa de desmatamento promovido por assentamentos da reforma agrária em comparação à taxa média da região amazônica

**China passa os EUA e se torna o maior poluidor** – Folha de São Paulo – Ciência – 21/06/2007

### **País emitiu 6,2 bilhões de toneladas de CO2 em 2006**

A tragédia estava anunciada, mas aconteceu antes do que se imaginava: a China ultrapassou os EUA em 2006 como maior emissor de gases de efeito estufa do planeta. Especialistas em energia achavam que isso só fosse acontecer a partir deste ano, mas a sede por combustíveis fósseis do dragão acabou antecipando a tendência.

Segundo dados divulgados anteontem pela Agência Holandesa de Avaliação Ambiental, com base em estatísticas da empresa British Petroleum, a China lançou na atmosfera no ano passado 6,2 bilhões de toneladas de gás carbônico, contra 5,8 bilhões dos EUA.

O gás carbônico, ou CO<sub>2</sub>, é o principal responsável pelo aquecimento global. Ele retém o calor da Terra na atmosfera, esquentando o planeta.

As emissões totais de gás carbônico da China aumentaram 8,7% em 2006 em relação ao ano anterior. Isso se deveu principalmente à demanda por carvão mineral, o mais sujo dos combustíveis fósseis, que move a maior parte das usinas elétricas chinesas. Esse crescimento teve reflexos no resto do mundo: a China foi o principal responsável por dois terços do crescimento (de 4,5%) da demanda mundial por carvão. Isso, por sua vez, foi o principal responsável pelo aumento de 2,6% das emissões globais pelo uso de combustíveis fósseis (desmatamento, agricultura e outras atividades ficam fora dessa conta).

A boa notícia, por outro lado, é que as emissões globais sofreram um pequeno declínio em relação a 2005. Naquele ano, elas cresceram 3,3%. Nos EUA, as emissões por queima de combustíveis fósseis caíram 1,4%, segundo a agência holandesa. Isso se deveu sobretudo a um inverno ameno.

### **Pressão total**

Os dados divulgados anteontem devem aumentar a pressão sobre os países do chamado G5 (China, Índia, África do Sul, México e Brasil) para que aceitem metas obrigatórias de redução de emissões no acordo internacional que substituirá o Protocolo de Kyoto após 2012 e que será negociado neste ano em Bali, na Indonésia.

Kyoto propõe que os países industrializados reduzam suas emissões em 5,2% em relação aos níveis de 1990 (no mundo todo, as emissões cresceram mais de 35% nesse período). Os países em desenvolvimento, no entanto, são desobrigados de metas de redução, já que poluem menos per capita.

Essas nações têm reiterado que não aceitarão metas -que consideram um entrave ao seu direito ao desenvolvimento. Argumentam, não sem razão, que mesmo a China sendo o maior poluidor hoje em números absolutos, um cidadão chinês emite um americano. Os chineses estão tentando responder ao cerco diplomático. No começo do mês, divulgaram sua estratégia nacional de combate ao efeito estufa, pela qual se comprometem, por exemplo, a aumentar a eficiência de seu uso de energia em 20% até 2010.

### **Floresta desmatada leva 70 anos para recuperar nutriente – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 21/06/2007**

Um estudo que analisou como as áreas desmatadas da Amazônia se recuperam ao longo do tempo traz hoje uma notícia boa e uma ruim. Ao analisar florestas que voltaram a crescer depois de terem sido derrubadas, cientistas descobriram que, ao longo do tempo, elas recuperam seu nível de nitrogênio, um nutriente fundamental para o solo. O processo, porém, leva décadas.

"Nos temos a boa notícia de que a floresta se regenera e ainda recupera seu ciclo de nitrogênio; a má notícia é que isso leva pelo menos 70 anos", diz Luiz Martinelli, pesquisador da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP) e autor principal do trabalho.

Em estudo na edição de hoje da revista "Nature" ([www.nature.com](http://www.nature.com)) , Martinelli e colegas detalham como esse processo ocorre.

No início, a floresta em regeneração dá lugar sobretudo a árvores que conservam nitrogênio (emitem poucos gases com esse elemento) e não sofrem muita queda de folhas. Só após algum tempo, quando a mata secundária ("capoeira") restabelece seu nível de

nitrogênio, espécies que dependem desse elemento em abundância retornam ao ambiente. Mas isso não quer dizer que a biodiversidade se recupere. Após esse período de cerca de 70 anos, a floresta retoma só entre 70% e 80% de sua biomassa original e, ainda assim, com uma vegetação bem menos diversa.

"Mas agora, sabendo melhor como o sistema funciona, podemos estudar intervenções", diz Martinelli. Entre medidas que podem acelerar a regeneração de mata secundária está, por exemplo, o plantio de leguminosas, que ajuda a floresta a reter nitrogênio. Adubo com fósforo, em outra frente, poderia suprir a falta mais crônica desse outro nutriente.

### **Ministra defende conciliação entre crescimento econômico e ambiental** - Geresa Barbosa – Sítio Eletrônico do MMA - 21/06/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse nesta quinta-feira (21) ser fundamental para os países em desenvolvimento fechar a equação entre viabilidade econômica e ambiental. Segundo ela, mesmo sendo um dos grandes desafios, os dois setores devem procurar a igualdade de tratamento. "O desenvolvimento não deve ser colocado em oposição à proteção ambiental e vice-versa", enfatizou a ministra em palestra para alunos do curso de Altos Estudos de Política e Estratégica da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro.

Falando sobre o tema "O Meio Ambiente e o Desenvolvimento do Brasil", Marina Silva afirmou ser o Brasil um país privilegiado por sua potência ambiental. Porém, disse, as riquezas naturais brasileiras contrastam com os graves problemas sociais. Por essa razão, segundo ela, é necessário buscar formas de promover o desenvolvimento, combatendo as desigualdades sociais e preservando os recursos naturais. "É necessário promover o crescimento econômico em bases sustentáveis para geração de emprego e renda", ressaltou.

Para a ministra, o grande desafio é trabalhar o desenvolvimento a partir de novos paradigmas colocados pela ciência. Os últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPPC) dão conta de que o mundo está vivendo sob os efeitos das mudanças do clima e de que o processo tem sido acelerado pela atividade humana. Segundo o documento, 80% dos efeitos do aquecimento do Planeta se devem ao uso de combustíveis fósseis e 20% ao desmatamento. A ministra lembrou a redução estimada de 52% na taxa de desmatamento na Amazônia brasileira nos últimos quatro anos. Ressaltou, entretanto, que, ainda que o Brasil faça 100% do que está ao seu alcance nessa área, será afetado pelos efeitos climáticos, caso os países desenvolvidos não reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa. "O esforço tem que ser global e feito ao mesmo tempo por todos", disse.

Marina Silva lembrou que em países em desenvolvimento, como o Brasil, cerca de 50% do Produto Interno Bruto (PIB) dependem da biodiversidade. "Se destruímos a nossa biodiversidade estaremos destruindo o nosso PIB, isso não é inteligente. É preciso pensar estrategicamente e mudar a forma de tratar a natureza", afirmou.

A ministra reafirmou que, desde sua posse no ministério, em 2003, estabeleceu quatro diretrizes orientadoras da política ambiental brasileira que combinam desenvolvimento com sustentabilidade ambiental. "Temos nos concentrado no controle e participação social, no desenvolvimento sustentável, no fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente e na adoção de uma política ambiental integrada". Em sua opinião, essa é a melhor forma de fazer jus à potência ambiental do País: "Não devemos ficar o tempo todo em uma posição defensiva".

### **Gestão ambiental ganha força - Michel Epelbaum – Estado de São Paulo – Vida & - 25/06/2007**

A questão ambiental não pode mais ser vista como entrave ou modismo no dia-a-dia da indústria. Degradação ambiental não é o “mal necessário” indispensável para que haja desenvolvimento. Ao contrário, o desenvolvimento sustentável da sociedade deveria coincidir com o crescimento sustentado da economia: a proteção ambiental é intrínseca à vida humana e faz bem aos negócios. O gestor de meio ambiente deve poder demonstrar isso aos líderes de negócios. Um conjunto de competências envolvendo formação e habilidades comportamentais é fator de sucesso para esse profissional.

Os relatórios mundiais emitidos este ano sobre o aquecimento global estimam que o mundo terá perdas enormes com o problema ambiental. No reverso da medalha, os capitais alocados com critérios ambientais de rastreamento ou em áreas emergentes “limpas” são crescentes. Vários megainvestidores estão realocando seus capitais na área de energias alternativas, biocombustíveis e tecnologias limpas, com a visão de que esses segmentos fazem parte de uma solução ambiental global e representam grandes oportunidades de negócios. É crescente também o grupo de empresas de classe mundial que incluem elementos ambientais em suas estratégias empresariais, desde a extração de recursos até a cadeia de consumo (como a rede de cafés Starbucks, que vem tomando ações em busca da sustentabilidade na cadeia agroindustrial). Assim, a operação ambientalmente amigável está cada vez mais relacionada à sobrevivência e ao crescimento das empresas. Ecologia e economia não são mais vistas como ciências antagônicas. Elas se aproximam, convergindo para serem a mesmíssima ciência.

A aquisição dessas competências usualmente se dá por meio dos programas de pós-graduação, entre os quais os mais requisitados pelo mercado são as especializações (lato sensu) e os MBAs - Master Business Administration, ambos enquadrados na mesma categoria de pós-graduação lato sensu no Brasil. Para selecionar o curso que melhor se adapte à necessidade do profissional alguns cuidados devem ser tomados, avaliando-se criteriosamente a grade curricular dos cursos, pois há cursos de especialização tradicionais sendo chamados de MBAs, o que ocasiona distorção do conceito original. Os MBAs são voltados para executivos com sólida experiência prévia, visando a prepará-los de forma prática para cargos estratégicos de direção e liderança nas áreas de negócios e gestão. A especialização usualmente é dirigida a profissionais sem pré-requisito de experiência, que visam a adquirir ou aprofundar conhecimentos para exercer funções gerenciais mais amplas. Algumas especializações ambientais com forte conteúdo de disciplinas técnicas

legais e de engenharia são chamadas de MBAs, confundindo-se com outros cursos de MBA alinhados à visão original de formação de executivos com experiência prévia, com disciplinas de gestão empresarial mescladas com competências comportamentais e ferramentas de gestão ambiental.

**\* Michel Epelbaum é consultor em gestão ambiental, diretor da Ellux Consultoria e coordenador-adjunto do MBA em Gestão Estratégica de Meio Ambiente da FGV/SP**

**Pós-Kyoto não pode acabar como Doha, diz britânico** – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 25/06/2007

**Embaixador para o clima vem ao Brasil buscar apoio para novo acordo climático - Para John Ashton, cúpula do G8 falhou em dar "empurrão necessário" à luta contra o efeito estufa, e "política do você primeiro" deve acabar**

Após ter amargado na reunião do G8 (o grupo dos países mais ricos do mundo), no começo do mês, uma declaração morna sobre o que fazer para conter o aquecimento global, a União Européia acelerou sua ofensiva diplomática para tentar salvar o acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto a partir de 2013.

Os europeus querem engajar principalmente os gigantes do Terceiro Mundo a adotarem compromissos obrigatórios (dos quais hoje estão isentos) num acordo mais ambicioso que o de Kyoto. Os termos desse acordo começarão a ser definidos em dezembro, em Bali, durante a reunião da Convenção do Clima das Nações Unidas. Para a UE, a meta é clara: 50% de corte nas emissões de gases de efeito estufa até 2050. Parte dessa ofensiva acontece no Brasil, com a visita ao Itamaraty do embaixador britânico para o clima, John Ashton.

Ele já esteve na China, hoje o maior poluidor do planeta, e se encontra hoje com seu equivalente brasileiro, Sérgio Serra.

Ashton diz que veio mais para ouvir do que para falar, mas tem um recado para o governo Lula: as negociações internacionais sobre o clima não podem terminar como as da Rodada Doha, de liberalização do comércio, que foram a pique na semana passada -devido a impasse entre Brasil, UE e EUA. "Não podemos é acabar na dinâmica do "você primeiro". Precisamos de uma dinâmica do "eu também", afirma.

Em entrevista à **Folha**, Ashton diz que a transição para uma economia de baixa emissão de carbono é "o projeto diplomático mais ambicioso já tentado", mas que "ainda não demos o verdadeiro empurrão de que ele necessita".

Sobre a resistência dos EUA, principal culpada pelo acordo pífio do G8, Ashton diplomaticamente alfineta: "Os EUA são mais do que a atual administração". Leia a seguir a entrevista. ★

***FOLHA - Como o sr. avalia a declaração do G8 sobre o clima feita na cúpula de Heiligendamm, Alemanha, no começo do mês?***

***JOHN ASHTON*** - Deixe-me dizer algumas coisas. Um, nós não podemos subestimar a escala e a urgência do que estamos tentando fazer. Esta é uma questão de reestruturação fundamental da economia. Por isso não estamos progredindo tão rápido quanto desejaríamos. Heiligendamm marca um momento importante nesse processo, mas não devemos superestimar o quanto representou de avanço. Nós agora entramos num momento de diplomacia muito pesada. Este é o projeto diplomático mais complexo e mais ambicioso que já foi tentado. Mas ele está apenas começando, e ainda não demos o verdadeiro empurrão de que ele necessita. E o problema disso é que a característica definidora da mudança climática é sua urgência. Não podemos nos dar ao luxo de demorar para obter a transição para uma economia de baixa emissão de carbono. Os prazos são dados pela natureza. Não quero dizer que seja impossível: temos a tecnologia e temos o capital. Mas não devemos nos iludir de que demos o empurrão político necessário.

***FOLHA - A resistência dos Estados Unidos foi quebrada?***

***ASHTON*** - Os Estados Unidos são mais do que a atual administração. E eu acho que a coisa mais significativa nos EUA é a maneira como o debate sobre o clima mudou no último ano ou dois. E hoje você vê iniciativas estaduais, como na Califórnia, e transições em algumas das maiores empresas dos EUA. O Congresso dos EUA também tem desempenhado um papel bastante ativo após as últimas eleições legislativas. Esse quadro dinâmico não ocorre só nos EUA: nas últimas semanas, vimos grandes novas declarações políticas da China, que agora tem um programa nacional de mudança climática, e da Austrália. Hoje você tem [o premiê australiano] John Howard abraçando o comércio de emissões, e isso era algo que se achava impossível um ano atrás.

***FOLHA - Que mensagem o sr. está trazendo ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil?***

***ASHTON*** - É uma vergonha dizer, mas eu não dediquei muito tempo ao Brasil até agora. Estamos numa fase crítica dessas conversas e quero saber como o Brasil vê essa dinâmica. Eu quero ver particularmente como as percepções das pessoas no Brasil que se preocupam com a mudança climática se relacionam com outras áreas da política pública que são relevantes para o que podemos obter na mudança climática. Nós acabamos de assistir ao fracasso das negociações sobre comércio [na Alemanha]. Qual é o significado disso para o clima e quais são as relações entre as políticas de clima e de comércio? O governo brasileiro vem dizendo há algum tempo que precisamos de padrões tecnológicos para biocombustíveis. Como usar essa proposta como uma força construtiva para uma transição para uma economia de pouco carbono?



*FOLHA - A diplomacia brasileira tem atuado até aqui com base no princípio de que os países ricos são responsáveis pelo problema, portanto, a responsabilidade de agir é mais deles. O sr. acha que esse princípio ainda vale?* ASHTON - Todos nós temos um interesse maior, que é atingir essa transição. Ninguém se beneficiará se ela não for alcançada. O que nós não podemos é acabar na mesma dinâmica que tivemos nas negociações sobre o comércio, que foram fundamentalmente uma política do "você primeiro". Precisamos de uma política do "eu também". De outra forma, passaremos todo nosso tempo discutindo quem deve assumir que parte do ônus, e isso não funciona.

**Brasil deve mudar foco na discussão climática, diz britânico** - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 26/06/2007

O governo britânico enviou um emissário de alto nível ao Brasil, nesta semana, para propor medidas comuns de combate ao aquecimento global. Entre as medidas, os britânicos propõem baixar barreiras comerciais como uma ferramenta para estimular geração de energia e sistemas de transportes de baixa emissão de carbono na atmosfera. Para o emissário britânico, John Ashton, representante especial do Reino Unido para mudanças climáticas, os países têm de deixar de ver os esforços de redução das emissões de carbono como uma opção que pode reduzir empregos e o crescimento na economia.

"Se dissemos que é uma escolha entre empregos e crescimento, de um lado, e baixas emissões de carbono, de outro, os governos sempre vão escolher emprego e crescimento, e fracassaremos", advertiu o especialista, que participou, ontem, de mesa-redonda com especialistas brasileiros ligados à discussão sobre aquecimento global.

Contrariando a posição do governo brasileiro, para quem os países ricos devem arcar com a maior parte dos custos na transição para uma economia com menores emissões de carbono, Ashton defendeu, em encontros com autoridades em Brasília, uma mudança de foco nesse debate. "Precisamos mostrar que é uma escolha falsa, e construir um caminho que nos permita movermo-nos rapidamente para baixas emissões de carbono e, ao mesmo tempo, reforçar o que tentamos fazer em empregos e crescimento", disse.

Explorar opções como os biocombustíveis pode ser um dos caminhos, embora haja questões "complexas" a resolver, como o efeito de alternativas como o etanol do milho americano sobre preços de alimentos, e a devastação de florestas para obtenção de bioalternativas, como o óleo de palma no Sudeste Asiático.

Ashton informou que está no Brasil para buscar alternativas de atuação conjunta nos esforços de redução do aquecimento global. Ele insinua que o Brasil poderia esforçar-se para pressionar outros países, inclusive europeus, a remover barreiras para a adoção de alternativas sustentáveis, como o etanol de cana como combustível. "Na Europa, quem quer abastecer com etanol seu veículo não pode, porque lá não se pode comprar carros flex fuel", exemplifica, ao argumentar que decisões nesse campo dependem não só do governo, mas de uma teia de interesses que envolve montadoras, consumidores e outros agentes.

Ele adverte que o fracasso, até agora, nas negociações de liberalização comercial na organização Mundial de Comércio (OMC) pode fortalecer pressões protecionistas que defendem o uso de argumentos ambientais para criação de barreiras ao comércio. Manifestações do Congresso americano, do recém-eleito presidente francês Nicolas Sarkozy e de políticos alemães apontam na direção, diz ele.

**Oficina debate estratégias de desenvolvimento territorial para 2007/2008 – MDA – 27/06/2007**

Começou nesta quarta-feira (27), no auditório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília, a Oficina de Socialização e Aprofundamento Conceitual e Metodológico das Estratégias e Instrumentos de Ação para Dinamização Econômica dos Territórios Rurais 2007/2008. O encontro, organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), vai até a sexta-feira (29).

“No início da gestão, eram 52 cooperativas de crédito. Hoje, são 174 cooperativas com 162 mil associados em todo o País”, disse o secretário de Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira, na abertura do encontro. Segundo ele, esse mesmo desempenho é o que se espera para o cooperativismo em geral. “Buscamos essa consistência nos outros ramos do cooperativismo e a articulação do cooperativismo com as políticas de comercialização”, completou.

De acordo com o gerente de Cooperativismo, Negócios e Comércio da SDT, Vital Filho, a oficina irá auxiliar os representantes dos territórios na organização e implantação dos projetos de desenvolvimento para o biênio 2007-2008. "Os territórios já possuem uma política de desenvolvimento territorial. O que temos agora é que organizar o planejamento do desenvolvimento nessas áreas", ressaltou.

Participam do encontro a equipe da Gerência de Cooperativismo, Negócios e Comércio da SDT, as entidades parceiras para o Desenvolvimento Territorial, os membros da Rede Nacional de Colaboradores (RNC) e os consultores territoriais dos estados Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rondônia e Santa Catarina. Nesses estados já existem Sistemas Estaduais de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Secafes).

Na quinta-feira (28), pela manhã, um dos temas a serem debatidos será o estudo de potencialidades econômicas dos territórios; à tarde, o debate será em torno dos planos territoriais de cadeia de produção cooperativa, planos de negócios e empreendimentos e plano safra territorial. Na sexta-feira (29), está previsto o planejamento da ação das entidades parceiras.

**Seminário debate aquecimento e futuro dos recursos hídricos do País - Rubens Júnior – Sítio Eletrônico do MMA - 27/06/2007**

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, participou na manhã desta quarta-feira (27) da abertura do Seminário Recursos Hídricos no Contexto das Mudanças Climáticas, promovido pela Agência Nacional de Águas (ANA). Marina Silva fez breve discurso sobre a importância da adoção de políticas estratégicas integradas para enfrentar os problemas provocados pelo aquecimento global em relação aos recursos hídricos. O Brasil detém 12% da água doce disponível no mundo. "Ações urgentes em duas direções devem ser tomadas, no sentido de mitigar as causas das mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, de nos adaptarmos aos seus efeitos já em curso", afirmou a ministra.

O evento, realizado no auditório da ANA, em Brasília, será uma oportunidade de o governo, a comunidade científica, parlamentares e representantes de organizações civis aprofundarem o debate técnico e científico em torno do tema das mudanças climáticas e de seus potenciais impactos nos recursos hídricos do País. As discussões analisarão ainda necessidades de novas políticas públicas, por conta da diversidade climática do Brasil e de eventuais perturbações decorrentes das mudanças do clima no Planeta.

O encontro prevê três rodadas de debates. A primeira ocorreu pela manhã e tratou do tema A Questão Científica. A segunda e a terceira rodada, à tarde, abordarão os temas Políticas Públicas e O Papel da Comunicação Social na mobilização da sociedade e do poder público em todos os níveis em busca de soluções.

O Brasil possui três grandes unidades hidrográficas: Amazonas, São Francisco e Paraná. Juntas, elas concentram cerca de 80% da produção hídrica nacional. Essas bacias cobrem cerca de 72% do território brasileiro. Só a Bacia Amazônica ocupa cerca de 60% da superfície do País. O conhecimento das variações de clima, espaço de chuvas, descargas dos rios, fatores ambientais, socioculturais, condições de uso e conservação dos seus recursos naturais possibilitam ao País planejar, evitar ou atenuar os efeitos do excesso ou da falta de água.

Ao lado da ministra, participaram da abertura do seminário o presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), Rui Carlos da Silva; o gerente de Desenvolvimento Institucional da Fundação Roberto Marinho, Ricardo Piquet; o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, Luciano Zica, e o diretor-presidente da ANA, José Machado.

### **Parcerias do MMA contribuem para proteger camada de ozônio, o clima e economizar** - Rafael Imolene – Sítio Eletrônico do MMA - 27/06/2007

O Ministério do Meio Ambiente assinou nesta quarta-feira (27), no Rio de Janeiro, dois termos de cooperação que contribuem para controlar a agressão à camada de ozônio, auxiliam a reduzir o aquecimento global e também a diminuir o consumo de energia. O primeiro deles, com a distribuidora de energia Ampla, prevê a substituição de 900 aparelhos refrigeradores no Rio de Janeiro até o final do ano. O segundo, com o governo estadual, firma uma parceria para regenerar os gases nocivos à camada de ozônio.

As assinaturas ocorreram no início do Seminário Nacional sobre a Cooperação entre Governos e Iniciativa Privada para Proteção da Camada de Ozônio e do Sistema Climático, realizado no Rio Othon Palace, em Copacabana. De acordo com a secretária de Mudanças do Clima e Qualidade Ambiental do MMA, Telma Krug, as parcerias são a forma mais eficiente de implementar as ações do Protocolo de Montreal, que prevê metas para a redução das emissões desses gases na atmosfera. "A integração entre público e privado, e entre União e estados, é o caminho correto para aplicar essas medidas que auxiliam o País", disse.

A troca das geladeiras faz parte desse processo, pois aparelhos produzidos no Brasil até 1999 possuem, no condensador e na espuma isolante, o CFC (clorofluorcarbono), um dos gases mais nocivos à camada de ozônio. As novas geladeiras utilizam como gases refrigerantes o HFC (hidrofluorcarbono) e o HCFC (hidroclorofluorcarbono). Esse último também agride a camada de ozônio, mas em menor grau que o CFC, e ambos são gases estufa, responsáveis pelo aquecimento global. Apenas as geladeiras com HC (hidrocarbonetos) não causam danos.

Os acordos têm como fundamento a Lei 10.295, de 2001, pela qual as empresas distribuidoras de energia devem aplicar 0,5% de seu faturamento em projetos de eficiência energética. Uma das opções mais adotadas é a troca de refrigeradores usados por equipamentos novos em lares de baixa renda. Essa troca significa, em média, uma economia de 50% no consumo de energia referente ao aparelho, ou R\$ 120 por ano. Nos termos de cooperação firmados, o MMA compromete-se a facilitar o recolhimento e a regeneração dos gases contidos nesses aparelhos, gerando ganhos para o meio ambiente.

A primeira parceria para a substituição das geladeiras foi firmada em 10 de abril de 2006 com o Grupo Neoenergia, controlador das empresas distribuidoras de energia Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia) e da Celpe (Companhias Elétricas de Pernambuco). Pelo acordo de cooperação, o MMA fornece máquinas para aspirar o CFC e capacita profissionais para fazer o serviço de recolhimento do gás. Em troca, as distribuidoras responsabilizam-se pela substituição dos refrigeradores, doando a famílias carentes novas geladeiras. A Coelba assumiu o compromisso de doar 12 mil geladeiras a comunidades de Salvador. Já a Celpe responsabilizou-se em trocar 2,5 mil geladeiras antigas na região metropolitana de Recife.

O MMA instalará ainda neste ano, no Rio de Janeiro, a terceira usina de regeneração do CFC. As duas primeiras operam no estado de São Paulo. Na abertura do seminário, o diretor de Mudanças do Clima e Qualidade Ambiental do MMA, Ruy de Góes, afirmou que o Brasil está antecipando as metas mundiais do Protocolo de Montreal e serve de modelo a outras nações. Enquanto o protocolo estabelece que o uso do HCFC deverá ser congelado em 2015 e eliminado em 2040, Brasil e Argentina apresentaram uma proposta para antecipar esses prazos, respectivamente, para 2011 e 2030.

A solenidade de abertura do seminário contou com a participação do secretário do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Minc; do diretor-geral da Ampla Energia, Cristian Fierro; e da representante do PNUD em Nova Iorque, Suely Carvalho. De acordo com Suely, outra vantagem que deve ser levada em conta na redução dessas emissões é a menor incidência de doenças relacionadas à destruição da camada de ozônio, como câncer de pele e catarata. "Só os Estados Unidos estimam uma economia de US\$ 4,2 trilhões em gastos com saúde pública a partir da redução de 95% na emissão de gases que destroem a camada de ozônio", disse.

**Consumo consciente deve crescer entre os brasileiros** - Ediane Tiago – Valor Econômico  
– Empresas e Comunidade - 27/06/2007

A concorrência cada vez mais acirrada entre as empresas criou uma geração de consumidores exigentes. Em época de aquecimento global, eles aprenderam que, além de qualidade e bom preço, as companhias precisam oferecer produtos e serviços "engajados" com as causas ambientais e promover a sustentabilidade do planeta. Uma pesquisa realizada no ano passado pela Market Analysis, em parceria com o Instituto Akatu, com 1.275 adultos residentes em 11 cidades brasileiras revela que a tendência também chegou por aqui. Os dados apurados pelo estudo "Como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente" mostram que 33% dos consumidores adotam atitudes conscientes na hora das compras e 37% aceitam pagar mais por materiais não-nocivos ao meio ambiente - sendo que, deste grupo, oito em cada dez entrevistados aceitariam um sobre preço entre 25% e 35% pela mercadoria com selo ambiental. "Notamos um aumento na conscientização do consumidor. As atitudes, que antes eram tomadas apenas por economia, agora ganham uma importância ambiental", destaca Paloma Zimmer, analista da pesquisa.

O comportamento consciente engloba desde atitudes simples como manter lâmpadas apagadas em ambientes desocupados e fechar as torneiras enquanto escova os dentes até a compra sustentável - que leva em conta a opção por produtos orgânicos e fabricados com materiais recicláveis. Ao analisar 13 comportamentos, a pesquisa segmentou os brasileiros como consumidores conscientes (5%), engajados (28%), iniciantes (59%) e indiferentes (8%) à questão ambiental. "O número de consumidores conscientes ainda é pequeno, mas o nível de informação sobre os impactos do consumo no meio ambiente tem crescido e elevado a prática de atitudes conscientes. Isso já é uma grande vitória", comenta Paloma.

Com o aumento da preocupação do consumidor em relação às questões ambientais, as empresas começam a traçar estratégias que envolvem desde a conscientização sobre consumo até parcerias para incentivar atitudes alinhadas com o desenvolvimento sustentável. O objetivo é conquistar clientes e estabelecer um elo entre ações corporativas e individuais.

É o caso da Whirlpool, que fabrica eletrodomésticos com as marcas Brastemp e Consul no Brasil. Para incentivar a reciclagem de embalagens, a companhia criou o Projeto Gaia, que prevê o recolhimento das embalagens utilizadas nos produtos que são entregues por seu canal de vendas diretas. O projeto, que está ativo apenas no Estado de São Paulo, recolheu 19,2 toneladas de embalagens no ano passado, reduzindo o impacto ambiental causado pela má destinação dos materiais. A meta para este ano é de reciclar 45% das embalagens. "Estamos trabalhando para expandir o programa a todo o país. Também avaliamos parcerias com as principais redes de varejo para ampliar a coleta", revela Paulo Vodianitskaia, assessor de meio ambiente e relações governamentais da fabricante de linha branca.

Pelo projeto, o consumidor é consultado sobre a possibilidade de doar a embalagem, que é coletada pela a equipe de entrega e levada de volta para o depósito da Whirlpool. Lá as embalagens recebem diferentes destinos. Podem ser reutilizadas para embalar produtos da própria empresa em operações de transferências entre depósitos, reutilizadas na construção de blocos para a construção civil (no caso do isopor), ou ainda serem doadas para organizações não-governamentais e empresas de reciclagem como acontece com o papelão.

O desenvolvimento sustentável é a filosofia do Banco Real, que além de projetos de cunho social e ambiental, desponta na era do consumo consciente. A empresa utiliza papel

reciclado para enviar correspondências, como extratos mensais, para seus clientes e incorporou o uso do material até nos talões de cheque. "Não incentivamos o uso de papel. Mas como precisamos prestar informações a nossos clientes, optamos por utilizar o reciclado", comenta Carlos Nomoto, superintendente de desenvolvimento sustentável do Banco Real.

Segundo ele, há muito a ser feito pelo consumo consciente no Brasil e as empresas apenas engatinham nas iniciativas. "Temos de criar um mercado para isso. É difícil encontrar fornecedores engajados e é a nossa exigência que desenvolve o setor", revela. Entre os exemplos, ele cita que os fornecedores de brindes tiveram de se adaptar às políticas da instituição. "Nossos lápis são feitos com madeira certificada e as canetas com plástico reciclado. Tivemos de criar esta consciência em nossos fornecedores", lembra.

Outro projeto da equipe de Nomoto foi a construção de uma agência ambientalmente responsável na cidade de Cotia (SP). O projeto-piloto mostrou que é possível trazer o ambientalmente correto para o mundo real, utilizando o designer tradicional e a identidade visual exigida pelo banco. Na agência, tudo foi pensado para preservar o meio ambiente. As tintas utilizadas são feitas a base de água e não de solvente químico, as janelas foram projetadas para a utilização máxima da luz solar, toda a madeira usada é certificada e o carpete é feito com fibras de plástico reciclável. "Além destes cuidados, instalamos painéis de energia solar e capturamos água da chuva para abastecer os vasos sanitários e molhar as plantas", diz.

### **Terceira onda verde - Lauro Veiga Filho – Valor Econômico – Empresas e Comunidade - 27/06/2007**

Numa primeira fase, a indústria embarcou no "movimento verde" por força da legislação ambiental, buscando cumprir o objetivo quase exclusivo de controlar emissões e manejar efluentes de forma a assegurar as licenças exigidas por lei. Depois, houve uma busca crescente por certificação e reconhecimento externos de processos ditos como ambientalmente adequados. "Foi um trabalho desenvolvido pelas empresas muito mais para fora do que para dentro delas próprias", resume Fernando Giachini Lopes, diretor da Key Associados, consultoria especializada em projetos de neutralização de emissões de carbono e no desenho de soluções econômica e ambientalmente sustentáveis para o mundo corporativo.

Numa espécie de "terceira onda" nesse processo, prossegue Giachini, a indústria começou a encarar a gestão ambiental como um dos fatores preponderantes para definir sua capacidade de se manter no jogo no longo prazo. "As empresas ousam um passo além da mera necessidade de alcançar o licenciamento para projetos e processos e de atender a imposições da lei", reforça o executivo.

Impacto sob controle	
<b>125 mil</b>	toneladas de equipamentos e componentes usados serão recuperados pela Dell até 2009
<b>50%</b>	da produção de vidro inclui o produto reciclado
<b>5,07 metros cúbicos</b>	de água é o consumo médio para produção de uma tonelada de cana-de-açúcar, em 1990 eram utilizados 5,6 metros cúbicos

Por trás dessa aparente nova visão, continua Giachini, está a percepção de que, daqui para frente, a questão ambiental poderá significar uma restrição importante aos negócios e, ao mesmo tempo, uma poderosa ferramenta para alavancar produtos. Nas negociações para revalidar o Protocolo de Kyoto para o período posterior a 2012, quando expira o prazo estabelecido para a redução de gases formadores do efeito estufa pelos países signatários do acordo, "possivelmente deverá ser fixado algum contingenciamento às emissões brasileiras, o que tenderá a afetar negócios em alguns setores", acredita Giachini.

A vertente considerada mais moderna nessa busca por sustentabilidade transforma o risco ambiental em oportunidade de negócio. "O grande exemplo é a geração de créditos de carbono, que podem ser negociados no mercado, ampliando a taxa interna de retorno de empreendimentos ambientalmente adequados", aponta o consultor. Eventualmente, o ganho com a negociação desses créditos ajuda a financiar todo o investimento realizado em sustentabilidade, como deverá ocorrer com uma das empresas clientes da Key Associados - uma usina de álcool que desenvolve, em parceria com a consultoria, um projeto de cogeração de eletricidade a partir do bagaço da cana e de tratamento da vinhaça, que será destinada também para a geração de energia, com neutralização de emissões de metano.

Qualquer que seja o setor, no entanto, o crescimento da preocupação ambiental torna-se cada vez mais evidente entre as empresas, envolvendo desde a construção de novas plantas até a concepção, desenvolvimento e fabricação do produto final. Líder mundial em computadores, a Dell Brasil trabalha em pelo menos duas frentes para mitigar impactos ambientais. A primeira delas, detalha Gleverton Munno, gerente de assuntos corporativos da empresa, destaca-se pelo desenvolvimento de máquinas mais eficientes na operação e no consumo de energia.

A mais recente família de servidores PowerEdge, em sua nona geração, apresentada ao mercado no começo deste ano, passou a incorporar processadores de alto desempenho, com consumo de energia 25% menor em relação a versões anteriores. A combinação entre aqueles dois fatores permite um ganho de eficiência estimado em 169%, quando se avalia sua capacidade de processamento por quilowatt de energia consumida.

Munno credits os ganhos ao design projetado para a máquina, à utilização de fontes alimentadoras mais eficientes e à aplicação de uma técnica de hibernação que permite ao servidor "desplugar" sua conexão com o monitor sempre que este não esteja sendo

utilizado. Já o modelo OptiPlex 745, continua Munno, traz embutido processadores de núcleo duplo, que aumentam o desempenho em 30% e reduzem o consumo de energia em até 40% na comparação com a linha anterior.

Além de seguir também no Brasil a diretiva da União Européia para substâncias de risco, abandonando o uso de chumbo em placas, gabinetes e fontes de alimentação, a Dell estabeleceu como meta recuperar 125 mil toneladas de equipamentos e componentes usados até 2009. Por meio da Rede de Cooperação Digital, em parceria com a Fundação Pensamento Digital, o material recuperado será recolhido às centrais de reciclagem da Dell em Porto Alegre e São Paulo, onde as máquinas serão recuperadas e, em seguida, destinadas a projetos de inclusão digital.

A Caloi quer tornar a bicicleta, meio de transporte ecológico por excelência, 100% reciclável, incluindo a borracha que entra na composição de pneus e de outras partes e componentes. "Está em estudo a construção de uma parceria com uma organização não-governamental para a reciclagem da borracha, que deverá ser, depois de usada, picotada e utilizada na produção de concreto", adianta Juliana Grossi, diretora de marketing da Caloi.

Detentora de 26% de participação no segmento de bicicletas, a empresa registrou crescimento de quase 8% no ano passado, com a venda de 700 mil unidades, em grandes números, e prevê colocar mais 750 mil no mercado até dezembro deste ano, o que corresponderia a um aumento de 7%. "O mercado de bicicletas, na verdade, está estagnado há uma década. Os avanços registrados individualmente pela empresa decorrem da agregação de valores e de ganhos de market share", afirma Grossi. Para este ano, com verba superior a R\$ 10 milhões, destinada ao desenvolvimento de novos produtos e ao setor de marketing, a Caloi deverá realizar mais de 20 lançamentos, incluindo produtos de maior valor agregado, com incorporação de componentes com maior conteúdo tecnológico.

Na linha do ecologicamente correto, bandeira que a empresa pretende reforçar neste ano, em defesa de um meio de transporte totalmente não poluente e saudável, a fabricante apresenta ao mercado em junho a Caloi Easy Rider, um produto híbrido, que reúne conceitos de mountain bike, comfort e road. "Com quadro verde, desenvolvida em cores e com design que remetem ao meio ambiente, a bicicleta será símbolo de nossa empreitada pela redução a zero de emissões de carbono. Vamos reforçar o vínculo entre a marca e a conscientização ambiental", declara Grossi.

Em três anos, a Saint Gobain pretende certificar todas as suas unidades no país (duas fábricas em São Paulo e uma no Rio Grande do Sul) segundo as normas ISO 14000 (gestão ambiental) e OHSAS 18001 (Occupational Health and Safety Assessment Series, que regula sistemas de gestão de saúde e de segurança no trabalho). "Vamos continuar investindo, ainda, em atualização tecnológica e na redução de emissões durante o processo de produção do vidro", declara André Liberali, superintendente comercial e de marketing da empresa no país.

Apaixonado defensor do vidro como "a" embalagem ambientalmente amigável, Liberali questiona a ausência de padrões para estabelecer o que é, realmente, reciclagem. "Quando se fala em 70% a 80% de alumínio recuperado, está se referindo ao volume de latas recuperadas em relação ao total colocado no mercado. O índice de reciclagem efetiva de alumínio gira em torno de 35% a 40%. No caso do vidro, metade da produção inclui produto reciclado", argumenta.

Liberali acrescenta ainda que as embalagens de vidro têm a vantagem de ser 100% "reciclável, reusável e retornável". Apenas o mercado de cervejas, estima ele, mantém 6 bilhões de garrafas em circulação, com giro médio de cinco anos por unidade. "Como 68%



delas são retornáveis, as garrafas são lançadas no ativo fixo das empresas do setor", destaca. Com 30% de participação no mercado de embalagens de vidro, incluindo os mercados de bebidas, cosméticos e produtos farmacêuticos, a Saint Gobain concentra seu faturamento no segmento de cervejas, que responde por 80% a 85% o total de suas receitas.

**O frango, a gravata e a sustentabilidade** – Hélio Mattar – Folha de São Paulo – Opinião  
– 28/06/2007

**Se você come frango ou carne ou usa terno e gravata, pode estar contribuindo para o aquecimento global. Parece fora de propósito?**

SE VOCÊ come frango ou carne, consome óleo de soja ou usa terno e gravata, pode estar contribuindo para o aquecimento da Terra e para as conseqüentes mudanças climáticas. Parece fora de propósito? Vejamos o que está por trás. Estima-se que, nos últimos 30 anos, 14% da floresta amazônica foi derrubada, o equivalente a um Estado de Alagoas devastado por ano.

Nossa tendência "natural" é culpar o governo. Porém, dada a imensidão da floresta, a fiscalização pelo governo, embora essencial, será sempre insuficiente. Para uma solução estrutural, é preciso alinhar os interesses relativos à sustentabilidade ambiental aos interesses econômicos que provocam a derrubada da floresta.

A retirada da madeira não é o alvo de tais interesses, apenas a conseqüência. O interesse central é a expansão da fronteira agrícola para pecuária e o cultivo da soja. Essas são as atividades que usufruem diretamente e no longo prazo do desmatamento. Como estancar esse processo?

Os consumidores têm um papel determinante. De um lado, escolhendo produtos feitos com madeira certificada, uma forma de reduzir -e até mesmo eliminar- a demanda pelas madeiras extraídas ilegalmente.

De outro, se o consumidor tiver informações sobre a origem da carne, da soja e do frango que consome, poderá comprar apenas os alimentos cuja produção não tenha nenhuma relação com as áreas desmatadas. Essa atitude certamente levaria a uma redução significativa do desmatamento da Amazônia.

A fórmula funciona. Basta ver que a pressão vinda principalmente do consumidor europeu levou o McDonald's e a Cargill a evitar a compra, respectivamente, de carne ou soja produzidas em áreas de desmatamento recente.

Certamente o leitor está se perguntando o que a gravata tem a ver com tudo isso. Pois bem. No verão, em grande parte do mundo, os escritórios usam ar condicionado. Se os homens estiverem vestindo terno e gravata, será preciso reduzir a temperatura em cerca de 2 graus Celsius adicionais para que se sintam confortáveis em suas roupas. Essa redução exige um maior uso do ar condicionado, que exige maior gasto de energia elétrica, que

provoca maior emissão de carbono, que contribui, adicionalmente, para o aquecimento da Terra.

As pessoas geralmente consideram que, sozinhas, não farão a menor diferença para a sustentabilidade do planeta. No entanto, alguns exemplos podem deixar claro quão importante são os atos cotidianos de consumo ao longo da vida de cada indivíduo. No caso do ar condicionado, com a redução da demanda em 2 graus, tanto no verão como no inverno, nos EUA, evita-se a emissão de 900 kg de CO<sub>2</sub> por ano. No Brasil, dada a matriz energética diferente, tem-se uma emissão de CO<sub>2</sub> na geração de energia elétrica equivalente a um terço da emissão norte-americana. Portanto, evitaríamos a emissão de 300 kg de CO<sub>2</sub> por ano, ou o equivalente à absorção de CO<sub>2</sub> por 62 árvores nativas da mata atlântica ou de 16 árvores de pinus em uma plantação recente. E estamos falando apenas de um aparelho de ar condicionado quente e frio.

Um único indivíduo pode contribuir expressivamente para a sustentabilidade do planeta. Para que isso aconteça, os grandes desafios são (a) dar a conhecer aos consumidores a relação de cada ato de consumo com seus impactos na sociedade e no meio ambiente; e (b) despertar, nos consumidores, a consciência do poder de suas escolhas de consumo na contribuição para a sustentabilidade.

Nesse sentido, o papel da mídia é crucial para tornar o consumo consciente um fenômeno coletivo, induzindo os consumidores a assumir o papel de grandes agentes da mudança. E nós sabemos que a mídia, assim como as empresas, são sensíveis às opções dos consumidores.

A grande mudança acontecerá quando os consumidores começarem coletivamente a reivindicar o direito de conhecer as origens e os processos de produção das mercadorias que consomem, para que possam fazer escolhas conscientes em seus atos de compra e em seu estilo de vida.

**HELIO MATTAR**, 60, doutor em engenharia industrial pela Universidade Stanford (EUA), é diretor-presidente do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente. Foi diretor-presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (200-2003) e um dos fundadores do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, de cujo conselho é membro.

**Concentração é benéfica para ambiente, argumenta a ONU – Folha de São Paulo – Mundo – 28/06/2007**

O relatório do UNFPA defende que a concentração populacional traz benefícios em termos de impactos ambientais que compensam as desvantagens. O documento cita um estudo feito a partir de imagens de satélites que mostra que todos os grandes assentamentos urbanos cobrem apenas 2,8% da superfície terrestre. Como 3,3 bilhões de pessoas vivem hoje nas áreas urbanas, significa que metade da população mundial ocupa um território não superior ao do Japão.

"Se a população estivesse mais dispersa, ocuparia menos terras valiosas? Isso ajudaria a evitar a invasão de ecossistemas frágeis? Na maioria dos países, as respostas seriam "não", diz o relatório.

Para George Martine, autor principal do texto, o exemplo vale para o Brasil: "Seria melhor se a população que migrou para Rio e São Paulo tivesse se estabelecido na Amazônia, como queriam os militares?".

O demógrafo Daniel Hogan, da Unicamp, concorda. "Nas cidades, é possível atender de forma mais econômica e viável as necessidades ambientais da população. Há uma economia de escala quando a demanda está concentrada."

**Consumo, o porém** - Sérgio Besserman, ex-presidente do IBGE e presidente do Instituto Pereira Passos, afirma, no entanto, que a principal questão não é a dispersão da população, mas sim os padrões de consumo da vida urbana, que hoje são insustentáveis do ponto de vista de seus efeitos no aquecimento global.

"Quem mais contribui hoje com a emissão de gases do efeito estufa são 600 milhões de pessoas que vivem na Europa, EUA, Japão ou que são da classe média e alta de países emergentes. Neste momento, no entanto, dezenas de milhões de pessoas estão saindo da pobreza na China, Índia ou Brasil. Elas vão querer repetir esse padrão de consumo e estão no direito delas. Só que, em pouco tempo [em 2050], seremos 9 bilhões no mundo", diz. Para Besserman, isso mostra que a discussão demográfica precisa vir acompanhada do debate sobre uma mudança nos padrões de consumo.

**O meio produtivo e o meio ambiente** - José Eli da Veiga – Valor Econômico –  
Investimentos - 28/06/2007

Já se publicaram no Brasil diversos livros de economia do meio ambiente. Mas ainda não havia surgido uma obra que apresentasse de forma completa e sistemática os dois prismas pelos quais os economistas raciocinam sobre as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente. O preenchimento de tal lacuna já constitui a primeira e mais óbvia virtude do livro "Os Economistas e as Relações entre o Sistema Econômico e o Meio Ambiente" (UnB & Finatec), de Charles Mueller, professor emérito do departamento de economia da Universidade de Brasília, cujo lançamento paulista é hoje.

<b>Mais vendidos*</b>	
Livros de economia e negócios	
1º	<b>"Investindo em Opções"</b> Maurício Hissa/Bastter, Campus/ Elsevier, R\$ 39,00
2º	<b>"O Monge e o Executivo"</b> James C. Hunter, GMT, R\$ 19,90
3º	<b>"Os Segredos da Mente Millionária"</b> T. Harv Eker, GMT, R\$ 19,90
4º	<b>"Transformando Suor em Ouro"</b> Bernardinho, GMT, R\$ 24,90
5º	<b>"Casais Inteligentes Enriquecem Juntos"</b> Gustavo Cerbasi, Gente, R\$ 30,00
6º	<b>"Seis Fundamentos do Sucesso Profissional"</b> Stuart Levine, GMT, R\$ 19,90
7º	<b>"Aprenda a Operar no Mercado de Ações"</b> Alexander Elder, Campus/Elsevier, R\$ 85,00
8º	<b>"O Mundo é Plano"</b> Thomas L. Friedman, Objetiva, R\$ 59,90
9º	<b>"Bem-Vindo à Bolsa de Valores"</b> Marcelo C. Piazza, Marcelo Piazza, R\$ 29,00
10º	<b>"Os Axiomas de Zurique"</b> Max Gunther, Record, R\$ 30,00

Fonte: Livros mais vendidos Edição Valor Econômico  
\* Entre 18/06 e 24/06/07.

O autor estará no centro da quarta sessão do ciclo de debates mensais sobre sustentabilidade ambiental organizado pela Livraria Cultura do Shopping Villa-Lobos, sob coordenação do professor Ricardo Abramovay, do departamento de economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

Mas a segunda virtude é ainda mais importante e pode ser constatada desde a leitura do sumário: sua imensa abrangência teórica. Nas 120 páginas ocupadas pelos dois

primeiros capítulos, são apresentados os elementos básicos da questão ambiental e de suas relações tanto com crescimento econômico quanto com desenvolvimento. Elas são seguidas por outras 30, nas quais é contada a gênese da disciplina "economia do meio ambiente" e apresentadas suas correntes de pensamento.

A rigor, apenas essa primeira parte já seria um ótimo livro introdutório. No entanto, na transição entre essa espécie de "overview" e as duas últimas partes, dedicadas respectivamente à economia ambiental (convencional ou neoclássica) e à economia ecológica (ou "da sobrevivência", como prefere o autor), surgem ainda 70 páginas nas quais estão explicitadas, de forma sintética, as bases conceituais das duas correntes.

Não poderia ser mais minucioso o tratamento dado por Mueller à abordagem convencional. Nos 13 capítulos a ela dedicados, sucedem-se discussões detalhadas sobre as teorias da poluição e dos recursos naturais, seguidas de três capítulos sobre suas principais aplicações atuais: valoração monetária, análise de custo-benefício, e Contas Nacionais. Para tanto, foram necessárias 240 páginas, que - outra vez - também seriam suficientes para compor o melhor livro didático sobre os malabarismos realizados pelos ortodoxos para adaptar seu paradigma aos desafios que lhes colocam os problemas ambientais.

Por isso, muitos certamente concluirão que o autor prefere essa corrente convencional. Principalmente ao perceberem que a corrente alternativa - "da sobrevivência" - só mereceu a meia dúzia de capítulos finais, cujas 75 páginas não chegam a 14% do livro. Mas será um terrível engano, pois o professor Mueller é, sem dúvida, o mais antigo e mais importante conhecedor brasileiro da ultra-heterodoxa teoria formulada pelo romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994).

Foi a crítica de Georgescu aos fundamentos da corrente convencional (neoclássica) que, no início dos anos 1970, trouxe pela primeira vez para o âmbito da ciência econômica o confronto mais geral entre os fundamentos da ciência clássica e da moderna. Ciência moderna que considera um mundo complexo, em que a irreversibilidade e o comportamento estocástico fazem parte da regra, não de exceções. Ao contrário do que aconteceu com a física, a química ou a biologia, que há muito deram a volta por cima, o mainstream da análise econômica continua a se valer de uma visão pré-analítica.

Uma das principais conseqüências desse anacronismo é não dar importância às relações do sistema econômico com seu meio externo. Como disse Georgescu, uma ótima ilustração dessa atitude está naquela imagem que aparece no início de todos os manuais de introdução à economia para retratar o processo econômico como um fluxo auto-suficiente e circular entre a produção e o consumo. Só que tal processo não é isolado e autocontido. Por isso, ao tratá-lo como um análogo mecânico, a abordagem convencional implicitamente supõe que o sistema econômico funcione como um carrossel de parque de diversões, não podendo de nenhuma maneira afetar o meio ambiente.

Mueller praticamente viu germinar essa que foi uma das principais sementes da revolução científica que só agora começa a brotar, após três décadas de estranho obscurantismo, como foi comentado no artigo "A complexidade em toda sua dimensão", publicado nesta mesma página em 5 de abril. É que depois de graduar-se bacharel em Ciências Econômicas pela USP (onde foi, aliás, eleito presidente do centro acadêmico em chapa de oposição à de seu colega Paul Singer), obteve os títulos de mestre e doutor (Ph.D.) pela Universidade de Vanderbilt no início dos anos 1970, exatamente onde, e quando, Georgescu-Roegen elaborou sua crucial teoria sobre a relação da economia com a termodinâmica.

Embora como bom curitibano tenha começado sua carreira na Universidade Federal do Paraná (1962-1972), foi no departamento de economia da UnB que mais trabalhou e para o qual continua a contribuir depois de 2004, quando a idade compulsoriamente o aposentou. Nos seus 45 anos de docência, foi por várias vezes chefe de departamento e coordenador de pós-graduação, pesquisador visitante das Universidades de Manchester e de Illinois e secretário-adjunto da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). Além, é claro, de ter sido diretor e presidente do IBGE entre 1988 e 1990, curto período em que ganhou visibilidade. Uma biografia que também é ótimo indicador da qualidade deste que certamente é seu melhor livro.

**José Eli da Veiga é professor titular do departamento de economia da FEA/USP e coordenador de seu Núcleo de Economia Socioambiental.**

[www.zeeli.pro.br](http://www.zeeli.pro.br)

### **Oficina sobre territórios rurais define prioridades de trabalho – MDA – 29/06/2007**

Terminou na tarde desta sexta-feira (29) a Oficina de Socialização e Aprofundamento Conceitual e Metodológico das Estratégias e Instrumentos de Ação para Dinamização Econômica dos Territórios Rurais 2007/2008. Iniciado na quarta-feira (27), o evento foi realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), no auditório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília.

Durante o evento, os consultores debateram, entre outros temas, a questão da dinamização econômica dos territórios Rurais, as ações da Gerência de Associativismo e Cooperativismo da SDT, os estudos de potencialidades econômicas, os planos territoriais de cadeia de produção cooperativa, os planos de negócios de empreendimentos, o plano safra territorial, as políticas de fortalecimento das bases de serviço. Também foi realizada uma exposição sobre os Sistemas Estaduais de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Secafes).

"A oficina foi importante para definição quanto à priorização dos trabalhos a serem executados, bem como para a elaboração de estratégias de desenvolvimento territorial", afirmou o gerente de Cooperativismo, Negócios e Comércio da SDT, Vital Filho. Segundo ele, a participação de todos os envolvidos nesses temas, durante os debates, poderá significar a implementação com sucesso do planejamento apresentado. "Algumas ações serão iniciadas já na próxima semana", destacou.

### **Consultores fazem balanço do evento nacional**

Para o consultor territorial nos estados do Acre e Rondônia, Jânio Aquino, há uma necessidade de organizar a questão da comercialização nos territórios. "Tivemos uma aula de estruturação, estratégias e do próprio sistema de comercialização. Foi uma experiência importante que será levada para os territórios", garante. Já a consultora territorial na Paraíba, Elania Duarte, disse que a oficina foi um momento de construção, debate e troca de idéias, voltado para a consolidação da dinamização econômica dessas áreas apoiados pela SDT. "Conseguimos ter, nesse evento, uma maior perspectiva de união dos instrumentos e estratégias que serão aplicados nos territórios", afirmou.

O consultor territorial no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Victor Hugo Garbin, afirmou ter a expectativa de qualificar as ações da Secretaria de Desenvolvimento

Territorial, melhorando o rumo das atividades a serem realizadas. Para o consultor em Santa Catarina, Alexandre Santos, a reunião facilitou a compreensão dos instrumentos disponíveis para o processo de dinamização econômica nos territórios rurais. "Ficou mais claro, durante o evento, quais são os instrumentos disponíveis, relativos à comercialização dos produtos oriundos dos territórios, por exemplo, para que esses instrumentos sejam implementados na prática nessas áreas", ressaltou.

Estiveram no evento as entidades parceiras para o Desenvolvimento Territorial, a equipe da Gerência de Cooperativismo, Negócios e Comércio da SDT, os membros da Rede Nacional de Colaboradores (RNC) e os consultores territoriais dos estados da Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rondônia e Santa Catarina, onde já existem Sistemas Estaduais de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Secafes).

### **Vem aí o ICMS ecológico – Rogério Rocco – O Globo – Opinião – 30/06/2007**

A construção de políticas públicas para a sustentabilidade socioambiental ainda é um grande desafio para as cidades.

Desde o advento da aprovação da Constituição federal de 1988 — quando os municípios foram elevados à condição de entes da Federação, ganhando mais autonomia — as políticas locais para uma série de questões foram aprimoradas.

Porém, no que se refere ao meio ambiente, não ocorreram evoluções na velocidade que a matéria impõe.

Um estudo do IBGE mostrou que apenas dez por cento dos mais de 5.500 municípios brasileiros possuem alguma estrutura de meio ambiente, mesmo que seja apenas um mero departamento numa secretaria de governo.

Isso demonstra que, para a maioria esmagadora dos prefeitos do Brasil, a questão ambiental não passa por qualquer campo de prioridades.

O motivo para essa postura não surpreende.

Afinal, durante boa parte das duas décadas de vigência da Política Nacional de Meio Ambiente, a defesa do meio ambiente apareceu como um empecilho ao desenvolvimento. A criação de áreas protegidas, por exemplo, impõe limites administrativos ao uso do solo em determinadas porções territoriais.

Com isso, limita também a capacidade de arrecadação de tributos.

Os municípios possuem três únicos impostos: o IPTU — Imposto Predial e Territorial Urbano; o ISS — Imposto Sobre Serviços; e o ITBI — Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis.

O primeiro incide sobre prédios, casas e terrenos urbanos. O segundo, sobre um conjunto de serviços prestados pelos particulares. E o terceiro aparece quando alguém compra ou vende um imóvel urbano.

Mas o orçamento da maior parte das cidades advém dos repasses obrigatórios dos impostos recolhidos pelos estados e pela União. E o exemplo principal é o ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que incide sobre as vendas no comércio de uma forma geral e sobre serviços específicos, sendo a principal fonte de arrecadação dos estados. A quarta parte do que é arrecadado em cada estado com o ICMS, obrigatoriamente, deve ser distribuída aos municípios.

Esse modelo tributário vincula a arrecadação pública a atividades associadas à doutrina do desenvolvimento urbano-industrial, concebida no Brasil com o início do sistema republicano.

Isso quer dizer que, para arrecadar mais, é preciso que aumente o número de indústrias, de casas e prédios, de automóveis, de pessoas e, conseqüentemente, de serviços variados, afinal os principais tributos têm essas atividades como fato gerador. E quando é criada uma área protegida (parque nacional, reserva biológica, área de proteção ambiental etc.) são estabelecidos limites que, via de regra, inviabilizam exatamente esse conjunto de atividades que geram arrecadação.

Evidente, portanto, que esse modelo tributário é prejudicial à implementação de políticas públicas ecologicamente sustentáveis, em especial nas cidades brasileiras. Pois o prefeito sempre terá menos recursos do que efetivamente precisará para arcar com suas atribuições e responsabilidades.

Então, não irá agir de forma a diminuir ainda mais as possibilidades de incidência de tributos em seu território.

Diante dessa realidade é que surgiu no Paraná, em 1990, um instrumento econômico revolucionário para a política local de conservação de espaços protegidos, batizado de ICMS Ecológico.

Após dez anos de sua vigência naquele estado, aumentou mais de 1.100% a fração territorial protegida por iniciativa local, demonstrando o grande efeito que produziu nas cidades.

Trata-se de um mecanismo legal, de competência dos legislativos estaduais, que destina um percentual da cota de repasse do ICMS aos municípios que tenham e mantenham áreas especialmente protegidas.

Com isso, os municípios passam a contar com um merecido aporte de recursos caso tenham áreas protegidas nos limites de seu território, alterando a lógica atual da arrecadação pública.

Na atualidade, mais de dez estados da Federação já possuem o ICMS Ecológico e vêm promovendo profundas transformações nas políticas municipais.

O Rio de Janeiro, que possui 18 unidades de conservação federais, é o terceiro colocado nessa categoria, já que mantém ainda uma parte significativa dos remanescentes existentes de Mata Atlântica. Entretanto, não possui o ICMS Ecológico, onerando os municípios que guardam nossa diversidade biológica.

Com uma arrecadação de mais de R\$ 10 bilhões/ano de ICMS no Rio de Janeiro, o valor global de repasse aos municípios ultrapassa os R\$ 2,5 bi.

Com o ICMS Ecológico, cidades como Paraty ou Guapimirim podem vir a dobrar seu orçamento, em reconhecimento ao papel que desenvolvem na conservação da biodiversidade. O governador Sérgio Cabral já enviou projeto de lei para a instituição deste instrumento.

Vários prefeitos, deputados, ONGs e movimentos sociais estão se mobilizando para que a Assembléia Legislativa aprove a Lei do ICMS Ecológico, para que tenhamos uma nova era de construção da sustentabilidade socioambiental em nosso estado.

ROGÉRIO ROCCO é superintendente do Ibama/RJ.



**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**oppa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

